



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

IAGO GOMES DA SILVA

**OUTROS QUARTOS E OUTROS DESPEJOS: UMA COLCHAGRAFIA DE
NARRATIVAS ACERCA DO RACISMO AMBIENTAL A PARTIR DO
SUJEITO-ESCOLA**

**Feira de Santana
2024**

IAGO GOMES DA SILVA

**OUTROS QUARTOS E OUTROS DESPEJOS: UMA COLCHAGRAFIA DE
NARRATIVAS ACERCA DO RACISMO AMBIENTAL A PARTIR DO SUJEITO-
ESCOLA**

Texto apresentado ao Curso de Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa Culturas, diversidade e linguagens, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), no nível de Mestrado Acadêmico, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Leandro Barzano.

Feira de Santana
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S58o

Silva, Iago Gomes da

Outros quartos e outros despejos: uma colchografia de narrativas acerca do racismo ambiental a partir do sujeito-escola / Iago Gomes da Silva. – 2024
153p.: il.

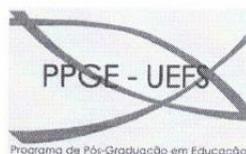
Orientadora: Marco Antônio Leandro Barzano.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Feira de Santana, 2024.

1. Educação literária. 2. Quarto de Despejo: diário de uma favelada .
3. Racismo ambiental . 4. Educação decolonial. 5. Educação Antirracista.
I. Barzano, Marco Antônio Leandro, orient. II. Universidade Estadual de
Feira de Santana. III. Título.

CDU 869.0(81).09:37.06(=96)

Daniela Machado Sampaio Costa - Bibliotecária - CRB-5/2077



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de 19/12/1986
Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271 de 14/12/2004
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

IAGO GOMES DA SILVA

“OUTROS QUARTOS E OUTROS DESPEJOS: UMA COLCHAGRAFIA DENARRATIVAS ACERCA DO RACISMO AMBIENTAL A PARTIR DO SUJEITO-ESCOLA”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Culturas, diversidade e linguagens, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 01 de abril de 2024

Prof/a. Dr. Marco Antonio Leandro Barzano Orientador/a - UEFS

Prof/a. Dr Luiz Rufino Rodrigues Junior Primeiro/a Examinador/a - UERJ

Prof. Dr Ivan Faria Segundo/a Examinador/a - UEFS

Prof/a. Dra. Bárbara Carine Soares Pinheiro Terceiro/a Examinador/a - UFBA

RESULTADO: APROVADO

Av. Transnordestina, S/N – Novo Horizonte Feira de Santana – Bahia – Brasil

Home Page: <http://www.ppge.uefs.br/> / E-mail: ppge@uefs.br / Telefone: (75) 3161-8871

*Dedico esta dissertação inteiramente a
geração vó, para que a geração neta possa
também narrar que sempre há tempo,
afinal também somos os construtores dele.
Ainda há tempo! Ainda há tempo de narrar!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos orixás que me ajudam hoje a sustentar minha espiritualidade, tão fundamental em todo o processo de escrita. Aos *cabôcos* que me guiam!

Agradeço a minhas avós, Paulina e Anita, mulheres negras de origens indígenas, trabalhadoras crescidas no campo, peles pretas também salpicadas pelo sol quente de todo dia.

Agradeço a minha *mainha* Angelica, a meu *painho* Gracino que, em meio a tantos cenários, me ajudaram, de suas formas, a teatralizar meus mundos em um mundo marcado pela colonialidade, marcado por violências a meu corpo, ao dela e ao dele.

Agradeço a meu marido Edgar, que me entregou afetos, compreensões, diálogos, me oferecendo calma quando eu, tempestade, precisei, e tempestades quando eu, calma, me acomodei.

Agradeço a meu orientador, Marco, que a cada orientação me possibilitava voar, me dando asas, canetas e dedos para inventar meus mundos, sem limites, mas com as podas necessárias para árvores, segurando minhas mãos, fortalecendo meus pés, percorrendo cada encruza junto comigo.

Agradeço à professora Bárbara Carine, pesquisadora, inventora de tantos mundos que me sustenta em sonhos, em também querer ser muitos que sou, em viver o meu impossível. Agradeço ao professor Ivan que, além de banca, também foi professor de metodologia e em muitos dedos me ajudou a trilhar este caminho, e ao professor e pesquisador Luiz Rufino que, primeiro, me inspirou em suas palavras lidas e, depois, me guiou a partir da falada durante qualificação.

Agradeço a André, a Cleonice, aos que de muitas formas me ajudaram a pensar e a produzir as linhas que seguirão com leituras, dicas, diálogos de ensinamentos e aprendizagens.

Agradeço aos meus e às minhas colegas de mestrado cujas trocas, diálogos, afetos respondem à chegada desta pesquisa; sem nós, em coletivo, não seria possível nadar nesse oceano.

Agradeço aos meus alunos e alunas, que neste caminho também foram sujeitos produtores desta pesquisa. Em meio a tantos afetos, aqui permanecem guardados em memórias, narrativas e a vontade absurda de mudar o mundo criando tantos outros.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise narrativa acerca do racismo ambiental como marcador estruturante das relações espaço-temporais de jovens estudantes de uma escola pública situada no interior da Bahia, o que caracterizo em conjunto como sujeito-escola. Foi realizada uma reflexão crítico-teórica acerca do tema de pesquisa já envolto em experiências narrativas encontradas ao longo do campo, também as refletindo a partir da educação decolonial e pós-crítica, que possibilitam alcançarmos não apenas uma posição contra-hegemônica, mas engajada, em que os sujeitos se tornam os próprios construtores desta pesquisa. Para tal, faz-se uso do conjunto metodológico que é a Cartografia inspirada nos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guatarri e que, portanto, apresenta recursos como observação participante, conversação e pesquisa-intervenção no que caracteriza uma abordagem qualitativa. Como estímulo metodológico e caracterização da ação pesquisadora e criadora foi utilizada a obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, que gerou possibilidades narrativas para a criação das pistas cartográficas que compõem a colchagrafia produzida ao fim deste trabalho. Esta pesquisa orienta assim a identificação do racismo ambiental como tema emergente também nas pesquisas em educação, em uma concepção que não apenas tome a educação ambiental como uma área à parte, mas como tema transversalizado e amparado pelo adjetivo antirracista e amplificado por abordagens estético-artísticas que expandam formas narrativas frente ao desafio climático de nosso tempo.

Palavras-chave: Racismo Ambiental. Educação Ambiental. Educação Antirracista. Educação para as relações étnico-raciais. Educação Literária.

ABSTRACT

This thesis presents a narrative analysis of environmental racism as a structuring marker of the space-time relationships of young students from a public school in the inland of Bahia, which I characterize as a subject-school. A critical-theoretical reflection on the research topic was carried out, already surrounded by narrative experiences encountered throughout the field, also reflecting on them from the perspective of decolonial and post-critical education, which makes it possible for us to reach not only a counter-hegemonic position but an engaged one, in which the subjects become the very constructors of this research. To this end, it was used the methodological approach of Cartography, inspired by philosophers Gilles Deleuze and Félix Guatarri, which therefore includes resources such as participant observation, conversation, and interventional research, characterizing a qualitative approach. As a methodological stimulus and characterization of the researcher and creator's action, the work "Quarto de Despejo: diário de uma favelada" by Carolina Maria de Jesus was used, which generated narrative possibilities for the creation of the cartographic clues that make up the "colchagrafia" produced at the end of this work. This research thus guides the identification of environmental racism as an emerging theme for educational research, in a conception that not only takes environmental education as a specific area but as a theme that is transversalized and supported by the adjective anti-racist and amplified by aesthetic-artistic approaches that expand narrative forms in the face of the environmental challenge of current times.

Keywords: Environmental Racism. Environmental Education. Anti-racist Education. Education for ethnic-racial relations. Literary Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EA – Educação ambiental

EAA – Educação ambiental antirracista

ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho 1992

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais e outras sexualidades e gêneros dissidentes

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEM – Novo Ensino Médio

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

SECULTUBA – Secretaria de Cultura da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos.

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

TI – Territórios de Identidade

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pode ser visto o calçamento da praça se encerrando antes que contemple moradores e com esgoto a céu aberto	39
Figura 2 - É possível visualizar por outro ângulo a estrutura da praça em contraste com o espaço onde começam as moradias	40
Figura 3 - Cascavel morta no acostamento	68
Figura 4 - Versão da obra utilizada	107
Figura 5 - Dinâmica de construção do primeiro momento	118
Figura 6 - Resultado da dinâmica de construção do primeiro momento	120
Figura 7 - Resultado da dinâmica de construção do primeiro momento	124
Figura 8 - Foto-Narrativa do hospital local	135
Figura 9 - Foto-Narrativa cancela	139
Figura 10 - Foto-Narrativa retrovisor	138
Figura 11 - Foto-Narrativa trabalhador na estrada	139

SUMÁRIO

<i>O Começo</i>	11
<i>Abrindo Caminhos</i>	13
1 CAPÍTULO PRIMEIRO – RACISMO AMBIENTAL: ENTRE CASAS E DESPEJOS, ENTRE O AMBIENTE E O RACISMO	19
1.1 O conceito ancestralizado de ambiente: do céu azul ao sangue que coalha na terra	24
1.2 Uma oferenda conceitual: o racismo ambiental	48
1.3 Da negação racial à negação do racismo ambiental: o mito da democracia racial como interdição	62
2 CAPÍTULO SEGUNDO – TRANSGREDIR O MEIO AMBIENTE: POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA DO “TODO”	70
2.1 A crise do fim dos mundos	76
2.2 Olhar, cheirar, ouvir, falar e tocar para levantar os céus	84
2.3 A Pedagogira de Exu encaminha pedidos na encruzilhada	90
2.4 Pedagogia das encruzilhadas: sete encruzilhadas, sete ebós	92
3 CAPÍTULO TERCEIRO – A PRODUÇÃO DE UMA COLCHAGRAFIA ENQUANTO UM NOVO MUNDO É INVENTADO	98
3.1 A decolonialidade enquanto pés descalços	101
3.2 Cartografar e decolonizar como Carolina	105
3.3 Cobrir os pés com a colcha de retalhos	108
4 CAPÍTULO QUARTO – UMA COLCHAGRAFIA DE NARRATIVAS CIRCULARES MARCADAS POR RESISTÊNCIAS AO RACISMO AMBIENTAL	115
Primeira costura: Oficina de aproximação do conceito de Racismo e Meio Ambiente	117
Segunda costura: Oficina de aproximação com o livro <i>Quarto de despejo</i> de Carolina Maria de Jesus	127
Terceira costura: Oficina de produção de uma colchagrafia com pistas criadas pelos sujeitos da pesquisa	133
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA CARTA PARA CAROLINA	143
REFERÊNCIAS	146

O Começo

Escrevo para sacramentar o que já foi dito! Essa me foi a lição passada por um *nego véio*. A palavra que é lançada como sopro ritmado da minha boca é parte de meu corpo, é carne. A palavra que escrevo – antes já “soprada” – busca enlaçar o outro. Navega para desaguar no desejo de comunicação, só possível a partir daquele com quem jogo (Luiz Rufino).

Não sei quem me contou que pela palavra escrita é possível gritar. Gritar socorro, gritar gritos de alegria, gritar lágrimas, gritar! Daqueles gritos que parecem querer nos sufocar antes de sair. Gritos Carolinas Marias de Jesus, gritos Freires, Gritos Rufinos, Gritos Nêgos Bispos, gritos de tantos e tantas que foram necessários e necessárias para que outros e outras gritassem também. Gritar e/é narrar!

As lembranças mais distantes que tenho de gritos em palavras narradas são dos livros às tardes com minha mãe, na única biblioteca pública à época em minha cidade, onde ela trabalhava. Os gritos de meu pai também saíam em forma do suor que escorria em sua pele preta, das marretadas que soavam em cada casa que construía.

Minha mãe e meu pai, cada um à sua forma, me fizeram entender desde criança a importância da educação e quase nunca me deixavam faltar à escola, pois sabiam o quanto era importante eu estar lá e depois ir a uma universidade, uma ambição para uma família sem ninguém com esse feito. Por outro lado, meu pai desde sempre forçou os filhos a mexerem com a terra. Em épocas de plantio, aos finais de semana, era mexendo na terra, plantando feijão, milho, melancia, abóbora e “*tudo que desse*”.

Em novembro, nos sambas de *cabôco* de meu tio, estava lá meu *painho* com o pandeiro na mão cantando as cantigas que muitos de nós não aprendemos. Alguns goles de cachaça, algumas cantigas desconhecidas e gritos que narravam!

Aprendi com tantas professoras na escola. Foram algumas delas que me levaram a ainda mais livros que eu descobria nas bibliotecas das escolas sem bibliotecária. Aprendi com tantas professoras e professores fora da escola. Mexendo com a terra, nos sambas de *cabôco*, no varandado da casa da roça com as histórias contadas por meu pai ou meu tio Abdias. Também em cada escola pública onde

estudei, nos movimentos sociais em que adentrei já cursando Letras, orgulhosamente numa Universidade Pública, a UEFS.

Aprendi a ecoar gritos, a exigir do tempo histórico-ocidental bem mais do que ciclos que aparentam se repetir. Quero exigir outros tantos gritos, palavras que rasgam nosso corpo, nossa alma, que nos desencaminham, que nos levam ao inesperado, que deixem sempre a sensação de falta para que assim possamos caminhar em busca do preenchimento incompleto, assim sempre deixando a possibilidade de o que nos surpreende arrancar a gente desse lugar de certezas tão pequenas diante do tamanho que é a soma de nossas histórias em tantos tempos e tantos espaços. É uma história formada por tantas outras que pretendo aqui contar, narrar, e das tantas que não terei tempo, mas tempo a gente inventa como bons inventores que somos.

No que é final ainda será o começo.

Abrindo Caminhos

Peço licença a *Exu*¹ para principiar.

Peço licença e autorização a *Omolu*², que habita os territórios da cura e da enfermidade. Aqui encaro, para além das doenças, as curas que nascem da terra, da conexão com o chão onde pisamos, da nossa própria história. E é desse chão de onde parto.

Peço licença a quem guia meu ori, *Oxumaré*³.

Ali, de onde os raios solares eram avistados penetrando as frestas do barracão, Carolina Maria de Jesus despertava para mais um dia de labuta. Vera Eunice, sua filha, desejava um sapato, e Carolina também precisava garantir a refeição das crianças naquele dia. Num outro ela se preocupava com a chuva e com o frio. Dali, da favela, muita gente não tem agasalhos, as crianças pisam na lama e a chegada de novas pessoas é constante (Jesus, 2014).

Os quartos e os despejos se encontram do acordar ao adormecer das muitas Carolinas, crianças, jovens e adultos negros, indígenas, amarelos, pobres. Do sol à chuva, da fome às escrevivências. É sobre esses quartos e despejos que trataremos (eu e as múltiplas vozes que me guiam, me erguem e me levam adiante) neste texto. Aqui serão trazidas narrativas, mas não as retilíneas baseadas em experiências controladas por um início, meio e fim, mas circulares, que conclamam gritos, quebras de espaços-tempos e o inesperado.

É preciso que pensemos sobre as constantes denúncias e pesquisas acerca das crises ecológicas que têm afetado o mundo inteiro, sobretudo países localizados nas periferias da globalização (que é o caso do Brasil) e povos, comunidades e grupos esquecidos dentro dos próprios países centrais e nas catástrofes que têm se tornado constantes e que geralmente são nomeadas de tragédias, mas guardam reflexões mais profundas. Mas é ainda mais necessário que nos atenhamos ao que, antes

¹ “É ele o princípio dinâmico que cruza todos os acontecimentos e coisas [...]” (Rufino, 2019. p. 23).

² Assumo aqui a dinâmica de construção desse texto como também um processo de cura colonial cuja educação comprometida com abordagens étnico-raciais devem assumir.

³ Orixá presente nas cosmogonias de religiões de matriz-africana, representado pelo arco-íris, dono dos movimentos transformativos, inclusive de papéis de gênero, e simbolizado pela cobra.

mesmo dessa constância, já se fazia presente como denúncia ambiental nos escritos de mulheres e homens negros e indígenas que vivenciam as condições impostas sobre seus corpos e vidas, desde a negação do direito à liberdade e ao território até a desumanização das formas pelas quais habitamos o planeta. Assim, abrindo outras perspectivas, circulares, conclamadoras de outras narrativas, quebradoras de espaços-tempos e inesperadas.

Nesta crise ecológica, quem faz parte da população mais afetada? Quem são os sujeitos esquecidos para morrer sem comida, sem saneamento, sem água potável, sem acesso a direitos básicos? Quem precisa escolher entre os gêneros alimentícios e um sapato para a filha? Como fazem para tentar driblar os efeitos devastadores dessas condições de crise, que para eles e elas é permanente? Como a educação se localiza nesse contexto? Perguntas como essas são centrais nesta pesquisa e atravessam outras tantas que surgirão.

O professor Silvio Almeida (2018) afirma na introdução de *Racismo Estrutural* que a tese central de sua obra é que o racismo é sempre estrutural e que, portanto, é um elemento que integra sempre a organização política e econômica da sociedade. O racismo, além de estrutural, também resulta em novas estruturações de relações sociais e históricas e, com isso, é preciso entender que não há possibilidade de separação entre políticas ecológicas e o debate racial, ou seja, é imprescindível pensar a ecologia a partir das condições materiais e subjetivas dos que são condenados pelo sistema colonial a uma *política de porão*, de negação a direitos básicos aos que mais sofrem não apenas os efeitos das consequências ambientais, mas que, por suas narrativas de existência, guardam pistas para compreender a causa das condições que nos trouxeram a essa crise, que afirmo ser permanente quando analisamos sob o olhar dos subalternizados do mundo. Se podemos por elas compreender as causas e consequências, também é possível elaborar saídas!

Foi a partir de um cenário de denúncia, lutas e organização popular anti-segregação que, nos EUA, centro econômico atual do sistema capitalista, emergiram novas narrativas que incorporam ao debate ecológico leituras que descentralizam o *corpus* de análise para lugares e corpos excluídos pelas perspectivas que se sobressaíam tradicionalmente nos estudos ambientais. Esse movimento que irrompe na década de 1980 e se expande na década de 1990 vai receber nomes que vão desde Movimento por Justiça Ambiental ou Movimento pela Igualdade Ambiental até Movimento contra o Racismo Ambiental (Silva, 2012).

Ainda segundo Lays Helena Paes e Silva (2012), é nesse cenário que se evidencia o fato de que são grupos mais vulneráveis e marginalizados que arcam com a carga ambiental mais pesada dos danos ambientais gerados pelo desenvolvimento. É apenas nos efeitos desses danos ambientais que o racismo opera ou está também na origem e causas desses danos? Por que é preciso pensar a colonização e a colonialidade para compreender também o racismo ambiental? Quais dinâmicas de produção de subjetividades são ignoradas ao analisar a relação do racismo com o meio ambiente e como elas podem ajudar a pensar essa relação? E como essas subjetividades constituem narrativas e estas podem ser observadas, experienciadas?

No contexto desta pesquisa estão especificamente estudantes jovens, situados numa cidade interiorana da Bahia, periferia de acesso a políticas públicas, que, em suas diversidades narrativas (poemas, fotos, diálogos), implicarão lanças de luta e transformação da realidade.

Guardadas semelhanças e diferenças sobre passado e presente colonial entre EUA e Brasil, apesar de a discussão conceitual comumente se centralizar em disputas jurídicas, a relação entre meio ambiente e raça aparece tanto em análises materiais de uma sociedade desigual quanto em expressões subjetivas que irrompem dimensões de conhecimento científico como acontece na narrativa literária.

Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo*, surge nesse cenário como uma voz política e estético-artística que está na vanguarda do debate sobre racismo ambiental no país, ainda que assim não nomeie aquilo de que trata. Sua forma de abordar a relação potencializa a consciência leitora a olhar seu próprio território, a extrair dali reflexões, a se pensar dentro de um lugar e de um tempo histórico, sendo assim uma educadora de sentidos, que cartografa, ao longo de seu trânsito cotidiano, o que ouve, vê, cheira, toca, percebe, o que narra. Sua narrativa possibilita outras narrativas por também ampliar as formas e recursos para alcançar esse caminho.

Se a favela, para Carolina, é alvo dos despejos dos danos ambientais, em quais outros quartos é possível avistar outros despejos? E se, da mesma forma, resolvermos cartografar a escola em andanças, por meio de uma pedagogia *carolinesca* de sentidos (ouvindo, vendo, cheirando, tocando, percebendo) possibilitando uma voz narrativa em forma de sujeito-escola? Que sujeito-escola poderíamos ter cartografada

em um “diário”, caso ele se tornasse, além de dispositivo metodológico, uma contribuição ao texto escrito por meio da sua característica confessional⁴?

Por pensar a escola como espaço que busca não somente o conhecimento que está em livros didáticos, mas também o conhecimento acerca de como viver no mundo (hooks, 2017), é que enxergo que, portanto, ela deve se localizar no curso da história que ainda não se tornou narrativa escrita, publicada. Ela deve ser percebida no curso da história construída pelos gritos de quem tem muito a contar e quando pensamos os obstáculos presentes nas vidas dos que acessam os espaços escolares também precisamos dar conta de quais são os meios utilizados para burlá-los e conseguir constituir o ensino-aprendizagem dentro das limitações apresentadas. Quais são esses instrumentos de transgressão ao racismo ambiental?

A ecologia não deve estar na educação meramente como um conteúdo programático, mas como a gênese que fundamenta o fazer pedagógico transdisciplinar, visto que ela passa por pensar o nosso lugar no mundo e, como afirma Ailton Krenak (2020, p. 32), “Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte [...]. É enriquecer nossas subjetividades.” É, portanto, preciso caminhar em novas ancestrais possibilidades de não só estar no mundo, mas de se fazer mundo.

Dito isso, este trabalho de pesquisa tem como Objetivo Geral compreender processos de resistências ao racismo ambiental a partir de narrativas de um sujeito-escola. Para isso, tem-se como Objetivos Específicos: a) analisar o racismo ambiental como tema emergente a partir da leitura da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus; b) avaliar impactos e efeitos do racismo ambiental em uma realidade escolar formada por uma comunidade urbana⁵ e interiorana a partir de sujeitos narradores negros; e c) situar o racismo ambiental a partir da circulação no território-escola em suas espacialidades e temporalidades narradas para além dos muros.

Foi feita uma revisão bibliográfica no campo de produção acerca de racismo ambiental relacionando assim às concepções crítica e pós-crítica da educação,

⁴ Aqui faço uso da expressão “confessional” para atribuir uma característica elementar de diários enquanto dispositivos metodológicos, mas também gênero textual, quando se parte de uma narrativa de confissões de caráter íntimo dos sujeitos que escrevem. Nesse caso, ainda que esta dissertação não assuma a estrutura de um diário, faço uso de memórias, confissões, relatos de experiência tanto para ilustrar discussões quanto para materializar a cartografia e o carolinesco presente em *Quarto de Despejo* como guias de escrita deste texto, ainda que não sejam citados diretamente.

⁵ Utilizo o adjetivo “urbana” seguindo a definição de cidade atribuída a Candea, mas é importante ressaltar a ampla predominância de elementos caracterizadores de um espaço rural, inclusive no perímetro urbano.

amparada sobretudo na perspectiva freireana, ampliada por contribuições intelectuais e empíricas posteriores como bell hooks e Luiz Rufino, pensadas e formuladas no âmbito das relações étnico-raciais e também por efeito de uma consciência de reparação histórica, com inspiração em Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), necessária, principalmente, a partir da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08⁶.

Questionarei, ao longo da pesquisa, quais são as estratégias articuladas pelo sujeito-escola da educação básica utilizadas para lidar com os efeitos do racismo ambiental. Ao mesmo tempo, o conceito-objeto ganhará novos ancestrais sentidos a partir do território selecionado para a pesquisa.

Para melhor compreensão da proposta de pesquisa apresentada, a dissertação será estruturada em quatro capítulos, quais sejam: no Capítulo 1, tratarei da compreensão e elaboração do racismo ambiental em contexto brasileiro, indo além de comunidades já associadas ao debate, mas sem deixá-las de lado, visto que são fundamentais para pensar uma ecologia decolonial, proposta por Malcom Ferdinand (2022). Seguirei, primeiramente, por esse caminho por entender o racismo ambiental como uma potência conceitual macro de compreensão da realidade sob a fratura colonial imposta à humanidade para funcionamento de todas as relações dos seres humanos com a Natureza⁷ e dos seres humanos com outros seres humanos. Assim, oferecendo o conceito como um começo.

No Capítulo 2, buscarei tratar da discussão conceitual em disputa em torno do caráter da educação ambiental envolto na tradição, que deixa de fora o racismo em sua forma estrutural e estruturante das relações ambientais e sociais, e na que busca se fundamentar na contra-colonialidade para se pensar, inclusive, na transdisciplinaridade, em torno de uma discussão que dá conta de demandas sociais, não as deixando de fora de uma análise da crise ambiental permanente já citada. Assim, oferecendo a educação ambiental contra-colonial como um meio.

No Capítulo 3, irei me ater à discussão metodológica do trabalho, apresentando olhares e perspectivas acerca da Cartografia proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), metodologia utilizada para o trabalho de campo desta dissertação,

⁶ Tratam, respectivamente, da implementação obrigatória do ensino de culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas em todo currículo da educação do país.

⁷ Utilizo a palavra Natureza iniciada por letra maiúscula por entender a importância desta enquanto conceito político fundamental para enfrentar a crise ecológica que presenciamos.

junto à decolonialidade como instrumento teórico-metodológico e construindo o “fazer carolinesco” em seu diário de uma favelada como *modus* cartográfico de captura das narrativas aqui trazidas, hibridizando assim a decolonialidade com o pós-estruturalismo na busca por destituir a modernidade ocidentalista e o colonialismo de seus tronos inquestionáveis.

Ainda acerca da metodologia, utilizarei a cartografia, em sua forma Pesquisa-Intervenção, compreendendo-a ser um meio de se aproximar daquilo que a *educadora de sentidos* Carolina Maria de Jesus faz como forma de condução dos elementos percebidos, colhidos e produzidos, tomando *Quarto de Despejo* como referência para se construir uma noção ampla de como o racismo ambiental se configura na realidade brasileira, como forja subjetividades ao mesmo tempo em que estas levam a construir sobrevivências e resistências como formas de socialização que não podem ser ignoradas nos processos de ensinamentos e aprendizagens. Assim, oferecendo a Cartografia também como um meio.

No Capítulo 4, apresentarei as discussões e balanços de pistas produzidas ao longo da pesquisa de campo, a partir das resistências que emergem nas periferias da educação como estão subjetivadas nos quartos e despejos de Carolina Maria de Jesus, contrastando, assim, as narrativas de jovens estudantes do ensino médio do Colégio Estadual José Rufino, situado na cidade de Candeal, região do Sisal⁸ na Bahia. É oferecido outro começo! Produzimos, em oficina de campo, uma “colchografia” de retalhos contendo essas narrativas.

A partir disso, temos começo-meio-meio-começo, uma oferta conceitual de um nêgo veio⁹ que assopra a fumaça de um novo tempo contra a marafunda colonial da ciência desencantada, que possibilita circular narrativas e não as findar, que faz uso dos conceitos em sua existência sentida, experienciada para confluir potências coletivas transformativas.

Exu nos acompanhará neste trajeto!

⁸ É um dos considerados Territórios de Identidade (TI) da Bahia que se constituíram enquanto divisão a partir de 2007. Nessa ocasião, a SecultBA (Secretaria de Cultura da Bahia) utilizou-se do conceito da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos, para o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, lastreados pelo conceito de Território muito adequado à lógica cultural. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/>. Acesso em 04 fev. 2024.

⁹ Antônio Bispo dos Santos.

1 CAPÍTULO PRIMEIRO – RACISMO AMBIENTAL: ENTRE CASAS E DESPEJOS, ENTRE O AMBIENTE E O RACISMO

Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibrir acariciando-a com seu frágil biquinho. O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga (Carolina Maria de Jesus).

O céu que você tá vendo agora é o céu do passado.¹⁰

Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam (Grada Kilomba).

O menino olhava o céu e contava estrelas quando antes do fim parou e se lembrou das palavras do pai, no varandado de casa, de que fazer aquilo era desejar que nascessem verrugas pelo corpo. O menino já não era tão menino e agora a preocupação não mais eram verrugas, mas se aquele céu permaneceria tão estrelado assim ou se cairia sobre a sua cabeça. O menino – pintado de negro primeiro pela Modernidade Ocidental e depois pela força em combatê-la – não temia o passado, temia o futuro, e essa era a sua maior preocupação.

Por que o presente-futuro ecológico do planeta deve interessar à população negra? Por que a situação racial da população negra deve interessar aos que se preocupam com o presente-futuro ecológico? Por que não podemos ignorar o passado ao desejarmos um futuro? Temporalidades também erguidas no projeto de Modernidade Ocidental, passado-presente-futuro.

Todos os dias a fábrica de produzir despejos, que é o mundo colonial-capitalista, também produz mecanismos de destruição da Natureza¹¹, dos seres que fazem parte dela – ainda que assim não entendam –, do tempo da poesia. Da poesia encontrada na flor, que cresce bonita e cheirosa, da poesia dos zumbidos de abelhas,

¹⁰ Trecho do filme brasileiro “Marte Um”, lançado em 2022 e disponível na plataforma de *streaming* Globoplay em 23 de fevereiro de 2024.

¹¹ Usarei, ao longo da narrativa, “Natureza” com inicial maiúscula como forma de reverenciá-la em uma importância única, própria.

tão necessárias ao equilíbrio ambiental, dos pássaros que voam e cantam ritmicamente, da poesia escrita nos sorrisos das crianças que brincam sem medo de se tornarem alvos de balas perdidas ou com as horas passadas no relógio até que o tempo grite na voz da mãe mandando entrar.

Poesia arrancada pela violência imposta sob a lógica do funcionamento das estruturas de poder. Poesia transformada para responder aos anseios de quem habita outros mundos, de outras formas, arrancada das condições e estratégias de sobrevivência dos e das que quando sentiam fome e não tinham o que comer, como Carolina Maria de Jesus, resolviam escrever. Como o garoto Deivinho, menino negro e pobre que sonha ser astrofísico no filme brasileiro “Marte Um”, olha os céus e vai além do que as pessoas em volta conseguem ver como em uma das citações que abre este capítulo.

Nesta escrita, minhas memórias se misturam ao que leio, pesquiso e uso como base teórica de reflexão. Aciono meu próprio corpo, que diz “*eu sou uma festa*”, como escreveu o poeta Eduardo Galeano¹². Aciono minha própria história para pensar o que proponho e, como Carolina Maria de Jesus fez, meus sentidos são também os métodos de captação daquilo que é o racismo enquanto condição/ato de estruturação do despojar do ambiente onde (des)habitamos.

Eu sinto o cheiro do café preparado no pé do fogão à lenha, do beiju feito na casa de farinha, aquele coco com açúcar no recheio, que se tornam imagens de infância retornando conforme vou transitando em novos antigos ambientes.

Sinto até o cheiro das páginas dos livros da escola ou talvez da fumaça do candeeiro que *alumiava* as figuras e letras, que hoje *alumia* minhas lembranças. São estas e muitas outras memórias que vão se fazendo presentes em cada *caça* de pistas que realizo para esta escrita. Nos gestos de quem, assim como eu, também são sujeitos desta pesquisa. Nas palavras faladas que se fazem poder quando pronunciadas, daquelas que fazem o astro rei deslizar no espaço, como narra Carolina Maria de Jesus (2014), quando se é hora de despertar e engolir o café, morder o beiju, folhear algumas páginas soltas de um certo diário escrito por mãos pretas, calejadas. Correr para não perder o carro, é hora de trabalhar!

¹² O poema “Janela sobre o corpo” escrito em 1994. Disponível em: <http://www.poesianaalma.com.br/2017/03/janela-sobre-o-corpo-de-eduardo-galeano.html> Acesso em: 19 jun. 2023.

A sirene tocou! Olhos remelados, que demonstram o sono de quem também acorda antes das galinhas, começam a chegar em multidão para mais uma aula. Do professor do diário cartográfico às professoras dos diários de classe, o que podemos descobrir? Como podemos pensar o ambiente como esse lugar onde não só estamos, mas construímos, reconstruímos e modificamos conforme o percebemos? Quais são os movimentos realizados que não só refletem em mudanças sobre os corpos que os realizam, mas sobre o próprio ambiente dos quais são partes?

Nas caminhadas aos finais de tarde por acostamentos da pista que liga a cidade onde trabalho, Candeal, a Feira de Santana¹³, onde moro, muitos pensamentos surgem enquanto reflito sobre a origem do conceito “racismo ambiental” e sua compreensão naquele contexto, brasileiro, mas, além, no de uma cidade interiorana e baiana de aproximadamente oito mil habitantes, de maioria negra. Olhar para uma cascavel morta de aproximadamente sete anos – segundo a contagem tradicional dos chocalhos – depois, de repente, para uma aranha que atravessa rapidamente com uma bolsa de ovos nas costas e exerce o maior cuidado para não ser atropelada pelos poucos carros que passam.

Tudo se cruza, inclusive passado, presente e futuro. Esse é o tempo das resistências das frestas ao projeto Ocidental de modernização de nossas relações e existências, o que faz da escrita – desta escrita – a busca por fatos que não necessitem de cronologias colonialistas.

Para os anuns brancos e pretos, perdizes, bengos, preás e mocós em meio à flora de um bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga, quando na memória me vinha a casa de farinha, lugar onde ouvia atentamente, quando criança, os causos narrados pelas mais velhas, enquanto raspavam mandioca e eu aguardava o beiju de açúcar e coco que minha tia Agripina preparava especialmente para mim, certamente isso tudo me levou também a muitas das reflexões vindouras.

Não se é possível refletir sobre um tema que perpassa toda a minha trajetória sem, dessa forma, também apresentá-la, cruzá-la com a pesquisa que se faz, linhas aparentemente diversas que se enovelam nos resultados que apresento neste texto. Para alcançar e analisar narrativas de outros é preciso que eu mesmo narre! E aqui a temporalidade será quebrada para apresentar uma tentativa de superação da divisão passado/presente imposta pelas matrizes coloniais que torna minha memória e a

¹³ Aproximadamente 60km de distância por estrada.

minha experiência de supravivência¹⁴ como elementos distintos. Ou mesmo a empiria deste trabalho como distinta da teoria aqui formulada, essa distinção também sofrerá uma rasteira. Passado, presente e futuro se tornam uma confluência¹⁵, existem em um único tempo. Enquanto narro memórias e experiências também teorizamos!

Chamo atenção para, portanto, trazer referências ao campo e à oficina de campo¹⁶ ao longo deste capítulo, bagunçando o etapismo conservador das ciências acadêmicas que tentam separar teoria de experiência e fazendo dessa experiência o campo em sua totalidade no que é uma relação do sujeito de pesquisa com o meio e com outros sujeitos, não apenas a cobrada análise de um espaço/tempo controlado por pré-requisitos e uma fracassada tentativa de neutralidade por parte do pesquisador.

Sigo narrando memórias que ampliam essa minha experiência pesquisadora. Minha mãe que, de alguma forma, sempre trabalhou na relação com a escola e meu pai, um homem do campo, que ainda que não tenha tido sucesso na trajetória escolar-formal, sempre falou – da sua forma – sobre educação, são também personagens importantes desta pesquisa, não apenas por serem responsáveis por meu percurso pessoal, mas por acionarem subjetividades suas e minhas importantes para uma cartografia de narrativas cujo tema é transversal à minha própria existência.

Tornei-me negro. Tornei-me professor. Racismo ambiental e educação é uma relação que sempre estive e está presente em meu corpo, abarcando o encontro da complexidade espaço-tempo e evidenciando as encruzilhadas experienciais responsáveis por forjar minha corporeidade, como afirma Eduardo Miranda (2020).

Identifico isso ao longo do caminhar desta pesquisa, e não é um dado pré-identificado, mas que, ao passo em que investigo, não me separo da investigação, do ambiente em que transito, dos sujeitos que colaboram e de minhas memórias. Faço-me presente-passado-futuro no que observo.

¹⁴ Conceito utilizado por Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino em *A ciência encantada das macumbas* (2018).

¹⁵ Referencio aqui o conceito de confluência de Antonio Bispo dos Santos presente em *A terra dá, a terra quer* (2023).

¹⁶ Faço distinção entre “Campo” e “Oficina de Campo”, pois ao cartografar toda a minha experiência enquanto sujeito de pesquisa com o ambiente e outros sujeitos, já se faz “campo”, porém, a “oficina de campo” é a etapa de laboratório, de onde pistas são produzidas e são analisadas majoritariamente no Capítulo 4, que já é fonte de reflexão e discussão capítulos anteriores.

De “meu corpo em performance nos ritos se mostra como arquivo de memórias ancestrais e se torna dispositivo de saberes múltiplos que enunciam outras muitas experiências” (Rufino, 2019, p. 128) me embrenho novamente a pensar no que vejo: uma faixa, onde passam os carros, uma pequena faixa de terra (acostamento) e imensas quantidades de terras cercadas, onde se veem mais bois do que gente. O boi que, em grande quantidade, existe nos pastos, falta no prato. Aqui aparecem as primeiras pistas cartográficas.

Desse lugar, da pista que cerca Candeal, parto para pensar um conceito oferecido e parido das entranhas de resistências e trajetórias negras e indígenas em solo estadunidense para tentar pensar uma realidade latina, brasileira, interiorana, marcada por sangue negro e indígena e atravessado por fenômenos históricos, políticos, sociais e culturais diversos. Vai se costurando uma colcha de retalhos.

Os EUA são vistos costumeiramente pela maioria de nós, brasileiros, pelas lentes dos filmes, séries e telejornais; têm uma história que se assemelha e ao mesmo tempo se distancia da nossa, do Brasil. O racismo, a exemplo, apresenta estruturas distintas em ambos, ainda que advindo de modelos coloniais forjados em meio à expansão dominante da Europa. Há assim a necessidade de perspectivas que avancem para entender que há estruturas globais que o orienta de forma estruturante, mas também há mecanismos internos dessas realidades que se desenvolvem de forma própria, mas não blindados daquilo que é externo.

Com isso, chego à conclusão de que sim, o racismo nasce da estratégia de absorção de outras estruturas de exploração e opressão, sem, contanto, comprometê-lo em objetivo, que é a desumanização, a hierarquização, profundas subjetivações, o reforçar das estruturas de dominação e exploração do trabalho, a manutenção do poder colonial-capitalista.

Intelectuais e militantes negros, negras, indígenas brasileiros pensaram e pensam acerca de nossa realidade. Não é possível saltar para compreender racismo ambiental sem antes compreender o que é meio ambiente e o que é racismo. Não é possível saltar para compreender a realidade do racismo ambiental no Brasil sem pensar a colonização e a colonialidade em seus efeitos diretos na destituição do sujeito enquanto ser ainda integrado à Natureza para um ser descompromissado com ela e, portanto, subjetivamente ligado a uma estrutura de violência, de produção de hierarquias e condenado a reproduzir a violência sistêmica sobre o todo onde vive,

sem pensar nossas histórias e narrativas e, para isso, também se faz necessário cartografar pelo olhar da ecologia decolonial (Ferdinand, 2022).

Feita esta apresentação, reforço que o objetivo é transitar primeiro por um olhar descolonizador e sobre o que entendemos como meio ambiente, partindo assim de uma perspectiva também ancestral de relação com ele. Logo após, farei uma discussão acerca do conceito de racismo a partir das perspectivas que o compreende como estrutural e como o mito da democracia racial intervém nessa discussão. Para isso, farei uso de perspectivas críticas e pós-críticas de estudos acerca do racismo, que o compreende tanto em aspectos inerentes às estruturas e instituições políticas e também enquanto fenômeno desencadeador de subjetividades, comportamentos, elementos psíquicos que não se distanciam dessa análise mais geral, porém com mais ênfase no que Grada Kilomba (2019) define como racismo cotidiano.

Para seguir, deixo as palavras do xamã Yanomami Davi Kopenawa (2015), que diz: “[...] para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos” (p. 76). De tal forma é para isso que também escrevo, para que outros e outras possam ler e se tornem parte desta pesquisa, como eu, como os colaboradores e as colaboradoras são, como os movimentos observados são parte também central dela.

1.1 Conceito ancestralizado de ambiente: do céu azul ao sangue que coalha¹⁷ na terra

Permitam-me dizer, assim, *de cara*, que não podemos compreender ambiente olhando só a beleza do azul do céu e, da mesma forma, não podemos sobreviver só olhando o sangue que coalha na terra seca enquanto mais um corpo espera para ser recolhido.

Em 31 de agosto de 1981, uma Lei que redefiniu a legislação do Brasil acerca de questões ambientais conceituou o meio ambiente como “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”¹⁸. Como não é possível avaliar

¹⁷ Coalhar é um verbo utilizado popularmente no mesmo sentido de coagular.

¹⁸ Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. (BRASIL, Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981).

conceitos e definições – sobretudo ao se tratar de legislação – distantes do contexto histórico, cultural e ideológico, vale observar que a ausência dos aspectos sociais, econômicos, políticos nessa descrição do que constitui o meio ambiente é consoante ao modelo de Estado da época, mas também de governos que ainda constituíam à época a Ditadura Militar. É uma forma de transmitir assim uma leitura de meio ambiente que tenta ser neutra diante de todos os impactos sistêmicos e humanos, isolar reflexões mais profundas que nos levariam a construir soluções conjuntas aos problemas e dilemas.

É fato que pensar meio ambiente não é pensar somente reações químicas, físicas e biológicas, mas sobre o próprio funcionamento da estrutura econômica, social, cultural e política e como ela produz violências várias sobre os diversos corpos que ocupam os muitos territórios. Se nossos corpos (múltiplos em identidades) se constituem em meio às sociabilidades desenvolvidas no *chão*, no território onde transitamos, obviamente as violências que caracterizam a própria (re)constituição desses territórios se apresentam como dinâmicas que nos atravessam enquanto sujeitos.

É importante destacar os avanços percebidos em anos subsequentes no Brasil a partir do processo de abertura democrática com a Constituição de 1988, que trouxe relevância à discussão ambiental no país, amplificada principalmente pela população indígena, a exemplo do discurso histórico de Ailton Krenak durante a Assembleia Constituinte que colocou os povos originários como vanguarda na discussão do direito ao território¹⁹. Nessa mesma trajetória, a ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, com todas as suas limitações, foi um marco por reunir chefes de Estado, organismos governamentais e não-governamentais e ampliar a discussão climática, colocando o Brasil na vanguarda de questões ambientais.

A Lei 9.795, sancionada em 1999²⁰, e que “dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental”, em seu primeiro artigo define educação ambiental como

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e

¹⁹ Discurso em vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYICwI6HAKQ>
Acesso em: 23 fev. 2024.

²⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 23 fev. 2024.

competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Percebe-se a superação da visão distorcida e reducionista imposta em período ditatorial acerca das questões ambientais, logo climáticas, e o favorecimento, assim, da possibilidade de a educação ambiental ser

[...] um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, como bem colocado no artigo segundo da mesma lei.²¹

Durante um dos momentos da oficina de campo, quando discutíamos palavras relacionadas ao meio ambiente, envolvidas em uma dinâmica, as vozes narrativas relacionaram o que acontece **na** Amazônia afetando a cidade **onde** moram, citavam “**aquele** tanque” para se referenciar ao lugar onde vivem, “aquela pessoa que desmata **tudo** pra plantar”, e sempre a discussão ambiental atrelada à existência de memórias, de sujeitos, de relações com o território (na, onde, aquele, tudo). A relação assim demonstra como a educação ambiental pode mobilizar afetos, olhares sobre fenômenos distantes e próximos e ao mesmo gerar relações entre eles.

Essas dinâmicas podem variar de acordo com o território em que estamos e, da mesma forma, adaptamos nossos corpos a esses novos territórios, seja pela própria violência como se apresenta nesse novo *habitar*, seja pela necessidade de sobrevivência. A forma qual um corpo pode se apresentar dentro do ambiente doméstico pode ser diferente da forma pela qual ocupa os ambientes públicos, por exemplo. Assim, o corpo está em relação com o território em que se movimenta, e ele só é corpo por conta do ambiente e o ambiente sem esse corpo não é o mesmo que seria com ele.

Quando pensamos, por exemplo, em corpos LGBTQIA+, quantos e quantas de nós agimos de uma forma quando estamos com amigos, conhecidos, pessoas que carregam as mesmas identidades, mas buscamos construir formas de esconder quem somos, tentar passar despercebidos em situações que colocam nossas vidas em risco? Pensando também que, na impossibilidade de fazer essa *camuflagem*, muitas

²¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

e muitos são as maiores vítimas diretas de discriminação, ataques de ódio e até violências físicas.

Isso fica mais visível à medida que vivenciamos mais intensamente os efeitos das crises ecológicas permanentes e olhamos para aqueles e aquelas que são mais afetados por elas, visualizando as dinâmicas resultantes da conjunção entre o Capitalismo, o Colonialismo e o Patriarcado.

Em texto para a Escola de Ativismo, Bárbara Poerner (2022) escreveu sobre como a crise climática aumenta a vulnerabilidade e a violência contra meninas²². Ela afirma existir uma *transversalidade* nesses eventos climáticos, apresentando gênero e classe como fatores fundamentais para ler os efeitos diretos dos danos ambientais.

O quanto que mulheres negras, filhas e mães de santo, catadoras de papel não precisam se reinventar cotidianamente nos trânsitos entre diferentes meios para sobreviver e garantir a sobrevivência de seus filhos e filhas? Carolina Maria de Jesus (2014) escreveu que

[...] enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (p. 58).

Com a força do lápis, com seu corpo, não apenas transitava entre territórios com dinâmicas diferentes exigidas a seu corpo, mas ela (re)criava, (re)inventava esse ambiente como forma de buscar sobreviver. Muitas outras mulheres encontram em terreiros de candomblé, nas portas de suas casas conversando com outras, nas rodas de samba, batatas de feijão e mesmo em igrejas evangélicas, as possibilidades de serem outras, de reconstruírem os territórios negados a elas como formas de ser ou expressar outras que podem ser.

Quando criança, de tanto ouvir a palavra *viado* de pessoas da minha família, de colegas de escola e nas ruas, busquei formas de passar despercebido até que pudesse expressar minha sexualidade e minha corporeidade. Só que aquela criança *viada* “foi assassinada”! Quando pude ser, já não podia. Encontrei na escrita, na teoria,

²² Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/clima-e-infancia-crise-climatica-aumenta-vulnerabilidade-e-violencia-contra-as-meninas/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

formas de ser, mesmo que incompleto, nos territórios onde passei a transitar: universidade, escola, família.

Escrevi sobre isso em forma de poesia:

Foi avistado, na rua número vinte e quatro um viado a brincar.
Bateram nele, cuspiram nele, chutaram ele e o chamaram de VI-A-DO!

A criança viado cresceu e continuou ali,
morando na rua número vinte e quatro.
Só que agora se tornou três!

A primeira não usava vinte e quatro,
não vestia vinte e quatro,
não jogava número vinte e quatro
para não ser chamado de VI-A-DO!

A segunda usava vinte e quatro,
vestia vinte e quatro,
era o gay da faculdade,
mas tinha muito medo de ser reconhecido como
VI-A-DO!

A terceira, num dia vinte e quatro
se atirou em um buraco.
Jamais foi vista. Mataram!
Mataram essa criança VI-A-DO!²³

Nos processos de territorialização e desterritorialização nos reconstituímos, descamamos, trocamos de pele como *Oxumarê* e nos reinventamos para sobreviver. Só que nesses processos muitos de nós morrem, muitos de nós morremos. Quantas mulheres negras, homens negros, crianças, jovens e adultos LGBTQIA+ sucumbem ao adoecimento psíquico e físico? Quantos não se automutilam se camuflando para sobreviver?

Por isso é preciso compreender meio ambiente e as crises ambientais a partir também dos sujeitos que vivenciam os maiores danos a partir da distribuição desigual, visto que os que ocupam o lugar de alvo das sociabilidades violentas são também os que sentem primeiro as consequências de todas as crises (econômicas, políticas, ambientais). Da mesma forma não é possível aceitar um ambiente que não reflita a diversidade de corpos, porque, se assim ele é constituído, tenhamos certeza de que

²³ Usarei modelos de letras distintos para poemas confessionais, citações diretas de falas dos sujeitos de pesquisa, buscando uma aproximação entre o gênero diário confessional e a coleta de pistas desta pesquisa.

é fortemente marcado por violências que segregam, camuflam, apagam, silenciam. Escolas que aparentam não ter pessoas LGBTQIA+, por exemplo, certamente as ocultam, as excluem, as expulsam, fingem que elas não existem, mas estão lá, em algum lugar.

No curta “Tenho receio de teorias que não dançam”²⁴, gravado em Santo André e Guaiaú, no Sul da Bahia, a professora e performer Dodi Leal diz:

[...] se antes era chamada de viado e passei a ser chamada de vaca, isso não é transição de gênero, mas uma traição de gênero. Mudei foi de espécie. E se antes não era humana, continuo não sendo. Sou uma trava ecológica. Meu gênero é ambiental.

Como professora, artista, intelectual, sendo uma travesti, Dodi Tavares Borges Leal precisou levar sua corporeidade aos meios em que transita, compreendendo não apenas a relação exclusiva de gênero, mas como este se estabelece em confluência com o ambiente que ocupa, ou talvez precisa ser por necessidade de sobrevivência. Corpos trans, travestis, não-binários são cotidianamente violentados para que não sejam vistos, não apareçam nos ambientes apurados pela cisgeneridade. É possível nos tornarmos algo distanciado do que é diverso em Natureza? E aplicar a essa Natureza um reordenamento violento que opera sobre os da mesma espécie e sobre outras? Para Natalia Ferreira (2020), a naturalização da investida humana sobre a Natureza considera ser possível que vivamos à parte dela, porém é

[...] o que não se verifica na realidade; o inverso, no entanto, é gritante: para quem não vive alheio às mudanças climáticas, às queimadas, desmatamentos, mortes de animais aos milhões diariamente ao redor do mundo, ao extrativismo, ao uso da água, à distribuição do alimento produzido, dentre outros problemas, é visível que enquanto provocarmos a destruição da natureza, estaremos provocando a destruição da própria humanidade, bem como de todos os outros animais (Ferreira, 2020, p. 5-6).

Não há como ninguém viver à parte da Natureza e, portanto, às mudanças climáticas, quando não só vivemos uma relação com a Natureza, com o meio ambiente, como também fazemos parte dele, somos ele. Mas, além disso, ela complementa afirmando que essa naturalização não está isolada, mas que

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tdbfQmWJLoU> Acesso em: 21 dez. 2022.

[...] é fruto da mesma matriz que naturaliza a cultura do estupro, o racismo e a violência de gênero, a partir da animalização de outre (de que chamo “não-homem”), do seu retalhamento, da retirada de seu significado original (humano, sujeito de direitos para o pensamento ocidental) [...] (Ferreira, 2020, p. 6-5).

A mesma matriz responsável por constituir tudo que olhamos e percebemos em nossa volta é a que nos levou à condição de sufocamento planetário. A mesma matriz que se agarra à violência capitalista, colonial e patriarcal para se manter funcionando é a que garante a exploração e imposição de uma lógica destrutiva sobre a Natureza. É a mesma matriz que nomeia e disfarça de Natureza o que sequer fazia parte desses territórios anteriormente à sua constituição enquanto estrutura. Como trouxeram plantas e animais de outros lugares para habitar territórios colonizados, também trouxeram novas formas e olhares sobre o meio ambiente, novas matrizes de opressão, novos mecanismos de dominação, muitos que sequer existiam e foram forjados nas novas relações de sociabilidade, como o racismo, e outros que ganharam novos contornos, como o patriarcado.

Abordagens que compreendam gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência ou qualquer outro marcador que parta de uma perspectiva contra-hegemônica devem se ater às questões ambientais, pois não há grupos oprimidos e explorados à parte do meio ambiente. Da mesma forma, não há território colonizado sem produção de exploração e opressão, já que a própria colonização – como falarei mais adiante – é uma justificadora da existência de corpos explorados e oprimidos.

Nossas vidas, nossas existências e nossas subsistências dependem diretamente das condições em que o mundo onde vivemos se encontra. Para além disso, a origem desse modo exploratório da Natureza se localiza numa mesma estrutura que produz a violência sistemática contra negros, negras, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência. Alargar a compreensão do que é meio ambiente para os movimentos, militantes e ativistas sociais, educadores e educadoras se faz, portanto, mais do que necessário. Situacionar violências sobre nossos corpos numa abordagem ecológica também se faz urgente e necessário.

Em minha juventude me deparei com as encruzilhadas, as intersecções, os pontos de encontro que me fazem ser o que sou. Nasci e cresci também em uma cidade interiorana da Bahia, embora um pouco maior que Candeal, tanto em território

quanto em quantidade populacional (cerca de 56 mil habitantes²⁵). A *cidade do couro*²⁶ é conhecida por conta da fabricação de bolsas, carteiras e utensílios de couro de bode, sendo uma das principais atividades econômicas locais. Esse emblema, atribuído pela lógica de desenvolvimento econômico dos municípios baianos, esconde as múltiplas vivências locais, desde os pequenos agricultores, feirantes e pequenos artesãos, até a história dos povos *Paiaiás*, indígenas que habitavam o território antes da constituição da cidade.

Aqui considero importante seguir narrando um pouco mais de minha história pessoal, visto que é a partir de meu corpo que encontro outros corpos e tantos territórios em que cartografo o que vejo, o que ouço, o que percebo a partir do que Eduardo Miranda (2020, p. 25) chama de “encruzilhadas existenciais”, sendo estas responsáveis por forjar a corporeidade. Para tal, o que ele define como corpo-território é o texto vivo, um texto-corpo que narra as histórias e as experiências que o atravessa. Esse corpo, que se funde ao ambiente em que se movimenta e se transforma, conclama a contracolonialidade em performances que não aceitam a colonialidade como modo de vida (Bispo dos Santos, 2023, p. 58).

Ainda que as narrativas de outros sujeitos sejam importantes para forjar nossas consciências, estas não podem ser exclusivas, já que recaímos na leitura embaraçada e colonial sobre os elementos que compõem as suas espacialidades, em que muito se perde, detalhes são minimizados, particularidades são homogeneizadas (Miranda, 2020).

É preciso experimentar o mundo com leituras próprias, para sentir a energia vital presente no encontro com o outro (Miranda, 2020). São os encontros com outros, mas principalmente o encontro comigo mesmo, que constituem as narrativas presentes nesta escrita e é devido a isso que trago experiências que me atravessam como parte desta pesquisa.

Sou filho de um pedreiro e de uma funcionária pública municipal que, como já disse, trabalhou a vida inteira com educação escolar, seja como uma das responsáveis por distribuir a merenda para as escolas, seja na única biblioteca municipal à época ou mesmo dentro de secretarias de escolas locais. Meu pai, ainda

²⁵ Dados divulgados a partir do último Censo Demográfico realizado em 2022 pelo IBGE.

²⁶ Ipirá é localizada na Bahia, a 210km da capital Salvador, possui aproximadamente 60 mil habitantes e conta com uma extensão territorial de 3.048,5 km². Além de uma economia voltada ao curtimento de couro, também é uma bacia leiteira, produtora de leite caprino.

adolescente (como muitos nordestinos à época e ainda hoje), saiu para trabalhar em São Paulo para ajudar nas contas de casa, já que sua mãe, minha vó, ficou viúva, com dez filhos para criar, precisava que os filhos mais velhos trabalhassem, mesmo que para isso tivessem que abandonar a escola. Minha mãe é uma mulher negra. Meu pai é um homem negro.

Minha vó, como tantas mulheres de ancestralidade indígena, conta que sua mãe “*havia sido pega no mato*”, expressão comum para designar o sequestro de mulheres indígenas. A vida inteira trabalhou plantando e cultivando e às quartas-feiras, durante a feira da cidade²⁷, ia montar sua barraca para vender os produtos que plantava, além de cachaça, bolo, suco, cigarro, doces. Minha vó foi/é²⁸ uma mulher negra.

Ainda que em minha adolescência eu tenha tido negada a compreensão de mim mesmo, de quem sou, as relações não-hegemônicas raciais, de classe e sexualidade sempre estiveram presentes. Um corpo negro, periférico, bissexual e bisneto de uma mulher indígena, sequestrada e arrancada do direito ao território e à identidade. Por que negaram o meu direito à identidade, a ter consciência de quem sou e das violências que me atravessam? Por que negaram o direito às minhas ancestrais de viverem seus territórios, suas existências, suas culturas? Por que há uma fissura entre nossas relações com a Natureza antes e depois da colonização?

Achille Mbembe (2015), citando Arendt (1951)²⁹, traz que o que diferencia os selvagens (adjetivo atribuído pela figura do colonizador aos colonizados) de outros seres humanos é menos a cor de suas peles e que o medo de que se comportem como parte da Natureza, que a tratem como mestre irrefutável.

Essa análise é precisa quando, sobretudo em realidade brasileira, a complexidade fenotípica de povos indígenas, quilombolas, negros e negras se apresenta em uma realidade que – ainda que isso envolva questões mais complexas a serem analisadas – são vítimas de uma mesma estrutura racista que impede ou

²⁷ É uma tradição de muitas cidades brasileiras, inclusive baianas, o “dia de feira”, um dia da semana onde acontece o encontro de pequenos comerciantes e trabalhadoras/es do campo para vender seus produtos. Em Ipirá, a tradicional feira ainda acontece às quartas-feiras.

²⁸ Uso o “foi” porque minha vó se tornou uma ancestral, mas ela segue sendo, portanto o “é”, afinal mulheres negras não deixam de ser, pois elas permanecem nas suas e seus.

²⁹ A obra de Hannah Arendt citada se trata de “As Origens do Totalitarismo” publicada originalmente em 1951, porém traduzida e publicada no Brasil em 2012 pela Editora Companhia das Letras. No texto em questão não há referência direta a qual edição da obra se trata a citação.

dificulta a relação deles com a terra, com a Natureza, não apenas na ocupação do solo, mas na própria lógica de utilização dos recursos e na relação que fugiria da consciência colonial-capitalista de exploração, de extração total, mesmo quando são recursos não-renováveis. Ou seja, na interferência não apenas na materialidade, mas também na constituição do próprio Ser.

Assim, a natureza continua a ser, com todo o seu esplendor, uma realidade esmagadora. Comparados a ela, os selvagens parecem fantasmas, aparições irreais. Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos “naturais”, que carecem do caráter específico humano, da realidade humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato (Mbembe, 2015, p. 12).

O projeto de civilização implantado pela colonização é, assim, de primeiro, desmembramento dos sujeitos da Natureza e, segundo, de negação da humanidade, o que seria inscrevê-los na ordem civilizacional moderna-colonial pela violência material e subjetiva. A Branquitude responsável por este projeto institui um mundo inalcançável e trata aqueles que não o alcançam como personificação do incivilizado, caracterizados como primitivos, por “ainda estarem próximos à natureza” (Kilomba, 2019, p. 79).

Assim, desarticulam uma potência revolucionária ante à lógica implantada e, ao mesmo, transformam esses sujeitos em “descartáveis”, pois assim não são humanos o suficiente para gerar comoção, para potencializar reivindicações mais amplas numa sociedade em que têm constantemente direitos de cidadania suprimidos, inclusive o de acesso ao ambiente onde vivem, de que dependem dos recursos, compreendendo que

[...] não há de se refutar que a humanidade necessita intervir no seu meio, em maior ou em menor grau, para que possa sobreviver, caracterizando-se, inclusive, como uma integrante do meio em que se origina e se constitui. Contudo, atrelar a intervenção humana no meio ambiente à lógica moderna de produção e de consumo é uma forma de banalizar a prática negativa do impacto ambiental, distanciando a possibilidade de se repensar positivamente esse impacto numa lógica diferente ou totalmente distinta (Martins; Araújo, 2021, p. 14).

E ainda que isso

[...] poderia se explicar na ideia de que, por estarmos imersos na racionalidade econômica em quase todos os contextos de sociedade, acabamos por acreditar que o capitalismo e o liberalismo econômico são modelos universais e atemporais, descaracterizando sua historicidade e inclusive sua possibilidade de refutação. O mercantilismo, o capitalismo e o (neo)liberalismo são, levando em consideração o período de temporalidade humana, sistemas novos de pensamento e de logística, portanto devem ser considerados como nada mais do que sua definição basilar: construção humana. Sendo uma construção humana, emerge daí a possibilidade de desconstrução, inclusive de reconstrução, como uma forma de se exaltar a característica da mulher e do homem como seres autônomos e também inacabados, ou seja, passíveis de constantes transformações e de ações transformadoras (Martins; Araújo, 2021, p. 14).

Não se trata com isso de apontar a Modernidade Ocidental como um fenômeno natural, mas historicamente construída a partir de lógicas que emergem da relação colonial-capitalista. São essas lógicas que influenciam diretamente na forma com que lidamos e enxergamos o meio ambiente e que advém do modelo exploratório, não apenas em caráter econômico, como também cultural e ontológico (pois interfere na própria constituição do ser), partindo assim para uma naturalização da destruição dos recursos naturais substituindo de forma ampla, ou seja, por diversos meios essa lógica é impetrada nos sujeitos, a visão que caracteriza povos originários de que nós também somos parte desse *todo ambiente*.

O poeta Manoel de Barros (2010, p. 199) escreveu, no poema “Narrador apresenta sua terra natal”, que “quando meus olhos estão sujos de civilização, cresce por dentro deles um desejo de árvores e aves”³⁰. O direito a vivenciar outra relação com a Natureza, que não a de exploração, é atravessado pela lógica de desumanização de nossos corpos, de tentativa de controle e aniquilação de nossas identidades, projeto civilizatório erguido no solo da Modernidade Ocidental que embaça nossos sentidos e nos leva ao esquecimento, a perda de memória ou a memória sem nós.

Não me foi permitido construir narrativas de encontro com minha vó, com meu pai, pois talvez elas poderiam significar uma retomada ancestral que é potente de transformações. Assim também foi com meu pai e sua avó, com as batatas de feijão

³⁰ Trecho do poema “Narrador Apresenta sua Terra Natal”, de Manoel de Barros. *In: Poesia completa*. São Paulo: Editora Leya, 2010. p. 199.

que aconteciam nos terreiros de suas casas. As armas utilizadas para isso se concentraram também na ruptura com nossos territórios e que, por sua vez, também influenciou mudanças nas práticas culturais, destruindo algumas e fazendo emergir, em atos de resistências, outras tantas.

É preciso dar um salto e compreender melhor o conceito *ambiental*, fora de uma perspectiva eurocentrada, visto que a universalização da concepção eurocêntrica de ser humano (e acresço, de meio ambiente) foi uma necessidade do capitalismo e se estabelece a partir dela um padrão normativo racional que sustenta a hegemonia da “branquitude” segundo Dennis de Oliveira (2021), e é preciso pensar que mesmo que os debates sobre a eminente e sistemática crise ambiental tenham crescido nos últimos anos, é fato que

[...] o consenso a respeito da existência de uma problemática ambiental não se reproduz quanto às formas de compreensão desta problemática e, sobretudo, quanto à percepção do que é relevante nas questões concernentes ao meio ambiente e às relações que estabelecemos com este (Silva, 2012, p. 3).

Não é comum, por exemplo, uma associação das questões ambientais com os inúmeros processos de socialização, com suas dimensões, portanto, histórico-culturais subjetivas, sem que se negue que essas dimensões também estão ligadas às próprias formas de constituição de comunidades.

O valor atribuído a uma hidrelétrica ou ao garimpo ilegal, por exemplo, pelas populações indígenas que sofrerão os impactos negativos diretos é distinto de quem vai lucrar e/ou ser beneficiado com essa implantação. A interpretação se diferencia por diversos fatores que vão desde a memória coletiva compartilhada a partir das relações territoriais, étnicas e raciais ou a desvinculação ou ausência deste elemento importante. É por isso que apagar a ancestralidade indígena de nós não-indígenas é uma forma de dominação colonial e que impede, inclusive, que enxerguemos a crise ecológica a partir de olhares advindos das excluídas e excluídos das entranhas de uma história de invasão e violência.

Muito se fala que a crise ecológica ou climática tem sido a causa de diversos acontecimentos de impactos locais, regionais e mesmo globais, porém, não basta afirmarmos a existência de uma crise, é preciso adentrar mais a fundo e compreender as causas, seus efeitos a curto e médio prazo, o que afinal ela significa e o porquê de para muitas e muitos ela ser permanente.

Segundo Victor de Oliveira Martins e Alana Ramos Araújo (2021), só é possível pensarmos o movimento ambientalista também como uma luta anti-hegemônica, se considerar a crise ambiental como também uma crise social, pois “indistintamente as relações sociais têm ação direta na forma como o meio é apropriado e desapropriado numa lógica humanamente finalística” (p. 6).

Para pesquisadores, militantes e ativistas, ela deve ser também compreendida em seu caráter ideológico. Com isso, é importante

[...] primeiramente entender que não necessariamente está se falando de uma crise imediatista, consequencial, materialista, em que a solução se dá pelo desenvolvimentismo tecnológico no fito de reparar os danos causados de forma calculista e mecânica. Pelo contrário, pensar complexamente a crise ambiental é analisar criticamente de que forma é tratada e retratada a própria crise ambiental [...] (Araújo; Martins, 2021, p. 5).

Apontar, aqui, para a crise ambiental como decorrente das condições históricas de degradação do meio ambiente é um primeiro passo fundamental, pois nos leva a entender que as soluções para ela não estão em medidas paliativas, nem apenas em mudanças pontuais e imediatas, mas na própria mudança de paradigma da forma com que compreendemos o que é o meio ambiente e como nos relacionamos, estamos nele e somos ele.

Significa também retomarmos relações anteriores a esse *modus operandi* do sistema colonial-capitalista, revisitando as formas as quais os povos originários lidam com a Natureza e superar, a partir de um olhar científico não-colonizador, ideias preconcebidas que camuflam os reais problemas que enfrentamos.

É comum, por exemplo, políticos institucionais, cidadãos e mesmo pesquisadores, tratar a seca no nordeste brasileiro como um “*problema a ser superado*”, “*um problema a ser combatido*”. Como filho de um *homem do campo*, que obrigava os filhos a mexerem na terra plantando feijão, milho, abóbora, melancia, ouvir isso em épocas eleitorais era muito comum. As promessas de candidatos a vereadores, prefeitos, deputados era sempre essa. Aliás, essa prática de prometer que “*tudo que se plantar aqui dá*” já está presente nas promessas de Pero Vaz de Caminha na Carta que escreveu ao rei de Portugal.

Essa visão há algum tempo já é combatida dentro de estudos sérios e relevantes, pois a seca já é um fenômeno integrado à realidade de alguns biomas, e

como parte do ciclo da Natureza local não é “*para ser combatida*”. O que pode e deve ser feito é a criação e manutenção de políticas públicas que possibilitem levar bem-estar social e condições para as populações que vivem na região lidarem com ela, não isentando a responsabilidade do Estado e nem assumindo uma posição fatalista sobre a realidade³¹.

Em 2022, fortes chuvas deixaram diversas cidades no Nordeste alagadas. Segundo dados divulgados em um estudo publicado pela *World Weather Attribution* (WWA), em julho do mesmo ano, esses eventos têm total relação com a crise climática. Os estudos apontam a interferência humana como um elemento que aumentou a extensão dos impactos.³² O limite de muitos estudos como estes é que, dada a lógica ideológica das empresas e veículos midiáticos que os encomendam, não se apontam as estruturas capitalistas e coloniais diretamente responsáveis por mudanças climáticas, mas direcionam eventos humanos menores como causas.

O pequeno agricultor que corta árvores de um pedaço de terra para plantar milho e feijão está buscando sobreviver, cultivando o alimento que vai servir à sua família, inclusive em períodos de estiagem. O que é enxergado muitas vezes como o causador da situação ambiental em que estamos, como associado por uma voz narrativa durante a oficina de campo.

Diferente faz o grande senhor do agronegócio, que destrói milhares de hectares de terra para criação de gado ou monocultura para uma produção que sequer teremos acesso, e apenas servirá a uma estatística econômica que não reflete a mesa da maior parte da população, sendo este não visto, sem identidade ou que faz isso por ser “um grande patriota preocupado com a economia nacional”.

Tomar a ambientalização do território é também pensar não só como ela se dá a partir das condições materiais (que são importantes para entender por exemplo quem vivencia ou não o direito à cidade), mas como ocorre a constituição ideológica dessa ambientalização (que para além do direito à cidade, se trata de questionar quem são os atores que pensam essa cidade e quais são excluídos de pensá-la, por exemplo).

³¹ Sugiro a leitura do livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, de ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. 4ª edição. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

³² Resultados socializados em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/08/estudo-aponta-conexao-entre-mudancas-climaticas-e-os-temporais-que-afetam-o-nordeste>. Acesso em: 23 de junho de 2024.

Nesse último ponto, mulheres negras como Carolina Maria de Jesus, historicamente construíram e constroem formas de intervir nos rumos da cidade, mesmo que não encontrem caminhos fáceis para isso. Marielle Franco, vereadora assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018, foi uma das tantas que, preocupadas com agendas coletivas, construiu caminhos e formas de pensar uma cidade não somente para uma pequena porcentagem que vive em seus centros.

O fenômeno responsável por essa tentativa de exclusão de vozes e corpos da construção do território tem nome: colonização. Sua dimensão ideológica é a colonialidade. O que deve interessar nesse momento é a forma do habitar que é constituída a partir dessa relação de poder que nasce da constituição da dominação de uma metrópole sob uma colônia.

Numa análise da Colonização e sua implicação histórica com a racialização do meio ambiente, parto do intelectual caribenho Malcom Ferdinand (2022) que designa o *habitar colonial* como

[...] uma concepção singular de existência de certos humanos sobre a Terra – os colonizadores –, de suas relações com outros humanos – os não colonizadores –, assim como de suas maneiras de se reportar à natureza e aos não humanos dessas ilhas (p. 49).

Olhar o território, identificar a sua forma é também observar como os humanos que o habitam vivem. Se há cercas, se há divisões, se há faixas que dividem estradas, acostamentos e pastos, há também classificações para os humanos e não-humanos que habitam.

As cobras serão caracterizadas como “boas” ou “más”, como a *papa-pinto*³³, que meu pai dizia ser uma cobra boa, pois espantava outras cobras. As vegetações são vistas como as que possuem serventia, pois alimentam o gado, servem para fazer chá e as que precisam ser cortadas, pois só prejudicam a agricultura. Os humanos passam a ser vistos como os que servem para o trabalho pesado e os que possuem um certo “*direito natural à propriedade*”. Assim a Colonização molda o território e, por sua vez, aqueles e aquelas que nele pisam, não meramente classificando, o que seria natural na diversidade, mas hierarquizando, construindo diferenças e fazendo delas

³³ O nome científico da cobra é *Philodryas patagoniensis* e é popularmente conhecida como Papa-pinto por se alimentar de ovos. Os mais velhos e mais velhas dizem que era uma cobra protegida, pois ajudava a espantar outras cobras peçonhentas.

razões para discriminar sistematicamente, criando uma atmosfera de desequilíbrio entre nós e todo o resto que compõe a Natureza.

Nesse momento não tem como não citar um exemplo que me chamou bastante atenção nas minhas andanças pela cidade de Candeal. Ela possui, no perímetro urbano, uma lagoa conhecida como *Pipoca*. Ao lado dessa lagoa foi construída uma praça de lazer, com aparelhos para exercícios, brinquedos infantis. Ao lado dela também têm algumas moradias, ou seja, o espaço geográfico da Pipoca é constituído num encontro entre a lagoa, as casas habitadas e, agora, a praça. O que pode ser visualizado? Na rua que separa as casas da praça recém-construída foi feito um calçamento que vai até onde a praça se estende, e a parte onde contemplaria as casas habitadas não há infraestrutura, o chão é de terra seca, esgotos vazam e tomam as ruas e quando chove faz lama³⁴. Aqui reforço as palavras de Carolina Maria de Jesus que abrem este capítulo “O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga”.

Figura 1 - Pode ser visto o calçamento da praça se encerrando antes que contemple moradores e com esgoto a céu aberto



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

³⁴ Pode ser visualizada por meio das Imagens 1 e 2

Figura 2 - É possível visualizar por outro ângulo a estrutura da praça em contraste com o espaço onde começam as moradias



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Uma voz narrativa também afirmou:

- “Uma cidade cercada de mato, mas que a gente só sente cheiro de esgoto.”

Essa cena me chamou atenção também por outros fatores que pude observar em idas a esse espaço: 1. As pessoas que usufruem dos aparelhos de exercícios físicos e da área de lazer vêm majoritariamente de outras localidades, e não os próprios moradores do local; 2. A prefeitura calçou o perímetro onde construiu a praça, mas marcou exatamente no meio da rua o limite do calçamento, (como pode ser observado na imagem 1).

Durante o período do trabalho de campo, a Praça da Pipoca apareceu em muitas falas como um espaço marginalizado, de água podre, mas que muita gente mais pobre na cidade vai lá pescar, porque o peixe tirado dali é o alimento possível.

Por mais que não signifique que a prefeitura teve a intenção direta de negar acesso à infraestrutura para esses moradores ou proibiu o uso da praça por eles, a forma de execução da política possui uma exclusão em essência. Eu diria que essa forma de não buscar participação e escuta nas decisões pelos próprios moradores, de não os considerar e de mantê-los em condições de negação de políticas públicas como ter um calçamento na rua e de sub-humanização, fazendo-os conviver em meio ao mal cheiro e à lama, é uma forma de continuidade da política colonialista presente

nas instituições do país, uma “*política de porão*”, conforme designa Malcom Ferdinand (2022).

O autor faz uma análise do que denomina *política do porão* de como o primeiro contato dos africanos aprisionados com o europeu negreiro se reduz à escravidão e com isso “sem endereçamento nem diálogo” (p. 72). Como consequência se apaga, silencia e violenta de várias outras formas quem eram essas pessoas antes da colônia e reescreve, de forma paranoica, suas origens, fazendo-as esquecer de quase o todo antes.

Para isso, rompe a relação desses corpos com os seus territórios, seja arrancando nativos africanos de suas Áfricas, seja destituindo populações nativas locais de seus direitos aos territórios, seja negando o direito ao território de quem hoje habita as cidades e campos. A memória e o seu resgate aparecem como dispositivos revolucionários, pois nos permite pensar outras possibilidades de habitar, de se relacionar, de ser. A ruptura dessa relação com nossa história manifesta-se também na

[...] impossibilidade de participar das decisões relativas à finalidade da utilização dessas terras, assim como daquelas relativas às culturas e aos alimentos cultivados. O escravizado não tem participação ao habitar colonial. Essa exclusão do escravizado da política econômica levou à impossibilidade, para os escravizados, de assumir uma responsabilidade política pelo uso das terras que habitam. Os escravizados encontram-se subjugados a um ritmo e a uma intensidade de trabalho, a um conjunto de tarefas e a uma hierarquia social que estruturam sua existência e seu mundo vivido. O qual compreende suas relações com outros escravizados, suas relações familiares, seus lugares de habitação, suas possibilidades de movimento e de discurso, sem poder fazer parte da organização dessas estruturas. Isso não significa que o escravizado seja irresponsável, como se isso se trata de um traço de caráter ou de uma disposição psicológica qualquer. Isso quer dizer que o escravizado é mantido fora da responsabilidade tanto da terra como do mundo colonial. A política do porão produz indivíduos fora-do-solo (Ferdinand, 2022, p. 75).

Se faz preciso reforçar que a colonização significou uma invasão de territórios de outros, uma transferência violenta de corpos da África para servir de mão de obra escrava e a destituição destes do direito sobre seus próprios corpos, logo do território. Mas também é a continuidade direta desse processo, mesmo com o fim legal da escravidão. Em sua versão ideológica é o colonialismo.

A Lei Áurea, como os Movimentos Negros apontam, não foi um fim das relações de desumanização dos homens negros e mulheres negras. A Lei de Terras³⁵ não deu e nem garantiu terras à população negra e aos povos indígenas, ao contrário, moldou o meio ambiente brasileiro numa distribuição territorial pautada na formação de Latifúndios que seguiu beneficiando os colonizadores e seus herdeiros.

A caracterização de um *mau cidadão*, como afirma Clóvis Moura (2021), autor de *O negro: de bom escravo a mau cidadão*, é a herança colonial que é responsável pela exclusão da população negra do direito a participar de construção do mundo ao qual ele habita, faz parte e constrói, ainda que com as próprias armas que forja, mas não tem reconhecimento das forças coloniais-capitalistas que controlam as instituições e nem são facilitadas as condições para que estes participem.

A oficina de campo deste trabalho buscou dessa forma uma metodologia que não significasse um reforço da política de porão e do lugar de mau-cidadão, mas que confluíssem narrativas que a partir dos sentidos coletivos se tornassem potências transformativas do próprio modo de se fazer sociedade e que, portanto, se façam voz narrativa.

Há também uma transferência constante da responsabilidade sobre os problemas ambientais das cidades para conta da população mais pobre, que no Brasil é majoritariamente negra. Afirmam ser um problema cultural, de difícil resolução, que a implementação de lixeiras em praças não adianta porque são destruídas, mas é comum encontrar esgotos a céu aberto, mesmo (ora!) que estas pessoas não tenham hábitos de destruir estas mesmas redes de esgoto.

Esse método de controle advém dos mecanismos de produção de alienação, que não são novos (antes era com o escravizado), ainda que eles se atualizem constantemente. É assim uma tentativa de transferência da responsabilidade sob os impactos ecológicos, e mesmo da crise maior, para os que sempre foram os desterrados, os desprovidos de voz, de vivenciarem livres seus laços culturais, sociais, de manter de pé ou mesmo de resgatar suas origens ancestralizadas sem serem perseguidos e mortos por isso.

³⁵ A Lei de Terras é a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 e foi o primeiro documento do Brasil que buscou regulamentar a distribuição e posse de terras no país, só que não veio acompanhada de justiça e combate à desigualdade racial, ao contrário, ficou sob encargo dos representantes políticos dos grandes proprietários de terras da colônia essa organização, que, por sua vez, os beneficiou e seguiu sem garantir direito à terra aos negros, negras e indígenas.

São os seres fora-da-cidade (Ferdinand, 2022, p. 76) que vivem dentro delas, mas não é permitido ser parte delas, afinal é colocado fora-de-cena pela violência da invisibilização ou da política de morte. Da mesma forma os seres que, apesar de estarem fisicamente nas escolas, não estão existencialmente, portanto fora da escola. São as Carolinas Marias de Jesus invisibilizadas. São os personagens cartografados em *Quarto de Despejo*, as criadas por Conceição Evaristo, como as Ponciás³⁶, as Marias³⁷, sou eu, são os colaboradores e colaboradoras desta pesquisa.

Nós não tomamos as decisões finais sobre nossos presentes, porque não nos foi permitido ter o nosso passado, apenas o que nos foi imposto. Seguem sem permitir falarmos fora das línguas e linguagens daqueles que ainda decidem. Só nos aceitam participando se aceitarmos as suas regras, e quando propomos desvios – que se localizam também no passado que nos arrancaram – nos chamam de radicais, utópicos e desconectados da realidade ou nos silenciam com tiros que nem escudos de um mandato institucional são capazes de nos proteger.

A colonização rompeu com o ciclo histórico e, logo, ecológico daqueles povos, “entretanto, essas rupturas não significam que tudo se perdeu. Modificados ou reinventados, crenças, saberes, artes e práticas agrícolas persistiram nas Américas negras” (Ferdinand, 2022, p. 74). Para além das práticas agrícolas, não seriam os laços comunitários presentes em cidades menores como Candeal, bairros periféricos e populações tradicionais do campo, lapsos de uma ancestralidade que resiste à ruptura imposta pela colônia?

Fico pensando nisso quando observo uma aluna mobilizar outras alunas e funcionários da escola para arrecadar alimentos e doar a um colega que não tem o que comer ou quando uma cidade inteira externa luto por causa de um acidente de carro que vitimou membros de uma mesma família e muitos estudantes deixam de ir até a escola também por este motivo.

Esse fato foi, inclusive, citado na oficina de campo, pois chamou a atenção de uma das produtoras desta pesquisa “a demonstração coletiva de solidariedade”. Ainda que sejam pequenos gestos, o que posso definir como uma rede de confluências, não

³⁶ Aqui faço referência à personagem principal da obra *Ponciá Vicêncio* da escritora negra, brasileira, Conceição Evaristo (2017).

³⁷ Aqui faço referência à personagem Maria do conto “Maria”, de Conceição Evaristo, presente na obra *Olhos d’água* (2016).

seriam estas pistas para se pensar o que o *rapper* Djonga canta em sua música “Bença”³⁸, quando diz:

[...]
 Mas nunca esqueça onde reside sua força
 Então volte pras origens, é o colo de quem ‘cê ama
 Será que entende do que eu ‘to falando?
 Dessas coisa que deixa acesa a chama
 [...]

O *rapper* aqui canta a ancestralidade. Olhar para o passado para pensar estratégias que nos faça acender chamas de resistências cotidianas e inesperadas, que nascem de dentro das próprias contradições de uma realidade marcada por colônias de controle físico, mental e espacial. Romper com isso não é apenas partir do momento, mas de nossa própria história.

E é a partir desses lapsos de resistência construídos no calor de batalhas materiais por políticas públicas, que nos faz adentrar universidades e falar de nós para nós dentro de escolas, também do que nasce das relações culturais e artísticas, como o rap, o grafite, as escritas literárias fora de cânones, as performances visuais, entre muitas e muitos outros exemplos.

Ainda no âmbito da descolonização do conceito de meio ambiente, é importante citar outro conceito que desafia outras perspectivas e potencializa outros olhares, que é o de *negroceno*. Segundo Ferdinand (2022), o *negroceno* designa a era em que a produção do negro, visando expandir o habitar colonial, desempenhou um papel fundamental nas mudanças ecológicas e paisagísticas da Terra.

E ainda que

[...] o *Negroceno* descreve uma maneira injusta de habitar a Terra, na qual uma minoria se sacia com a energia vital de uma maioria discriminada socialmente e dominada politicamente. [...] o *Negroceno* assinala a era geológica na qual a extensão do habitar colonial e as destruições do meio ambiente são acompanhadas pela produção material, social e política de Negros (Ferdinand, 2022, p. 80).

O *negroceno* se abre com a criação do racismo como forma de garantia da estruturação das estruturas modernas. O *negroceno* é a condição dos povos nativos,

³⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vltmJnY-waY>. Acesso em: 22 dez. 2022.

das mulheres vítimas do patriarcado, das pessoas com deficiência vítimas de um sistema capacitista, das pessoas LGBTQIA+ vítimas de um sistema de ódio, porque ele reconfigura a paisagem com a exploração da força humana dos *condenados da terra* e adequa/adapta toda ideologia para servir a isso, à moldagem de um mundo que é espelho do colonizador.

Os braços que plantaram as benesses usufruídas por poucos, mas colhem as consequências catastróficas desse mundo colonial são negros e indígenas. É injusto partir para qualquer análise ecológica, qualquer noção de meio ambiente ignorando o papel racial central que esses grupos possuem. Não é também que conceitos outros para caracterizar essa era geológica não se façam úteis, mas acrescentar essa importante leitura recupera efeitos da ocupação colonial que são descartados em leituras ambientais, como o genocídio de quem por aqui já estava, na alteração da capacidade metabólica da terra na produção de nutrientes³⁹, surgimento de doenças, e assim seguem retirando o direito de quem mais sofreu as consequências disso tudo da discussão sobre o futuro do planeta.

Milton Santos, geógrafo e grande intelectual negro brasileiro, trata contemporaneamente de uma forma gerencial do planeta na atualidade que é a Globalização e apresenta, com isso, duas visões: a primeira, é a forma como o sistema capitalista conseguiu “impor uma fábrica de perversidades” (Santos, 2020, p. 19), espalhando desemprego, fome, violência, sobretudo em nome da lógica global que beneficia a poucos. Na segunda, o autor apresenta a possibilidade de como “o mundo pode ser”.

Para tal é preciso entender que

[...] as bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos (Santos, 2020, p. 20).

O que Milton Santos (2020) apresenta no decorrer de seu pensamento é uma análise precisa de como a expansão do modelo capitalista seguiu também expandindo

³⁹ Essa discussão é bem importante, visto que a mudança de pluricultura para monocultura pode significar um empobrecimento do solo, o que muitas vezes o torna infértil, incapaz de plantio.

as configurações coloniais, impulsionando novas formas de destruição, inclusive e sobretudo ambientais, isto porque as bases materiais que constroem a sua dimensão globalizada fazem de recursos, também epistemológicos, que impedem que outros agentes entrem em cena e possam contribuir para novas possibilidades de habitar o planeta, inclusive localizados na própria ancestralidade histórica-radical de luta dos povos explorados e oprimidos.

Aos cidadãos é negado o direito a se compreender dentro de uma civilização global. Mas não é um cidadão universal, ele tem raça, cor, habita um território, e é preciso perceber todas essas referências para analisar em como se amplia e intensifica a colonização de nossos corpos e vivências, naturalizando a barbárie, a miséria e os modos de viver diante disso. Não deveria ser admissível que milhares de pessoas passem fome enquanto redes nacionais e internacionais de supermercados descartam grandes quantidades de alimentos todos os dias.

Carolina Maria de Jesus (2014) escreveu logo no início de *Quarto de despejo* que só queria dar um par de sapatos à filha em seu aniversário, “mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos” (p. 11). E é exatamente esse impedimento de desejos e o compartilhamento da miséria do mundo com os que estão nas periferias dele que a Globalização, criticada por Milton Santos (2020), executa como projeto civilizatório onde estamos.

É esse ambiente que foi – e segue sendo – constituído nas relações desiguais entre países, territórios, espacialidades, corpos. Na configuração de um lugar que vai se distanciando em acesso e direito aos subalternizados, em que estes precisam forjar suas táticas transgressoras para seguir não só sobrevivendo, como construindo potencialidades e legados falados e escritos, cartografados, quando mesmo sem a intenção de serem lidas e ouvidas, assim fazem.

Para Luiz Rufino (2021), as experiências transatlânticas

[...] constituídas a partir dos processos de dispersão/travessia das populações negro-africanas nas Américas – conhecida como diáspora africana – tecem uma esteira de saberes que forjam um assentamento comum nos processos de ressignificação do ser, suas invenções de territorialidades, saberes e identidades (p. 42).

São estas metafóricas esteiras de saberes, colchas de retalho que constituem as táticas transgressoras que construímos dentro da colonização e da colonialidade, em que irrompe a descolonização do ser, do saber e do poder. As formas de se

afugentar das posturas e violências colonizadoras. Nosso próprio corpo se torna território e nossas formas de lidar com esse território são, muitas vezes, inconscientemente anticoloniais, pois são fruto de nossos laços históricos-ancestrais, mesmo que não identifiquemos assim.

Mas é na contracolonialidade (Bispo dos Santos, 2023) que entendemos que assumir uma postura decolonial não é uma transformação exata e única, mas ampla e constante, desafiando a própria lógica do início-meio-fim para sugerir começo-meio-começo, desfazendo assim a temporalidade moderno-ocidental e ao mesmo tempo uma postura de existência de tensionamento constante com outras marafundas coloniais⁴⁰ (Rufino, 2019) a exemplo da separação entre teoria e experiência.

Se “a diáspora negra está a se constituir cotidianamente nas práticas, tecendo conhecimentos que nos possibilitam a produção de um projeto político/poético/ético/antirracista/descolonial” (Rufino, 2019, p. 42), só se forja projetos de forma coletiva, com sustentação nas inúmeras vozes que gritam, que desejam gritar, que ainda não sabem, mas precisam de gritos para se sentir libertos, que experienciam.

Ambiente também é território ancestral para quem quer buscar solucionar a grande crise ecológica que nos atinge. É ancestral também indígena, pensada por quem já estava aqui quando as caravelas da violência chegaram e arrastaram não apenas os territórios e corpos para a marca da colonização, mas nossas consciências e fizeram um mundo à sua luz e semelhança. São os deuses humanos responsáveis pela grande queda do céu, mas o que nós fazemos diante dessa eminente queda? Como pensamos não apenas a destituição desses deuses humanos, mas também de todo o mundo que eles criaram? O futuro também é ancestral e olhar para trás para forjar novos instrumentos de transformação é um caminho necessário de se fazer, como ensina a filosofia Sankofa. Olhar o céu azul, mas não deixar o sangue coalhar na terra.

⁴⁰ Faço uso do conceito de *marafunda colonial* a partir do pensamento de Luiz Rufino que, em sua concepção, é um termo que reivindica dimensionar os efeitos do colonialismo como uma espécie de trauma não tratado, entendendo-a como um continuum colonial responsável pela produção de violências. Para maior compreensão ver RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas* - Exu como Educação. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000400262 Acesso em: 27 jan. 2024.

1.2 Uma oferenda conceitual: o racismo ambiental

Primeiro é preciso que saibamos agradecer as oferendas que os nossos de outros tempos e espacialidades nos oferecem. Chamo o racismo ambiental como oferenda, pois o vejo como um presente que nos ofertaram em forma de conceito, apesar de caracteriza processos e processualidades de desumanização a partir das relações desiguais dentro do espaço-tempo meio ambiente, ele surge da potência inventiva de perceber não apenas esses elementos que o compõe, mas de propor narrativas de denúncia e de transgressão desses danos. O racismo ambiental é um problema, mas só foi possível nomear enquanto problema após o colocarem na encruza das lutas anticoloniais.

Racismo ambiental é um conceito potente, emergente, mas não é novo. O que chamam de novo é fruto de esforços políticos e movimentos que rasgam as frestas da história para potencializar aqueles que hoje constroem narrativas de disputas contra as hegemonias consolidadas.

Quem sempre vence as narrativas sob as pessoas, consegue impor seu pensamento ideológico, o que se manifesta nas diversas formas de sociabilidade que estes sujeitos vierem a ter. Daí precisamos pensar como essas narrativas conseguem se espalhar e atingir mais sujeitos, além de quais são as condições necessárias para que esses sujeitos recepcionem melhor uma ou outra narrativa.

Os meios utilizados pelas narrativas dos vitoriosos encontram sempre maior quantidade de dispositivos à disposição, talvez parte quase que total, enquanto as narrativas dos resistentes precisam construir também os próprios meios, instrumentos e mecanismos.

Não é uma disputa igual, nem por meios iguais, nem possibilidades iguais. Quando pensamos, por exemplo, em sustentabilidade, podemos olhar para os manuais envoltos em perspectivas de desenvolvimento sustentável e enxergar algo totalmente diferente de como quem vive com pouco enxerga. A sustentabilidade é um recurso ancestral utilizado pela população negra desde os tempos de escravização sistêmica, quando, por exemplo, a partir dos restos deixados e descartados pelos

brancos, se fez a feijoada, entendendo que até mesmo das entranhas dos animais pode fazer comida, uma fatada⁴¹, um mocofato⁴², que alimenta toda comunidade.

A sustentabilidade presente no copo de vidro de extrato de tomate, usado para tomar um café preto ou uma cerveja gelada; no suporte de creme dental partido ao meio por uma faca e aproveitado até a última quantidade. A sustentabilidade de acordar pela manhã e escovar os dentes com folha de juá⁴³. De Carolina quando acorda e precisa ver se tem dinheiro suficiente para comprar comida ou precisa sair em busca de papel. Uma sustentabilidade não programada, não esperada, mas que parte das condições concretas reais.

Forjar novas perspectivas para termos técnicos ou mesmo novas categorias analíticas é constante em movimentos e movimentações dos subalternizados, dos excluídos pelas políticas ambientais, dos que sofrem com a maior fatia da distribuição dos danos ambientais causados pela máquina de moer gente. Produzimos novas narrativas, irrompemos barreiras, desafiamos estruturas e causamos rachaduras numa casa gigante que construíram chamada de racismo.

As décadas de 70 e 80 nos EUA foram marcadas por grandes processos rebeldes anti-segregação racial. Neste contexto, cabe falarmos do que muitos/as pesquisadores/as chamam de *Injustiça Ambiental*. Segundo Selene Herculano (2008), é

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (p. 2).

Por si, o conceito de *Injustiça Ambiental* está imbricado em uma relação que possibilitou pensar as questões ecológicas como indissociáveis de sua dimensão social e política, o que remete ao conceito de *Justiça Ambiental*, que se trata do

⁴¹ Comida que leva em seus ingredientes partes das entranhas do animal que pode ser caprino, bovino ou suíno, popular no interior da Bahia e em outros lugares do Nordeste.

⁴² Comida que também leva em seus ingredientes partes das entranhas do animal, porém também partes de ossos do boi ou caprino, também popular no interior da Bahia e em outros lugares do Nordeste.

⁴³ É o fruto do juazeiro cujo nome científico *Ziziphus joazeiro Mart.* Na minha infância recordo de algumas vezes esfregar os dentes com folha de Juá. Na minha infância lembro de lares onde não tinha recursos para comprar creme dental e se fazer uso desse meio.

[...] conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (Herculano, 2006, p. 2).

Que se faça também a justiça de Xangô, pois os dois conceitos fazem parte de uma linguagem jurídica desenvolvida a partir de um contexto norte-americano de questionamentos da segregação e das desigualdades impostas, mas também são utilizados em disputas teóricas entre aqueles que defendem ambos como mais amplos por estarem condicionados a um viés de classe, e isto considero não se sustentar, visto que classe e raça possuem uma relação intrínseca, como sustenta diversas/os intelectuais: Angela Davis, Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Clóvis Moura e tantas e tantos outros. Desse modo, defendo que ao se fazer a justiça de Xangô, também estará fazendo uma justiça preta, enrijecida para se erguer a necessidade étnico-racial de nossas existências.

A identificação dessa parcela desproporcional de consequências ambientais negativas destinadas a grupos específicos da população estadunidense se deu após casos como o de Love Canal, no Niagara⁴⁴; Nova York e de Warren County⁴⁵, na Carolina do Norte, envolvendo contaminações a partir de compostos químicos, que levaram ao desenvolvimento de pesquisas que, por sua vez, ajudaram a constatar como a presença de aterros se localizavam amplamente em lugares onde residiam comunidades negras, apesar de a população negra ser, naquele momento, apenas um quinto da população total da região. Mas foi percebido também, à época, uma repetição desse problema em comunidades rurais com forte presença de latinos.

Neste contexto, emerge o conceito de racismo ambiental, usado pela primeira vez em 1978 por Benjamim Chavez, intelectual e militante, para dar conta da realidade segregada também na forma racial de distribuição e acesso ao ambiente.

⁴⁴ Em 1978, moradores/as de uma habitação de classe média baixa identificaram que havia dejetos e restos industriais e bélicos de contaminação química sob suas casas, o que gerou uma série de protestos e questionamentos acerca da distribuição desigual desses lixos e a uma discussão do tema associado a questões de classe e raça (Herculano, 2006).

⁴⁵ Em 1982, habitantes de uma comunidade negra, descobriram que um aterro, onde era depositado PCB (*polychlorinated biphenyls*), substância potencialmente contaminosa, seria construído ali na vizinhança, o que também gerou protestos, abriu espaço para o uso do termo “racismo ambiental” e movimentou pesquisas e agendas públicas acerca do tema (Herculano, 2006).

Para Selene Herculano (2008), o conceito diz respeito

[...] às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (p. 16).

Em um território estruturado a partir das relações de perpetuação do colonialismo, ainda que se afirme não existir uma intencionalidade diretamente racial, não é possível negar os impactos raciais que as ações resultam e, principalmente, a causa dessas ações.

Para pensar, portanto, o racismo ambiental enquanto conceito amplo, que vai além de dar conta dos impactos específicos – ainda que essa especificidade informe sobre as questões mais amplas – sofridos pelas populações tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos de terreiro) é redimensionar o racismo da sua dimensão individualista, para uma estrutural, como fruto da compreensão de raça em seu sentido político e histórico com impactos diretos na constituição de subjetividades e como o que Victor de Jesus (2020) chamou de *continuum colonial*.

Para Lays Helena Paes e Silva (2012), as razões que fazem com que o Movimento por Justiça Ambiental reafirme a necessidade de discussão do lugar do negro naquele contexto é o desenvolvimento e manutenção de relações do tipo colonial. De fato, a Colonização é o caminho para se compreender a origem de uma relação de crises ecológicas com a dimensão racial, porém também é preciso reafirmar que foram os próprios racializados que tomaram a dianteira da denúncia pública naquele e em outros contextos nacionais, como em 1982 quando os primeiros protestos nos EUA nomearam o problema que enfrentavam de racismo ambiental, contracolonizando.

É preciso dar conta de dimensionar o racismo ambiental para sua característica intrínseca que é estar no funcionamento de todas as relações sociais devido à própria historicidade do racismo como fruto da colonização e, após retomar para as implicações e impactos nas narrativas, é preciso se atentar antes ao que significa a concepção estrutural do racismo e o porquê que ela não anula análises em dimensões mais subjetivas.

Pensemos: uma árvore não é apenas folha, tronco, galhos e frutos. É raiz. São sementes, pólenes, glicoses, oxigênios, dióxido de carbono, água. São as mãos que a

plantam ou o vento que a espalha por campos, matas, florestas. É aquilo que a gente vê e entende como parte da árvore, aquilo que a gente vê e não compreende como parte dela, mas é sobretudo aquilo que a gente não vê, mas faz parte da árvore.

Uma árvore que ainda cortada pode dar origem a outras, afinal a raiz está lá e as sementes estão lá, da mesma forma que os pássaros que a carregam para outros lugares. Não há como partir para compreender algo que a gente não veja sem cavar, sem buscar enxergar o tamanho que as raízes daquela árvore possuem. Assim deve ser para entender o racismo não como uma mera forma de discriminação, mas como um elemento estrutural e estruturante das relações sociais.

Se pensarmos o racismo como uma grande casa, também podemos associar ao que a gente enxerga da casa (paredes, telhado, pintura, rachaduras), mas ao que a gente não vê, mas está lá (fios elétricos, encanação, rede de esgoto, alicerce). Se o racismo estrutural é uma grande casa, o racismo ambiental pode ser visto como o quarto de despejo, onde os excluídos dos excluídos são jogados para fora do pouco acesso que é permitido a uma parcela dos que já são também alvos. Se a população negra é afetada, a população negra favelada é mais ainda.

Para Silvio Almeida (2018), comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é a regra e não a exceção. Essas regras foram instituídas a partir, como já colocado, das dimensões política e histórica, portanto,

[...] a ênfase na análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas o concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento (Almeida, 2018, p. 39).

Árvores se recriam o tempo inteiro. Por meio de outros elementos que as levam a se espalhar pelo ar, pelo oxigênio, quando nutre uma relação com outros seres, com pólen e frutos. Casas passam por mudanças, reformas, reconstruções que as fazem ficar de pé.

O racismo não é apenas uma raiz profunda de nossa sociedade ou meramente um *resquício da escravidão*, mas uma relação de poder que se recria, que se relaciona com outras categorias tão necessárias de compreensão quanto: classe, gênero, sexualidade, deficiência.

Por isso, também é estruturante, pois molda outras fôrmas, alimenta e é alimentado por outras formas de destituição de humanidade, de exploração e opressão e é resultado de uma ideologização constante que fornece novos arranjos econômicos e políticos ao capitalismo, sendo a base estrutural dos países da periferia do capitalismo (Oliveira, 2021, p. 25). Desse modo, o racismo necessita também de outras ideologias, como o eurocentrismo, para se adaptar às novas exigências produtivas impostas.

Segundo o relatório *Health at a Glance*, divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em novembro de 2021, que fez o balanço dos impactos da Pandemia de Covid-19 em 43 países, aponta que no Brasil pessoas negras tem 1,5 vezes mais chances de morrer de covid⁴⁶. Pesquisas como estas também apontaram a imensa desigualdade nos impactos pandêmicos entre pessoas brancas e não-brancas. Reportagem da Agência Brasil, de março de 2021, apontou que no Brasil se vacinava duas vezes mais pessoas brancas do que negras⁴⁷ e, na mesma direção, até metade de janeiro de 2022 menos de 50% dos indígenas do país haviam recebido a segunda dose da vacina⁴⁸.

Esses números trazem a comprovação material de como o racismo se configura no chão brasileiro. Apesar de a covid-19 ser uma doença que contamina toda a espécie humana, seus impactos são sentidos de forma diferenciada por aqueles que nutrem maiores privilégios e acesso a direitos e por aqueles que fazem parte da parcela mais explorada, mais oprimida e segregada.

Afinal quem foram as pessoas que conseguiram cumprir com o isolamento social naquele período da pandemia? Qual a cor das trabalhadoras e trabalhadores que, sem direito a *homeoffice*, tinham que pegar ônibus superlotados todos os dias? Quem possui no Brasil segurança sanitária suficiente para garantir água limpa e tratada, banheiro, recursos para adquirir máscaras mais eficazes? Quem, durante a pandemia, teve que, além de lutar para não se contaminar, também lutar por sua terra, sua casa, pelo direito de um lugar para morar?

⁴⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/negros-tem-15-mais-chance-de-morrer-por-covid-19-no-brasil-diz-ocde/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

⁴⁸ Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/01/covid-19-descaso-do-governo-e-aumento-no-numero-de-casos-preocupam-indigenas-e-indigenistas/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Não podemos perder de vista também o quanto que mulheres negras também se tornaram ainda mais alvos. Segundo nota técnica da Rede de Pesquisa Solidária e divulgada pelo Jornal da USP em setembro de 2021, mulheres negras na base do mercado de trabalho morreram mais do que qualquer outro grupo⁴⁹.

Pensar gênero e raça é fundamental para se refletir um país onde as mãos das mulheres negras sempre estiveram presentes em tudo, da lata d'água carregada na cabeça, às mãos que recolhem papel nas ruas para sobreviver. Não há como pensar racismo ambiental, por exemplo, sem pensar quem são as Carolinas Marias que, para sustentarem seus filhos e os filhos dos outros, erguem territórios, (des)territorializam e movem estruturas quando se movimentam. Como são as participantes e construtoras desta pesquisa!

Talvez entender o racismo a partir de uma metaforização da árvore é um caminho arriscado, tal qual partir de uma pesquisa que considera a Cartografia e seus aspectos rizomáticos. Árvores nos fornecem o ar que respiramos, os frutos que comemos, as sombras que nos descansam e protegem do calor.

Da mesma forma, elas foram utilizadas na construção de navios que transportaram africanos para serem escravizados nas colônias, deixando de ser árvores para se tornarem madeiras. Árvores aparentam ser limitadas estruturalmente, o que não é quando enxergada fora da consciência controladora da Natureza, sob a ótica de utilização produtiva do capital, como madeira. Aqueles que destroem matas e florestas para construir pastos e extrair lucro, estão nos tirando o ar que respiramos, o ar que os povos das matas e florestas respiram; como tiraram o ar de George Perry Floyd⁵⁰, e o ar de Genivaldo de Jesus⁵¹; como retiram o ar de jovens negros e indígenas todos os dias nesse país, dos filhos e filhas de mulheres negras e indígenas.

⁴⁹ Os dados podem ser acessados em: <https://jornal.usp.br/ciencias/rede-de-pesquisa-solidaria-acesse-as-ultimas-noticias/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

⁵⁰ George Perry Floyd Jr. foi assassinado em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020, por policial branco Derek que, durante uma abordagem, se ajoelhou em seu pescoço. O caso repercutiu internacionalmente e deu origem a uma série de protestos pelo mundo, inclusive no Brasil.

⁵¹ Genivaldo de Jesus foi assassinado por policiais rodoviários federais dentro de uma viatura na cidade de Umbaúba, estado de Sergipe, Brasil, no dia 25 de maio de 2022. Na época o caso repercutiu na internet, onde muitos compararam a execução ao uso de câmaras de gás, pois os assassinos se utilizaram da viatura para improvisar uma. ocorreu no estado brasileiro do Sergipe no dia 25 de maio de 2022.

Para explicar essa política de morte que atinge principalmente as populações não-brancas, Achille Mbembe (2015) desenvolveu o conceito de *necropolítica*, a partir da compreensão que envolve a relação do Estado moderno com a ideia de Soberania – o que para ele é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é *descartável* e quem não é – em fronteiras que envolvem o deixar viver ou deixar morrer, quando o racismo passa a ser identificado como um elemento importante de distribuição desse poder soberano sobre os corpos, não sendo apenas mais um elemento, mas um elemento principal de composição.

Achille Mbembe (2015) traz a noção de trabalho de Hegel como forma de o ser humano transformar, modificar a Natureza para uso próprio, só que nessa mudança, se muda também a si mesmo, se desvinculando de algumas relações que possui com a própria Natureza.

Essa compreensão traz vida *versus* morte como conceitos materiais em constantes confrontos. A morte ainda é o elemento que faz com que o sujeito se veja parte da Natureza; a vida se torna uma categoria de transformação em sujeitos, de humanização e a ela só é permitida plenamente a quem se inscreve no curso civilizatório.

Mas onde o racismo entra como elemento mediador dessas categorias? Na modernidade ocidental é possível identificar o estado de exceção como um estado permanente e não apenas momentâneo. Na justificativa de campos de concentração, na (des)territorialização, em tudo que impacta biologicamente e socialmente os sujeitos, está o racismo, como elemento que hierarquiza, produz desigualdades, altera o ambiente, produz discursos favoráveis à medida que fazem com que a morte esteja mais próxima de alguns de forma constante e de outras não.

A morte próxima na ausência de saneamento básico, nas condições alimentares, nos riscos gerados a partir de deslizamentos de terra e rompimentos de barragem, na alteração do ecossistema e eclosão de epidemias e pandemias, no medo de ser morto à bala.

Outro dia me peguei lembrando que quando criança me imaginava tendo super-velocidade e esquivando de balas que poderiam ser disparadas em minha direção. Na rua onde morava era comum ter um corpo velando de alguém (geralmente jovens negros) que morreu de tiro. Lembro de uma criança, assim como eu, que não podia ouvir a frase “*A polícia vem aí*” que corria desesperadamente pra dentro de casa. Mal sabia ela, ainda, que mesmo lá não estava totalmente segura. A condição estrutural

presente no genocídio da juventude negra forja consciências, subjetividades, comportamentos.

Não é apenas sobre deixar morrer ou matar, é sobre também tornar o processo ao qual se tira a vida o mais violento e cruel possível não apenas para satisfazer a sede por sangue como também para forjar consciências sociais que agem por meio da violência, da desumanização do outro, da naturalização das formas adotadas pelo Estado no exercer de sua soberania, de forjar consciências que até mesmo às crianças não passam invulneráveis.

A morte negra e indígena não basta, é preciso expor cabeças e corpos em praças, em ruas, em noticiários enquanto a comida desce pela garganta, de forma tão natural quanto é ver esse derramamento de sangue todos os dias, o tempo inteiro.

O “terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político” (Mbembe, 2015, p. 130). Não só a criação do terror como também a sua manutenção e extensão são formas de alimentar e reinventar a raça a partir do lugar que corpos negros, indígenas se inscrevem na totalidade das relações sociais, políticas e econômicas.

Se apaga, por exemplo, a trajetória de desumanização constante desses sujeitos para só se enxergar um inimigo em potencial a ser eliminado. Sujeitos estes que são constantemente vítimas da negação dos espaços; de um teto, de água potável, de um pedaço de terra para plantar e criar seus filhos, de acessar e possibilitar acesso a sua própria cultura.

Negação também da política, o que a torna, do ponto de vista institucional, um espaço pensado pela branquitude, e intelectualmente pensado a partir da lógica moderna de uma racionalidade que exclui diversas contribuições que estão fora do ocidentalismo eurocêntrico que a veste.

O necropoder é o terror operado de múltiplas formas aos corpos vistos como passíveis de morte dentro da Modernidade. A sua constituição como *modus* de operar foi e é pensada a partir de como

[...] a “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção

de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto (Mbembe, 2015, p. 135).

Quando se olha a partir de um acostamento de uma pista e só se avista territórios cercados, com gados e mais gados em quilômetros e se compara a ausência de pessoas sem terras para plantar, sem casas para morar, o que observamos é a ocupação colonial. Quando essas terras foram e são passadas de geração a geração para filhos e filhas de seus atuais *donos*, o que observamos é a ocupação colonial como projeto em vigor.

Mas não são apenas as dimensões físicas dessa ocupação que se fazem presentes, como também as culturais, simbólicas, que produzem consciências que naturalizam a existência dessas fronteiras, que não as questionam, ainda que os corpos negados a acessar esses territórios criem suas próprias formas de subverter cotidianamente essas fronteiras, ainda que enfrentem para isso múltiplas violências.

Aqui me recordo de alguns alunos que, durante caminhadas na cidade, me relataram informalmente que só entram em algumas áreas e só mergulham em aguadas que pertencem ao atual prefeito da cidade, afinal, ocupando esse cargo, seus vaqueiros não receberiam ordem de retirá-los ou de tomar atitudes mais violentas. Essa é uma forma de driblar as cercas que levantaram na colonização.

A cidade operada pelo necropoder é a descrita por Frantz Fanon (2022) em *Os Condenados da Terra*, a do povo colonizado, de má fama, povoada por homens de má reputação. A cidade que nega pão, carne, carvão, humanidade que, ao estar “no mundo colonial, a afetividade do colonizado é mantida à flor da pele como uma chaga viva que foge do agente cáustico” (Fanon, 2022, p. 53), assim somos atravessados pelos efeitos desse mundo sob nossas subjetividades, violentadas cotidianamente.

Na cidade em que está a escola da realização desta pesquisa, há um povoado nomeado *Chapada*, onde a reputação que chegou quando vim à cidade pela primeira vez é de que é composta por “*gente sem educação*”, “*pessoas brutas*”, de “*gente que gosta de brigar*” e outras tantas famas negativas. Ao mesmo tempo as pessoas que falavam isso também citavam as condições precárias de muita gente que vive nele,

de pessoas humildes, que muitas vezes não tinham o que comer. Povoado constituído por pessoas “brutas e mal-educadas”.

Em ambas as situações o racismo não aparece discursivamente como causa, assim como nenhuma espécie de associação direta das desigualdades produzidas com a forma de se expressar – interpretada por quem não habita esse lugar como sem educação – dos moradores. E jamais o fato de como aquele lugar de “*má reputação*”, apesar da ocupação colonial se fazer presente de forma mais direta, também é um território de pessoas que constroem suas próprias formas de sobrevivência, como uma das estudantes da escola, moradora de Chapada, que cozinha maravilhosamente bem e poderia ter um restaurante em qualquer lugar desse país, mas a marca discriminatória levanta cercas, opera estereótipos e segrega espacialmente. Impede que usemos nossos sentidos para além de como eles são constantes alvos de controle.

A dimensão política e histórica, focalizada no funcionamento das relações de estrutura e de estruturação dessas relações, é para que percebamos que falar sobre o racismo e sua dinâmica não é para o pensarmos como uma categoria fixa e fechada, mas passa por alterações conforme intervenções dos sujeitos, mudanças através do tempo histórico, variação de territórios e produção de subjetividades, sendo elástico.

Isso compreendendo que o racismo pode se apresentar de múltiplas e complexas formas, incluindo desde sentimentos pessoais e ações interpessoais à estruturação de políticas públicas, governos e Estados, moldando cultura, política e ética e, assim como o racismo está para saúde como um determinante social (Jesus, 2020, p. 4), ele também está para o meio ambiente como estruturante.

Segundo Ivy de Souza Abreu (2013):

Neste panorama de biopoder e de biopolítica é que o racismo toma novos contornos, inclusive com o racismo ambiental. O racismo deixa de ter apenas impacto racial estendendo-se a preconceitos e injustiças ocorridos com grupos vulneráveis, sejam histórica, econômica, social ou ambientalmente desprotegidos (p. 4).

Sendo assim, ao concordar que o racismo ambiental, enquanto categoria analítica da dimensão racista de como a relação ambiental se dá na contemporaneidade, emerge a partir da observação das novas formas de constituição de poder na Modernidade Ocidental, não podemos afirmar que o racismo adquire impactos ambientais somente na contemporaneidade, quando ele desde a sua origem

– de caráter colonial – assume como caminhos a (des)territorialização e vulnerabilização de diversos povos a partir da racialização deles, o que significa também um *modus* de exploração e opressão que considera acima de tudo a ambientalização.

Racismo ambiental é também o deslocamento nosso da Natureza, a destruição desse vínculo ou a sua substituição por uma socialização em nome da produção de hierarquias, de lucro, fazendo assim com que o ambiente, por sua vez, modifique os sujeitos que (não)habitam nele e os sujeitos modifiquem o ambiente.

A desumanização dos sujeitos por meio da divisão racial levou não somente a destituição do negro e do indígena de uma concepção consciente de humanidade, mas à própria construção de um modelo de humanidade a ser perseguido. Um modelo que é violento com os animais, com a Natureza, uns com os outros e que enxerga a propriedade privada da terra como também uma forma a ser perseguida.

As vítimas da exclusão ambiental são vistas pela sociedade, de modo geral como outsiders, como subcidadãos. Os indígenas, os catadores de lixo, as marisqueiras, os moradores de aterros sanitários, as paneleiras, os caiçaras, os ribeirinhos, os catadores de coco e sementes, as comunidades tradicionais, os negros, a mão-de-obra barata advinda do êxodo rural, os pescadores, os nordestinos sedentos, dentre muitos outros grupos são discriminados social e ambientalmente (Abreu, 2013, p. 8).

O conceito de discriminação deve ser apreendido nesse contexto não na sua dimensão direta, mas como um conjunto de formas e métodos de manutenção e extensão de uma ordem exploratória, desumanizante e, logo, de retirada da cidadania desses grupos citados. O direito à terra tal qual o direito à cidade é negado respectivamente aos povos que dependem de um pedaço de chão para plantar e de uma casa para morar.

Mas não apenas isso, esses grupos carecem de políticas de gestão da vida que passam por acesso à saúde, à locomoção, à educação, à lazer, à descanso, mas o que encontram pelas mãos do próprio Estado, que gerencia a vida, é a execução da política de morte.

A cidadania, tomada como acesso aos direitos civis, políticos e sociais, como diz André Luiz de Souza Filgueira (2021, p. 187), quando relacionada ao conceito de racismo ambiental é para que se identifique o acesso limitado de grupos

subalternizados aos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, habitação) e em como isso impacta no acesso integral a todos os outros direitos, inclusive políticos.

Como pensar, por exemplo, a sustentabilidade – tão pautada pelos aparatos ideológicos do Estado –, que para Alessandra Pereira (2019, p. 31) “está ligada a pensar antes de consumir e ao consumir pensar na finalidade do consumo”, quando se sente fome? Quando abre a geladeira e não há comida suficiente para ela e para os filhos? Sustentabilidade não é uma ideia que associaria perfeitamente com quem, na ausência de recursos, já parte o recipiente de creme dental para aproveitar os últimos resquícios? Ou quem junta restos de sabonetes em uma massa já sem cheiro, para utilizar até seu fim total? Não são estes os responsáveis pela crise!

Ainda a

[...] sustentabilidade ambiental tem sido apontada não só como uma das estratégias a ser utilizada para dar maior visibilidade da religião de matriz africana e o respeito as suas práticas em locais públicos, como para fomentar o racismo religioso direcionados aos praticantes dessa religião, que diferentemente de outras religiões, não podem exercer seus cultos e religiosas em locais públicos e tem suas especificidades desrespeitadas, ou seja: O mesmo discurso sendo utilizado para o bem e para o mal da manutenção dessas religiões [...] (Pereira, 2019, p. 39-40).

Frequentemente se ouve de pessoas comuns, de figuras públicas e representantes do Estado, até mesmo matérias jornalísticas são veiculadas associando as manifestações religiosas de matriz africana à sujeira das ruas, à morte inconsequente de animais, à poluição de praias. Essa é a construção ideológica da noção de sustentabilidade que se é socializada, não a que leva os povos tradicionais de terreiro a uma segregação espacial, pois acabam por fazer uso somente do espaço privado – ou não, visto que é constante o número de terreiros alvos de terrorismo religioso –, privando-os de vivenciarem a cidade, sendo submetidos à subcidadania, à ausência de direito ao espaço público da cidade, o que significa também invisibilidade.

Destaco aqui a relação de outros racismos, como o racismo religioso, com o racismo ambiental, que se dá tanto pela presença desses corpos nos territórios onde transita, quanto ao movimento transformador que estes corpos e suas místicas ancestrais podem resultar no próprio território. Um corpo com roupas brancas, guias e outros adereços provocam movimentos nos espaços ambientais que ativam na

memória uma relação que muitos de nós perdemos tanto com a Natureza quanto com a própria história dos que descendem de povos africanos e que poderia gerar uma busca incessante por localização subjetiva nas atuais estruturas de poder.

A relação dos povos de terreiro com a Natureza é de integração, sua “essência pedagógica” (Pereira, 2019, p. 40), o que significa que a partir deles se pode (re)pensar a cidade, seu acesso, uso, sua construção, para quem ela deveria servir, quem a deveria (re)criar, mas ao contrário disso é a gestão da cidade que faz as religiões de matriz africana se repensarem, acima de se repensar dentro das estratégias de resistência à segregação e à violência coercitiva, em forma de ódio e intolerância, para que na segregação permaneçam.

Segregação que também marca vivências diversas dentro e fora das escolas, quando se pensa, por exemplo, que durante o ano de 2021, quando algumas escolas retornavam às aulas presenciais, estudantes do espaço rural tiveram o direito à transporte escolar negado quando muitos municípios não ofereceram, alguns alegando ausência de tempo na licitação e outros tratando que “foram pegos de surpresa” e não haviam se preparado para garantir no retorno⁵². Muitos desses estudantes já haviam ficado sem educação escolar durante o ensino remoto por não possuírem acesso à internet de qualidade ou mesmo a qualquer sinal⁵³.

Só que a segregação entre o campo e o urbano afeta o funcionamento das escolas não apenas em épocas de pandemia. Período de chuvas intensas caracteriza o aumento e transbordamento de aguadas, o que diversas vezes impossibilita moradores do espaço rural de irem às aulas, pois não possuem rotas alternativas; ou em períodos de estiagem precisam dobrar o tempo de cuidado com os animais e plantações que servem de alimento. O que muito apareceu na parte empírica foram relatos dos sujeitos que tratam de colegas que precisam dar conta do trabalho antes ou depois da escola, mas muitos que também abandonaram para ajudar nas contas de casa.

Na relação entre raça/racismo e meio ambiente, André Luiz de Souza Filgueira (2021) diz que

⁵² Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/06/tres-meses-apos-o-comeco-das-aulas-estudantes-ainda-sofrem-com-a-falta-de-transporte-escolar-cl441g8e4000e016785lin7yt.html>. Acesso em: 22 dez. 2022.

⁵³ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19440/escolas-rurais-em-quarentena-internet-via-radio-acesso-limitado-aos-materiais-impresos-e-evasao-escolar>. Acesso em: 22 dez. 2020.

[...] o racismo é uma ideologia sistêmica que emoldura as relações socioespaciais. A conexão entre racismo e racismo ambiental se dá pela espacialidade corpórea e territorial. O corpo melanodérmico, tomado não apenas como residente do espaço, é extensão da própria espacialidade. Ou seja, o corpo preto é uma espacialidade. Isso porque é nessa corporeidade que se materializa as tensões socioambientais estabelecidas (p. 12).

É por isso que não se pode falar de racismo ambiental sem desconsiderar os sujeitos e seus corpos-territórios, os movimentos e fluxos que acontecem na espacialidade que moldaram e moldam o território, também historicamente, e os processos de produção de subjetivação. Esses elementos são pistas de como a relação racismo e meio ambiente acontece e como ela deve ser lida nos mais diversos lugares que transitamos e (não)habitamos em nossas trajetórias cotidianas.

Pensando os quartos e os despejos contemporâneos, eles são vários, múltiplos e representam diversas dinâmicas de violências, que são criadas e recriadas o tempo inteiro para garantir ordens condicionantes da realidade, porém, jamais determinantes, afinal é também nesses cotidianos que nós rompemos e nos rebelamos.

1.3 Da negação racial à negação do racismo ambiental: o mito da democracia racial como interdição

O que impede que a relação entre racismo e meio ambiente seja revelada aos sentidos de quem a vivencia? O que faz com que essa relação não seja desnudada tão a fundo ou simplesmente ignorada? Se no espaço-tempo onde vivemos existem impedimentos para falar de racismo na família, na escola, na universidade, entre os amigos, onde moramos, porque compor uma relação aparentemente distante entre políticas ambientais e raça seria fácil?

Arrisco dizer que o problema não é não falar, afinal falamos de raça e racismo o tempo inteiro, inclusive atrelado ao meio ambiente. O problema é que quase nunca nomeamos como deveríamos. Nós falamos dessa relação quando nos indignamos com a violência urbana ambientalizada contra jovens negros, quando falamos de

nossos anseios por uma educação escolar mais valorizada pelos governantes, quando demonstramos desolação com a situação de quem perde suas casas e vidas em enchentes e desabamentos constantes.

Em contexto brasileiro, quando tratarmos das dinâmicas compositoras do racismo, é imprescindível denunciar a existência do que chamam de democracia racial, uma expressão que se erigiu no Brasil com o apoio das chamadas ciências sociais e que na relação concreta e dinâmica da sociedade refletiria a harmonia entre pretos e brancos e a ausência de um problema racial que, por sua vez, tem relação com outros mitos como o da benevolência dos Senhores e do Africano livre e esconde a exploração sexual das mulheres africanas e indígenas, o projeto de branqueamento e as dinâmicas de discriminação, todos estes elementos identificados por Abdias do Nascimento (2016) na importante obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*.

O mito da democracia racial é um subproduto da realidade brasileira a partir da relação histórica da raça com a colonização e a colonialidade, construído para, ao mesmo quando se preserva as estruturas levantadas a partir do sistema escravocrata, negar a existência de um problema que é o racismo.

Lélia Gonzales e Carlos Alfredo Hasenbalg, que escreveram *Lugar de Negro* (1982), afirmam que o racismo,

[...] cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercer o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo desta justificativa variou ao longo do tempo, tendo começado com noções imbuídas de uma visão religiosa do mundo que permitiram estabelecer a distinção entre cristãos e pagãos. Mais tarde e de uma maneira paradoxal, o ideário de igualdade e liberdade surgido no final do século XVIII acentuou a exclusão dos não-brancos do universalismo burguês e levou à necessidade de reforçar a distinção entre homens (brancos) e sub-homens (de cor). Já no século XIX, o darwinismo social, o evolucionismo, as doutrinas do “racismo científico” e a ideia da “missão civilizatória do homem branco” aparecem intimamente relacionadas à expansão imperialista dos países europeus (p. 69).

Nesse trecho é possível identificar algumas características do racismo – algumas já tratadas ao longo deste capítulo – como, por exemplo, o caráter dinâmico, sendo sempre reinventado e adequado às exigências apresentadas pelo sistema econômico e político. Parte sempre da destituição da humanidade de pessoas não-brancas, o que está diretamente associado também à forma com que o sistema

branco-burguês precisa explorar a mão de obra que vai executar a sua expansão quanto modelo de exploração dos territórios.

Se o racismo científico e outras tantas formas de execução do racismo se fizeram presentes reafirmando a raça como categoria favorável ao projeto capitalista e de continuidade colonial, com o mito da democracia racial isso não só é reafirmado como também se nega o caráter estrutural dessa categoria.

Ora, para que se possa perceber a existência da raça como esse elemento importante da formação do país, e das relações globais, é preciso romper com essa ficção que é a democracia racial, um projeto desenhado também a partir da miscigenação, cujo um dos objetivos é distanciar o fruto desse processo (negros de pele clara) da consciência racial, mas sem deixar de percebê-lo como parte da dinâmica do racismo no Brasil.

Crianças e adolescentes como que eu fui crescem identificando uma série de vivências frutos das desigualdades de raça, porém sem associá-las, afinal somos levados a acreditar que apesar de não sermos brancos, também não seríamos negros. Daí a importância de uma Educação consolidada nas perspectivas étnico-raciais como fazem as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

É conveniente à branquitude que pessoas negras de pele clara não se vejam e nem sejam tratadas como negras, porque assim poderão seguir aplicando a elas os *desprivilégios* que o racismo proporciona, se beneficiando com isso, sem que essas pessoas sequer relacionem os efeitos disso em suas vidas a uma estrutura econômica, política e histórica chamada: racismo.

O Mito da Democracia Racial foi propagado também com esta intenção, ou seja, para operar a varrida para baixo dos *tapetes ideológicos*, essa farsa se utiliza do mecanismo de separação de pessoas negras, de ausência de autoidentificação dos que possuem pele clara para assim, ao colocar em execução seu plano de embranquecimento através da miscigenação, fizesse com que essas mesmas pessoas acreditassem realmente que: 1) O racismo deixou de existir quanto mecanismo estrutural das relações no Brasil; 2) Não são pessoas negras e, não sendo, não sofrem a única possibilidade do racismo existir nessa ficção criada que é através da discriminação direta contra pessoas negras.

É importante citar Abdias Nascimento e sua denúncia ao genocídio tanto físico quanto epistêmico da população negra brasileira:

Abdias foi o primeiro pan-africanista com uma visão socioambiental afrocentrada do mundo, numa perspectiva com percepção ampliada de meio ambiente, cultura e crítica ao sistema colonial (Pereira, 2019, p. 26).

Abdias estava à frente de seu tempo e levantar o debate sobre a questão ambiental “numa perspectiva afroepistêmica, pan-africanista e quilombola” e com “quando o mundo não discutia o meio ambiente numa perspectiva socioambiental, pois tinha preceitos conservadores e elitistas.” (Pereira, 2019, p. 62).

Na proposta de Quilombismo, Abdias avança para um resgate de Palmares como a construção de base de todo um pensamento antirracista nos moldes brasileiros, que desde o início tem a marca emergida do território. Clóvis Moura (2020) também contribui para pensar o racismo nos moldes brasileiros quando apresenta a perspectiva de *Quilombagem*, que possui pontos distintos de Abdias, mas que também reforça a importância do lugar de onde devemos partir, sendo esta pensada como uma das formas de resistência (Moura, 2020, p. 24) e que, apesar do *aquilombamento* não ter um projeto de nova ordenação social capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura (Moura, 2020, p. 25).

A existência de quilombos foi uma das muitas e importantes formas de revelação de que nunca houve uma harmonia racial no projeto de país como mitificado por intelectuais como Gilberto Freyre e seus frutos contínuos e isto sempre se provou na história de formação territorial do Brasil. O Quilombo dos Palmares é conhecido por ter sido uma resistência ampla, territorial, no epicentro da Colonização. Nele era possível constatar a existência de uma rede de coletividade entre pessoas negras escravizadas e fugitivos, indígenas de distintas etnias e brancos e brancas pobres. Havia ali uma espécie de “contrato social simbólico que caracterizava a construção coletiva dos Quilombolas (Pereira, 2019, p. 61), e caracteriza ainda hoje.

Essa espécie de contrato de solidariedade coletiva não significa a presença de harmonia, mas as estratégias e laços construídos como forma de resistência anti-colonial, de sobrevivência, tão presentes também em bairros periféricos, favelas, povoados, pequenas comunidades e, mesmo, cidades interioranas país afora no contínuo histórico pós-abolição. Como Beatriz Nascimento escreveu em poema: “*A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.*” A percepção quilombola de mundo precisa ser uma

percepção planetária que rompa aquilo que Beatriz do Nascimento caracteriza como “isolamento da sociedade global” (Nascimento, 2021, p. 116), não se integrando à ordem imposta, mas percebendo as conexões necessárias com outras sociedades para romper o que a torna segregada.

A Terra é o nosso chão sempre futuro-ancestral. Para isto, Beatriz do Nascimento afirma que “a linha de continuidade a ser estabelecida descarta a conceituação de quilombo como projeto insurrecional, como contestação da ordem social, retendo sentido de sistema social baseado na autodefesa e na resistência como forma política (Nascimento, 2021, p. 116). Portanto, não se trata de uma “romantização” dessas sociedades, mas de percebê-las que, apesar do que as mantém sob a máxima da colonialidade, também nas rasteiras que dá às hegemonias e, assim, compreendendo-as no que elas projetam na história do negro e da negra do século XXI.

A solidariedade coletiva com quem passa fome, com quem necessita de agasalhos, com quem tem doença de difícil tratamento, com os familiares de acidentados, alunos que se mobilizaram para ajudar o colega que tinha dificuldades de comer, são pistas de uma memória histórica ancestral e aquilombada presentes das (in)consciências dos sujeitos, onde em meio a um embrutecimento colonial das práticas e do pensamento, consegue resistir como um broto de uma planta que irrompe o solo duro do massapê de uma caatinga ou de um umbuzeiro que desafia décadas para seguir dando frutos. É a resistência à “ruptura dos negros com o seu passado que agravou o desconhecimento da sua situação hodierna” (Nascimento, 2021, p. 109).

Se de uma forma o racismo molda e quebra laços de solidariedade e, por meio do mito de democracia racial, não aparece como fôrma desses moldes, ele também não aparece como princípio organizador e distributivo das relações com o ambiente.

Ignorar ou apagar, portanto, o racismo como elemento constituinte do sistema capitalista é ignorar a sua dimensão colonial e como consequência disso não perceber o lugar que a raça ocupa nas mudanças em curso – inclusive climáticas, ambientais – , como afirma Silvio Almeida (2018): “Nos momentos de crise, em que há um aumento do desemprego e rebaixamento de salários, o racismo desempenha um papel divisionista bastante importante” (p. 146). Acrescentaria que na própria efetivação do desemprego, do rebaixamento de salários e, logicamente, na constituição das condições sanitárias em que essa população vive.

Aquilo, portanto, que é visto como racismo ambiental em um plano de forças hoje no Brasil não é o mesmo que enxergá-lo em um plano de forças na década de 70/80 nos EUA. As relações econômicas, políticas, culturais vindouras das transformações que acontecem de forma forçada e natural nos levam a outras possibilidades de enxergar tanto o desenvolvimento do racismo quanto da tecnologia de controle, de violências e produções de hierarquias quanto a influência das crises ecológicas na compreensão do que é ambiente, afinal este ambiente se modifica ao passo que os sujeitos, que o captam, observam, fazem parte dele, também mudam.

A forma com que comunidades de populações indígenas compreendem a Natureza é diferente do que os seus descendentes desvinculados de sua etnicidade compreendem. Mesma coisa ocorre com a população negra quando pensado seu distanciamento das ancestralidades africanas.

Desumanizar é constatar uma divisão racial do trabalho no Brasil, mas também uma moldagem ambiental consolidada a partir da raça. Uma relação de exploração com a Natureza, com os animais, plantas, com o solo. É não habitar em direitos, mas habitar colonialmente. Matar uma cobra que está em seu *habitat*, manter isso como troféu na beira de uma estrada⁵⁴. Matar lagartixas de estilingue, caçar sariguês fora da alimentação, somente por diversão, são práticas que demonstram como o colonialismo instituiu uma relação com a Natureza medida por práticas de violência constantes.

⁵⁴ Durante uma de minhas caminhadas na beira da estrada de Candeal, encontrei uma cobra morta, o que me levou à reflexão que trago aqui e ilustrada por meio da figura 3.

Figura 3 - Cascavel morta no acostamento



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No Período Colonial, os corpos negros eram os próprios sistemas de saneamento da cidade (Jesus, 2020, p. 6), pois não apenas sofriam com a falta dele como eram os responsáveis por garantir aos que tinham. Essa passagem é importante para refletirmos dentro da realidade ambiental mais ampla sobre o uso ainda de corpos negros, indígenas para a instituir as políticas ambientais que garantem a monocultura, que garantem a especulação imobiliária, que garante o funcionamento das relações de exploração capitalistas.

É o pedreiro negro que vai na casa da família branca da classe média consertar o chuveiro que, além de jorrar água em grande quantidade, a permite sair quentinha. É o mesmo pedreiro negro que volta para sua casa após o *dinheirinho da cerveja*⁵⁵ para descobrir se a água está caindo suficientemente forte ao ponto de subir a encanação e cair pelo chuveiro. Gelada, mesmo no inverno frio. Muitas vezes, no meio do caminho, o pedreiro para em algum boteco para tomar uma *dose quente*, que talvez aqueça o corpo e esquite a alma. Uma das muitas tecnologias do racismo que produzem também alcoolismo ou a violência doméstica contra majoritariamente

⁵⁵ No interior baiano é comum pessoas fazerem serviços de concerto nas casas e ao não estabelecerem o valor e responder com “me dê o dinheiro de uma cerveja” como forma de dizer “me dê um agrado qualquer”.

mulheres negras, como também Carolina Maria de Jesus (2014) relata em muitas passagens. Durante a oficina, falas como “*aqui a única diversão dos jovens é beber cachaça*” ilustram essa relação.

Desvendadas as pistas, fissuras abertas pela forma como racismo organiza o meio onde (não)habitamos, podemos enfim entender a relevância que um tema como racismo ambiental tem para o Brasil e, especificamente, para pensar a educação brasileira. Enveredar-se por cartografar a produção de subjetividades é ampliar o olhar para outras possibilidades de olhar os objetos, sujeitos e as processualidades, enquanto o caminhar e o observar também se tornam intervenções que derivam novas formas, novos modos de fazer e acessos que ampliam a perspectiva pensada lá nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, em outra realidade, mas, da mesma forma, aquilo que muitos entendem como uma dimensão específica de comunidades específicas. É ir em encontro ao inesperado e estar pronto, atento, para outros quartos e formas de despejo.

2 CAPÍTULO SEGUNDO – TRANSGREDIR O MEIO AMBIENTE: POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA DO “TODO”

[...] Eu sai e fui catar papel. Pouco papel nas ruas, porque outro coitado também está catando papel. Ele vende o papel e compra pinga e bebe. Depois senta e chora em silencio. Eu estava com tanto sono que não podia andar. A Dona Anita deu me doces e ganhei só 23,00. Quando cheguei na favela o João estava lendo gibi (Carolina Maria de Jesus).

Soltar pipa, jogar porrinha, fazer churrasco na esquina, sambar, jogar futebol, ir à missa, bater palmas no terreiro, macerar as plantas que curam, benzer quebranto, intuir as chuvas, lembrar os mortos, ler os livros, desfilar na avenida, temperar o feijão são formas de construir sociabilidades mundanas capazes de dar sentido à vida, reverenciar o tempo e instaurar a humanidade no meio da furiosa desumanização que nos assalta (Luiz Antônio Simas).

Cheguei à teoria porque estava machucada – a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (bell hooks).

A coreografia feita para postar no *tiktoker*, a dança em cima de uma cadeira afastada de seu lugar habitual da sala de aula, em fileiras, as pedras de dominó batendo sob a tábua entre sorrisos, xingamentos, contestações do resultado da rodada, as trocas de olhares interessados, os pratos de comida da merenda sendo devorados e um ou outro com um livro na mão, apanhado da biblioteca que quase sempre está fechada, às vezes um mangá ou gibi. O pátio da escola é mais vivo do que salas de aula marcadas por um controle desumanizador e as sociabilidades nascidas dali podem trazer o que não observamos quando geralmente nos dispomos a pesquisar educação.

Certo dia, em um intervalo das aulas, fui ao banheiro dos professores, que fica em certa distância de pias que foram instaladas durante a pandemia de covid-19 para que alunos e alunas lavassem as mãos, mas que muitas vezes já percebi faltar água. Um aluno e duas alunas estavam admirando uma teia de aranha com a sua tecedora

em plantas que ficavam próximas. O aluno fotografa o momento. Também me coloquei a tentar uma foto. A teia estava posicionada em frente a um telefone-orelhão, que já não funcionava há algum tempo. A presença daquela moradora é significativa para pensarmos a relação de existência da escola quanto estrutura e de como a Natureza se encontra presente transbordando-a. Teias de aranhas estão ali desde antes do telefone-orelhão e dos aparelhos celulares utilizados hoje para fotografá-las. As teias construídas podem ser percebidas para lembrar existências não vistas e não percebidas como úteis no e ao ambiente-escola.

Emicida canta, em *A Ordem natural das coisas*⁵⁶: “a merendeira desce, o ônibus sai/ Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce/ De madrugada que a aranha desce no breu/ E amantes ofegantes vão para o mundo de Morfeu”. Merendeiras Marias e Pretas são aranhas que descem ainda antes de sol para tecer os primeiros fios de teias que irão emergir escolas nas primeiras horas do dia e talvez se fecharem nos últimos instantes da noite.

Na musicalidade dos pássaros que, antes das merendeiras trancarem as cozinhas, já dormem em árvores. Assim é a ordem natural. Kant (1999) diz que as crianças não nascem com medo das aranhas, mas são “as nutrizes que criam nas crianças medo de aranhas, sapos, e assim por diante” (p.466). Se as crianças além do mundo são capazes de aprender “A (des)Ordem natural do mundo”, é possível desaprendê-la em contato também com a ordem natural das coisas? E desaprender e aprender não são os princípios básicos (que movem a) da educação? E por que é preciso pensar esse caráter geral da educação para assim pensarmos também o que deve ser proposta de uma Educação Ambiental?

A educação ambiental é antes de tudo uma questão da educação geral, portanto, não pode ser apresentada apenas como uma nova estratégia de ensino sem que sejam questionados os fundamentos, os princípios epistemológicos e conceituais sobre os quais a educação da sociedade atual se desenvolve (Ramos, 2021, p. 216)

Para propor qualquer possibilidade de compreensão e discussão acerca da Educação Ambiental (EA)⁵⁷ é importante que saibamos percorrer caminhos de críticas

⁵⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4cXOAqWOIcM>. Acesso em: 26 dez. 2022.

⁵⁷ A partir deste momento usarei também a sigla EA como forma de variar o uso do conceito de Educação Ambiental que aparecerá com maior constância neste capítulo.

e reflexões sobre o modelo hegemônico de educação que se faz presente sobretudo nas escolas, nas formas que elas funcionam e nos métodos de construção do ensino-aprendizagem.

A professora bell hooks (2017) afirma que é preciso desconstruir um pouco a noção tradicional de que o professor é o único responsável pela dinâmica da sala, tal qual para nós, professores, é preciso valorizar a presença de cada um e cada uma e reconhecer permanentemente que todos influenciam e contribuem para a dinâmica da sala de aula.

Para pensar escola é preciso pensar em todas que a compõem. É preciso pensar na cor distribuída em todas que a compõem. É preciso ver o gênero. É preciso ver desde o aluno que fotografa uma aranha até o que lhe acontece antes mesmo das portas do prédio, que abriga uma escola, se abrirem. Assim como não há possibilidade de se pensar educação no Brasil sem que todas e cada pessoa a pense também.

Paulo Freire (2019) acredita que

[...] uma das razões que explicam este descaso em torno do que ocorre no espaço-tempo da escola, que não seja atividade ensinante, vem sendo uma compreensão estreita do que é a educação e do que é aprender. No fundo passa despercebido a nós que foi aprendendo socialmente que mulheres e homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar. Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação. Há uma natureza testemunhal nos espaços tão lamentavelmente relegados das escolas (p. 44-45).

Quantos gestos, acontecimentos, práticas desconsideramos no ato de pensar a educação? É realmente possível refletir sobre o ato de ensinar e o ato de aprender sem considerar as teias que vão sendo tecidas e os ruídos que emergem das tessituras cotidianas dentro e fora do espaço escolar? As frestas possibilitam pensar outras formas de “educação”, outros mundos de aprender e ensinar, nos possibilita enxergar a natureza testemunhal nos espaços relegados das escolas, o que modifica nosso próprio “enxergar”.

A concepção bancária, intensificada em grande escala nos últimos anos no Brasil a partir da implementação do Novo Ensino Médio (NEM), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em outros projetos, que caminham para uma

neoliberalização constante e intensa, enxerga o ensinar e o aprender como caminhos que o reduzem a uma apreensão do conteúdo, daquilo que o mercado atribui valor, por consequência isso não só estreita a visão que se tem da escola, da educação, o que silencia corpos, possibilidades outras e sentidos como também busca isolar as possibilidades de crescimento dos sujeitos a partir de uma amplitude perceptiva que nos mesmos gestos que os fazem perceber teias de aranha em plantas dentro da escola os possibilitam também enxergar como suas vidas dentro e fora da escola estão marcadas pelo racismo, pelo patriarcado, pelo capitalismo, pela LGBTfobia, pelo capacitismo.

Quando Silvio Almeida (2019) afirma que o “racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (p. 38), aqui associo aos versos de Emicida na música já citada, é preciso entender natural e normal a partir do processo de estruturação das relações sociais.

Não se tratam de ordens anteriores aos processos desencadeados pela humanidade, mas decorrentes desses próprios processos. Tal qual aquilo que entendemos geralmente por educação não é inerente à natureza das coisas, mas a uma ordem natural, criada, desenvolvida, pensada a partir de uma lógica localizada e forjada em meio à violência que configura a nossa história.

Essa violência parte principalmente da ideia de colonialidade que, para Ramón Grosfoguel (2019), estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade (p.59). O racismo seria assim

[...] um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiperhumanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas de seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2019, p. 59).

Sendo fruto da colonialidade, o racismo produz hierarquizações de corpos, de territórios, de formas e modelos de ensino e aprendizagem. Nilma Lino Gomes (2021) afirma que o combate e a superação do racismo parecem uma boa proposta para

colocar a descolonização em ação, tanto na sociedade quanto na educação, desde que não se invisibilize e silencie as negras, os negros e o Movimento Negro como sujeitos sociais e coletivos que nos reeducam. Acresço, a esses sujeitos, os povos indígenas, quilombolas, povos de terreiro e todos aqueles que as relações colonizadoras tentam, na hierarquia de saber, destituir de potência educativa.

Outro ponto que considero importante de reflexão é que se a colonização subverteu a relação com que povos nativos da América e das Áfricas tinham com a Natureza, o que ela produziu a partir da educação? Como ela pensou também modelos de escola e os não-modelos de escola, formas de ensinar e aprender e não-formas de ensinar e aprender? Povos indígenas aprendem antes dos modelos institucionais instaurados. Aprendem com a terra, com as árvores, pássaros, com seus deuses, com os mais velhos, uns com os outros. Diversos povos africanos aprendem com dores, afetos, com a dança, com os animais, com a reunião dos seus. O que aprendemos e deixamos de aprender com a colonização? Com as caravelas, porões, açoites, com as nossas imagens serem constantes em noticiários policiais ou nossos nomes estarem constantemente nos murais de suspensão e notas vermelhas? Para isso “[...] precisamos nos deseducar do cânone limitador para que tenhamos condições de ampliar os horizontes do mundo, nossos e das nossas alunas e alunos” (Simas; Rufino, 2018, p. 19).

Em minhas caminhadas finais da tarde sempre convido estudantes para me acompanharem. Em uma, das muitas conversas que tivemos, falaram sobre a existência de um morro ali perto, onde de cima a paisagem era muito bonita. Falaram também de uma fonte onde tomavam banho. Como já citei, quando questionei sobre aquelas terras serem todas cercadas, responderam que essa que eles entravam “são do prefeito”, então “não costumam impedir”, entendi que por não criar um mal-estar com possíveis eleitores, se permitia. Três meninos negros, pobres e despossuídos da terra, “*condenados da terra*” me disseram isso.

Se a colonização se inicia por um processo de invasão e dominação do território, os avanços geográficos da Europa também significaram a (des)territorialização⁵⁸ de povos e de nossos corpos. A ausência de espaços para

⁵⁸ Uso a expressão (des)territorialização, pois aqui entendo o processo de colonização como um desfazer das formas de territórios já existentes, porém também a invenção de novas formas de territorialização, baseadas em princípios de dominação colonial.

correr, brincar, construir relações com a Natureza é um desdobramento da colonialidade.

Eduardo Miranda (2020, p. 40) ao afirmar que a educação precisa repensar de que forma ela vem contribuindo no forjar do corpo-território dos educandos e dos educadores e que a educação para a democracia e para a emancipação acontece com desafios às normas impostas pelo sistema é preciso compreender que não há possibilidade de pensar uma educação inversa ao que se estabeleceu a partir da colônia sem pensar o seu papel quanto dimensão ambientalizada, dentro de um território e de tudo que ele nega a corpos que não se constituíram como privilegiados dentro de uma colonialidade do saber e da geopolítica, por isso a importante discussão de qual globalização desejamos é fundamental.

Em *Discurso sobre o Colonialismo* Aimé Césaire (1978), ao longo de toda obra, mostra em como primeiro é preciso entender como a colonização se esmera em descivilizar o colonizador e embrutecê-lo, em degradá-lo e despertá-lo para a violência, à cobiça, ao ódio racial e a outros tantos sentimentos e práticas que levam a um uma nova ordem, que percebo como uma subversão daquilo que é compreendido como Natureza na ancestralidade indígenas e africanas, e que, por sua vez, também não se trata de uma romantização das múltiplas vivências desses povos, mas de enraizar nossas práticas culturais que fornecem instrumentos de leitura acerca das relações sociais.

Se a ausência de uma educação libertadora, emancipadora leva sujeitos oprimidos a repetirem, tornar espelho as práticas do opressor, ainda que não supere a sua condição de oprimido, é a colonialidade a grande responsável por não só forjar instituições responsáveis como também isolar responsabilidades sob a aprendizagem unicamente a essas instituições e desvincular o pensar o território e os corpos sob outros olhares.

A partir dessas tessituras e teias que nos permitem olhar, sentir, perceber, soltar pipas, brincar, bater palmas em rodas de samba, pedras de dominó e observar aranhas proponho uma viagem para uma educação ambiental que não ignore as amplas dimensões constituídas dentro e fora da escola, que tensione os muros e grades institucionalizantes. Antes disso, nos colocaremos a pensar uma educação ambiental a partir de um salto para outras possibilidades que nos levam a romper com os sequestros impostos pelos relógios, confinamentos em blindagens cognitivas, vícios em celulares que fazem nossas cabeças se curvarem para baixo e mirar telas

e esquecer de olhar os céus e entender o recado das pipas coloridas (Simas, 2021, p. 63). Por uma EA que não apenas estude a vida, mas que seja viva e faça os seres vivos a vivenciarem.

É nessa circularidade de crianças e jovens que podemos construir outras pontes e desvios da lógica desumanizante do colonialismo, que leva homens e mulheres negras e pobres todos os dias a uma sobrevivência precária, como faz uma criança que encontra no gibi a viagem necessária para lidar com o alcoolismo do vizinho e a contagem de moedas insuficientes para fazer todas as refeições.

E se a educação que temos também é produto de um mundo devastado, ela também deve ser provocada à resistência, à reconstrução e à transição para outra sociedade capaz de proteger a vida, a solidariedade e a justiça socioambiental (Lima; Torres, 2021, p.13), é por isso que ela se torna uma das muitas formas de transgredir o meio ambiente e fazer nascer outras formas de existências.

2.1. A crise do fim dos mundos

A aranha desceu nas primeiras horas da manhã em um fio fino que cruzava o cenário apocalíptico do fim do mundo que estampa capas de revistas, jornais, noticiários, artigos acadêmicos. As crianças fotografando-a enquanto pensa na próxima coreografia para o vídeo que irão gravar.

A normalidade parece ter se tornado a forma a qual as pessoas encontram para sobreviver, adiar o fim do mundo ou, quem sabe, antecipá-lo. A Natureza dá seus sinais enquanto também tenta continuar existindo em meio ao caos, às crises, nomeadas assim pelos mesmos que as causaram. A quem e como cabe pensar saídas para elas?

Carolina Maria de Jesus escreveu que quando não tinha nada o que comer, em vez de xingar, ela escrevia e afirmou também que o Brasil precisava ser governado por alguém que já passou fome. Essas duas frases da escritora traduzem paradigmas que estão no cerne da construção necessária de uma educação ambiental. Ao pensarmos que a preocupação acerca da crise ecológica nasce junto com a identificação da própria crise, também podemos supor que, nas crises e pelas crises,

construímos, fazemos nascer e brotar em solo endurecido outras potencialidades, outras formas de perceber aquilo que aos sentidos colonizados passa despercebido.

Quando Carolina, assim como outras tantas mulheres e mães negras, buscava como criar e alimentar os filhos e filhas – a sobrevivência sua e dos seus – se construía ao mesmo tempo outras saídas para crise da fome que atravessa muitos lares brasileiros. A própria educação financeira de mulheres que, sozinhas, são as chefes de suas famílias e lutam todos os dias para pôr comida na mesa se tornam aprendizados constantes de como lidar com as pedras que atravessam os caminhos.

Crises, sejam elas pessoais, econômicas, políticas, ambientais, guardam pontos em comum que fazem com que elas assim sejam chamadas e vistas sob os olhares do desespero de quem tenta fugir delas, mesmo quando parece quase impossível de ser superadas.

Enrique Leff (2016), ao tratar sobre a crise ambiental, diz que ela é

[...] no fundo a manifestação dos modos dominantes e hegemônicos de realização do mundo moderno. Nesse sentido radical, a questão ambiental conclama a uma reconstituição das ciências sociais e a uma refundamentação dos modos de habitar o mundo (p. 30).

Da crise nascem não só tentativas de as manter, vindas de quem ganha com elas e as causou, mas também nascem e estão ali possibilidades de não apenas superá-la, mas de construção de novos caminhos para que a partir delas não surjam outras crises maiores. Só que uma crise ambiental é uma dessas crises maiores, pois é a crise que coloca em risco todo o planeta e toda vida. Os encontros e desencontros com as crises constantes, cotidianas e permanentes fazem emergir novos olhares, novos respiros, novas escritas e são delas de onde devemos partir.

Dos que sentem fome, dos que sentem necessidade de falar sobre o que veem, ouvem, sentem e pensar outras formas de habitar, dos que possuem memórias de dor arrancadas pela fratura de um mundo colonizado, onde alguns lucram com essas crises, muitos outros as sentem arrancar a alma.

A própria preocupação com o meio ambiente a nível mais amplo nasce de um momento de crise, não apenas ambiental em sentido restrito, mas de uma concepção racional de mundo que começava a ser questionada.

Nos versos de Manoel de Barros – “As folhas das árvores servem para nos ensinar a cair sem alardes”⁵⁹ – mora a tentativa de fuga de um modelo civilizacional e racional que busca a todo custo manter os empreendimentos erguidos sob as ruínas de mundos, que interdita a busca por ampliar nossos horizontes perceptivos e nos impede de olhar/enxergar os silêncios escondidos em meio aos gritos dos fluxos civilizatórios da colonização. Nos impede de enxergar a vida que

[...] atravessa tudo, atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras. A vida dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo do planeta numa dimensão imaterial (Krenak, 2020, p. 28).

Na tentativa de se desvencilhar das marcas coloniais-capitalistas que enchem nossos sentidos com a sujeira da destruição ambiental é quando estes mesmos sentidos buscam “o além” e se direcionam ao que não nos acostumamos a olhar, sentir, tocar, perceber.

É perceber para além das utilidades que atribuem à Vida, o que Ailton Krenak (2020) nomeia de inutilidade, na definição que transcende o conceito do dicionário e nos possibilitam sonhar para adiar o fim do mundo. Por que a educação ficaria à parte disso, quando a flor que irrompe em muro de concreto de uma escola, ainda que passe despercebida, também é afetada pela existência desse muro? As árvores e as aves, ainda que carreguem a marca da metropolização das colônias, não são também a escola ambiental do mundo? O mundo não é a nossa escola ambiental?

As ciências, em seu plano cartesiano, historicamente condicionaram nossas formas de percepção e não apenas em campo de pesquisa acadêmica, mas também se dissolveu popularmente por meios dos veículos de mídia, do sistema educacional, das formas de consumo. Ela (des)educou nossos sentidos a ponto de domesticá-los, colonizá-los a práticas únicas de percepção, mesmo apresentando novos caminhos que racharam com o que era proposto antes.

Se o novo para nascer é preciso que o velho morra, é fato que existirá conflitos situados num campo em disputa, onde eles se chocarão. Não, o velho nunca morre, ele permanece de outras formas ali no novo, pois assim é uma forma do novo sempre

⁵⁹ Trecho do texto “Aprendimentos”, de Manoel de Barros. Disponível em: <https://poesiaspreferidas.wordpress.com/2012/12/20/aprendimentos-manoel-de-barros/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

permanecer como novidade até que se torne o velho da vez novamente. O começo se tornará começo quando as forças coloniais esperarem o fim! Assim, é o que acontece no plano das ciências e, conseqüentemente, das ciências ambientais, elas possibilitam parir começos, sendo elas mesmas frutos destes. Dar um golpe no esperado produzido pelas forças hegemônicas para emergir inesperados.

Para se ater a essa arena de conflitos, parto inicialmente do conceito de racionalidade ambiental, apresentado por Enrique Leff (2016) quando o traz como emergente da demarcação teórica que opera o ambiente e ao defini-lo como um conceito que questiona o logocentrismo da ciência moderna (p. 31). Ou seja, tensiona a as construções intelectuais erguidas a partir do modernismo ocidentalista e constrói caminhos de rompimento com as estruturas monoculturais que, inclusive influenciam na leitura de ambiente, território, ecologia e outros temas que passam por uma construção ambiental.

Mais do que pensá-lo como conceito acabado é situá-lo como um “abre caminhos” para outras tantas possibilidades de racionalidades que não estão assentadas nas estruturas hegemônicas erguidas pela colonialidade. É preciso questionar a fratura racismo e meio ambiente aqui neste trabalho, o que foi feito em todo campo e na oficina de campo.

Importante para questionar as zonas rígidas de compreensão ambiental que esquecem das flores que crescem nos muros de escolas, das que não crescem e das que poderiam crescer e romper os concretos endurecidos com que se busca entender a educação e o meio ambiente e que as árvores, plantas, bichos também participam do aprender-mundo. Assim,

[...] a racionalidade ambiental, como modo de compreensão social, adquire uma radicalidade maior ao reconhecer uma pluralidade de modos de compreensão, ao instaurar um princípio ético-político que confronta toda a hierarquia entre diferentes ordens axiológicas. A racionalidade substantiva se abre para uma pluralidade de ordens de racionalidade cultural, para diversos modos de cognição, de saber e de ser-no-mundo (Leff, 2016, p. 32).

Ou seja, para o autor a racionalidade ambiental que questiona os modelos solidificados pela modernidade é a que considera as inúmeras possibilidades de se olhar o ambiente, a que transgride fronteiras e abre às possibilidades de construir alianças potentes que ameaçam não apenas a forma como estritamente a ecologia é

pensada, mas todas as formas de sociabilidade, que implicam também diretamente no uso que se faz do planeta.

A partir de Antonio Bispo dos Santos (2023) questiono assim o próprio uso da expressão “ecologia”, ampliando repertórios, significâncias, experiências, vivências.

Ecologia é uma palavra utilizada pelos acadêmicos. No quilombo, não existe ecologia, existe roça de quilombo, a roça de aldeia, a roça de ribeirinho, a roça de marisqueiro, a roça de pescador, a roça de quebradeira de coco. Por que a academia usa a palavra ecologia, e não agricultura quilombola? Por que não usa roça indígena? As universidades são fábricas de transformar os saberes em mercadoria e a agricultura quilombola não é mercadoria. Mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria (p. 100).

Se os conhecimentos religiosos, culturais, políticos, sociais são utilizados em vínculos para se pensar questões que inicialmente são colocadas como restritas a uma área ou outra de conhecimento ou mesmo de controle de mercado, temos aí além do rompimento com os modelos científicos construídos no solo da modernidade colonial-capitalista, outras possibilidades radicais de compreender o mundo, de habitar o mundo, de se fazer mundo para além da lógica mercantilista.

Alargando para os produtores dessa racionalidade serem os povos de terreiro, quilombolas, indígenas, perifizados e perifizadas, pesquisadores e pesquisadoras ambientais, mulheres negras chefes de casa, catadoras de papel, imigrantes, as travestis, os excluídos e excluídas para pensar outras ecologias, outras sociabilidades que partam da tomada territorial dos espaços que são negados desde a luz das frestas solares à luz das frestas lunares do dia. Pedagogias roceiras para potencializar os mundos de roçados que não destruam esses mundos, mas que confluem com eles!

Esse modelo e compreensão de meio ambiente parte justamente dessas alianças nem sempre vindouras de encontros físicos, mas dos resultados de pesquisas e movimentos que empurraram para este lugar, tais quais as movimentações dos movimentos negros norte-americanos de final da década de 1970, que agendaram publicamente a luta contra o racismo ambiental, do sempre movimento constante de povos indígenas de diferentes lugares do mundo por terra e sobrevivência, de imigrantes que fogem da globalização capitalista e rompem fronteiras dos Estados-Nações, que são outras invencionices da colonização do planeta. Antes dessa noção se tornar uma flor em muro de um concreto das ciências,

quais primeiros passos alcançaram o pensar meio ambiente como um marco importante de reflexão, formulação teórica e ação política?

Não podemos ignorar que mesmo antes das pautas ambientais se tornarem agenda de governos e debates midiáticos, a literatura marginalizada – e mesmo a canônica – já apresentava questões, indignações e contestações a forma com que o meio ambiente é gestado, acerca da distribuição desigual do espaço-território e das experimentações dos corpos-territórios.

Carolina Maria de Jesus em seus escritos cartografou, denunciou, gritou. O *Cortiço*, de Aluizio de Azevedo, obra publicada em 1890, trouxe a realidade da exclusão, da falta de moradia e saneamento básico, das corporeidades e suas formas de sobrevivência em meio as novas colonialidades impostas sobre as cidades e os territórios, que ao mesmo fazia emergir grandes empreendimentos nos centros, jogava negros, negras, pobres para as periferias e para o não acesso a políticas públicas.

Também contemporaneamente temos obras que tratam da temática, mesmo não sendo comumente colocadas na categoria. *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior (2019), obra ganhadora do prêmio Jabuti de Literatura em 2021, apresenta como pano de fundo a disputa por terra. O latifúndio é uma política de sustentação colonial sob o território e, dessa forma, diz diretamente dos rumos ambientais, pois além de afetar a Natureza em sua destruição para produção de lucro, é responsável pela desigualdade na distribuição de um pedaço de terra pra plantar.

Nos versos cantados em *Asa Branca*, por Luiz Gonzaga, além da falta d'água, certamente os que tomam posse de quilômetros e quilômetros de terra para criação de animais para exportação, são os responsáveis por “nem um pé de plantação”.

Aqui vale citar também o Quilombo dos Palmares e toda a literatura que se produziu sobre ele como uma capilaridade constitutiva da reflexão sobre o ambiental. Como não considerar uma experiência outra de produção, comunidade e elaboração política como um lugar de reflexão sobre o habitar que o Estado colonial-capitalista produz e caminhos e pedagogias outras a constituir outras formas, outros habitares? Como afirma Nêgo Bispo, “o Estado é um ambiente colonialista. Um ambiente colonialista e abstrato” (Bispo dos Santos, 2023, p. 74). Dessa forma, esse Estado é parte central da crise ambiental.

Em se tratando de pensar quando se começa a gestar realmente uma Educação Ambiental como área à parte e não “sub-representada” em outros campos

de pensamento, irei trazer alguns marcos históricos importantes, porém sem interesse de reconstituir uma linha do tempo, visto que este não é o objetivo deste trabalho, mas refletir sobre a evolução do conceito a partir dos debates e caminhos percorridos até aqui, afinal, assim como Paulo Freire entende o ser humano como um ser histórico-social, também é preciso enxergar assim toda produção advinda de nós.

Por isso, as teias aqui consideram – de Gonzaga a Emicida, de *O Cortiço* a *Torto Arado*, de Palmares ao Brasil atual, de *Quarto de Despejo* a esta dissertação – não uma linha retilínea e sem desvios, mas encontros e desencontros que vão tecendo em meio às tensões encontradas, circulando trocas, saberes, ensinares e aprendizados.

Datada do início da década de 1970, o que se convencionou chamar de Educação Ambiental tem como um de seus marcos a Conferência de Estocolmo em 1972. O processo histórico de institucionalização, segundo Elisabeth Christmann Ramos (2001) parte de critérios que vão da identificação da crise ambiental como uma ameaça à qualidade de vida e à vida no Planeta (p. 202). Primeiro, a disputa por reconhecer que havia uma crise ambiental de nível irreversível encontrou adeptos da negação que buscam manter a mesma lógica de exploração das forças da Natureza.

Após o desenrolar do debate levou a indagações que diziam respeito não apenas o futuro planetário, mas de como os hábitos das populações poderiam ser considerados tanto em proposições de resolução quanto de manutenção dos costumes e formas de se relacionar com o meio ambiente.

Só que o movimento responsável por isso se estabeleceu a partir das manifestações e movimentos que antecederam a década e marcaram os anos 1950 e 1960. A radicalidade presente nas críticas ao sistema capitalista levou a efetivação de um movimento ambientalista preocupado com uma “nova sensibilidade em relação à natureza” (Ramos, 2001, p. 203). As críticas, portanto, se estenderam paralelamente a uma ordem ambiental e a uma ordem política de classes.

Criou-se ao mesmo tempo uma arena de tensionamentos no que diz a posicionamentos distintos e conceitos de origem econômica como o de “desenvolvimento”, “subdesenvolvimento”, “industrialização”, que ganharam na dialética uma maior relação com o de meio ambiente, e, por sua vez, se relacionava essencialmente a problemas como a poluição e catástrofes ambientais caracterizadoras desse período, é o que vai dar base para conceitos como o de “desenvolvimento sustentável”.

Ainda que questões como a pobreza, presente majoritariamente em países do Sul global, aparecessem em discursos, era visualizada numa esfera de incompatibilidade ao debate de meio ambiente por lideranças institucionais, como se não fosse uma preocupação do que seria forjado, a partir dali, como educação ambiental. Para os tecnocratas não era possível frear o ciclo de desenvolvimento econômico por causa de uma questão ambiental e, dessa forma, era possível lidar com a crise a partir de uma mudança de hábitos e costumes das próprias pessoas.

Se os danos ambientais ao planeta foram vislumbrados pelas lideranças e instituições políticas globais como de caráter relacional do ser humano com a Natureza, a educação, como forma ideológica dos Estados-Nações, adquiriu status de importância na efetividade de combate à crise climática e de apreensão dos indivíduos nas suas formas de lidar com o meio dentro desses limites.

Aqui abro parênteses para retomar rapidamente a noção de Estado como ambiente colonialista referenciada por Antônio Bispo dos Santos para entendermos que se a educação ofertada foi vista como “solução prática” para o problema da crise ambiental, nós concordamos, mas ampliamos isto para contracolonialmente ampliarmos a própria concepção de educação, extraindo o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio (Bispo Dos Santos, 2023, p. 59). A educação ambiental produzida dentro da institucionalidade pode e deve ser vista como uma concepção também em disputa.

Essa foi a forma que a EA assume, ainda limitada pelo colonialismo, a de promover uma certa “cultura de cuidado” saudável da Natureza a partir de seus aparatos (escolas) sem afetar o desenvolvimento econômico dos países. As demandas sociais não ganharam, assim, nestas primeiras linhas, status de demandas ambientais e como consequência a educação ambiental nas escolas foi situada no campo das ciências da natureza (ou que possuem relação) e não de uma preocupação associada ao conteúdo de disciplinas como História, Sociologia, Filosofia, Literatura.

Contracolonizo reafirmando que é importante

[...] que problematizemos a educação reconhecendo os equívocos praticados, para então buscarmos uma saída original, potente e incômoda. Estamos convencidos de que nós, educadores, temos uma tarefa urgente: precisamos nos deseducar do cânone limitador para que tenhamos condições de ampliar os horizontes do mundo, nossos e das nossas alunas e alunos. Educação deve gerar gente feliz, escrevendo, batendo tambor, dando pirueta, imitando bicho, fazendo ciência e gingando com gana de viver (Simas; Rufino, 2018, p. 19).

O educar canônico adoece, o deseducar do cânone contracoloniza e possibilita arrancarmos curas. A educação canônica convence a nos adequar, deseducar dela nos faz gingar, brincar, soltar pipas, bater tambor, encontrar Exu em encruzilhadas sem deixar a ciência num campo de seriedade que a neutraliza enquanto potência inventiva.

Assim, a invenção e criação que faz da educação ambiental contracolonial é a que não se limita as fronteiras disciplinares, mas a que as transgridam, não as negando, mas encantando-as, cruzando-as em outras perspectivas (Simas; Rufino, 2018, p.19). Praticando o Todo, nos fazendo ser circularidades, mexendo com a temporalidade ocidental e destituindo tronos canônicos e outras marafundas, fazendo educação que carrega ambiental como adjetivo sem necessitar dizê-lo.

2.2. Olhar, cheirar, ouvir, falar e tocar para levantar os céus

O primeiro passo para propor uma EA Antirracista (EAA)⁶⁰ é demarcar um campo de diferenciação com a concepção conservacionista, que mesmo tendo marcado os anos iniciais de formulação, ainda se mantém em práticas pedagógicas e no imaginário popular. Porém, ainda que a abordagem socioambientalista contribua criticamente e tenha resultado na ampliação do campo, também se faz preciso ir além, não reduzir questões e demarcadores importantes a uma questão abstrata de “social”.

Esse “social”, como tantas vezes visto e apontado, se reduz à condição de “classe” e, em um país forjado pelo mito da democracia racial (como já constatei no capítulo anterior), “raça” quase nunca é visualizada ou apontada como critério de estruturação das relações.

Quando Carolina “costurou sua colcha de retalhos” em diários escritos à mão, seu corpo, o corpo de seus filhos, as interações que construía, tudo caminhava junto à denúncia das condições de moradia, de alimentação, de paixão, de pele, cor, gênero. Transitava entre mundos que o cartesianismo insiste em separar, em negar o encontro e limitar os estranhamentos.

⁶⁰ Para empretecer a Educação Ambiental proponho uma Educação Ambiental Antirracista (EAA).

A pedagogia conservacionista, responsável por responder a uma educação (logo a uma educação ambiental também) tradicionalista, não responde às múltiplas dimensões das crises experimentadas (Torres; Lima, 2021). Ela é reducionista, concebe uma crise climática, por exemplo, pensada a partir de um único fio e não dos encontros e desencontros e acaba por impedir uma cidadania ativa frente aos grandes desafios que temos.

É uma pedagogia que se preocupa mais com perguntas e respostas repetidas em documentos e tratados do que o que desestabiliza a partir da arte, da cultura, dos sentidos e movimentos sem preparação prévia. É uma pedagogia alinhada ao ideário neoliberal, que

[...] se move e expande no plano objetivo, ao transformar natureza e trabalho humano em mercadorias consumíveis em ritmos cada vez mais acelerados pelo desenvolvimento tecnológico e, subjetivamente, ao criar imagens e identidades associadas ao consumo, ao alimentar o mito do crescimento infinito e ao transferir, para os indivíduos, a responsabilidade pelo sucesso e fracasso do bem-estar social, da empregabilidade e da sustentabilidade ambiental planetária deles (Torres; Lima, 2021, p. 6).

Uma pedagogia do “desestranhamento” também é preciso, quando aranhas são vistas por um ideário que não permite a criança observá-las sem ser atravessadas pela cobrança de um vídeo a ser postado com desejo por ser influenciador digital e fugir da fome que arranha o estômago, da exploração intensa do trabalho dos pais e pelo fracasso imaginário que o responsabiliza por não alcançar seus sonhos e desejos.

A ecologia decolonial inclusive deve fornecer à educação ambiental possibilidades de novos sonhos e desejos que sejam rizomas do “adiar o fim do mundo”, que rasguem as cortinas do neoliberalismo, que esconde a proporção dos danos ambientais em curso para exigir o desenvolvimento das forças produtivas às custas da exploração da Natureza.

É como efeito desse ideário somado à estruturação da colonialidade, que valores éticos e políticos são atravessados por cotidianos de violências, quebras de comunidade, apatia cidadã, conflitos com aquilo que não é visto como humano, e por meio dessa perspectiva temos animais e plantas sendo considerados hierarquicamente inferiores, tal qual se fortalece as hierarquias de raça, classe e gênero.

Uma pedagogia que fornece à educação ambiental instrumentos de transformação e emancipação precisa, portanto, estar preocupada com todas as condições sociais e políticas que atravessam as identidades dos sujeitos e que as entendam como parte do processo de constituição da crise, portanto, são também parte constitutiva das soluções para ela.

Trazer a EAA a essa perspectiva é avançar para além das contribuições conservacionista e socioambiental, mantendo ao mesmo o entusiasmo revolucionário presente nos anos iniciais da primeira (Torres; Lima, 2021, p. 10) e expandindo as perspectivas condicionantes da segunda, não reduzindo abordagens, explicações, formulações e protagonismos ao viés de classe, o que por sua vez faz gerar polêmicas imbuídas de apagamento racial como propor conceitos de justiça e injustiça ambiental em substituição ao de racismo ambiental.

Se faz preciso assim uma educação ambiental antirracista que parta do (não)lugar que nossos corpos ocupam no mundo colonizado, que não se submeta à agenda neoliberal e colonial, que entenda nossos atravessamentos como parte do meio ambiente e não à parte dele, que dê conta das causas e dos efeitos desiguais da crise ambiental sob povos indígenas, quilombolas, de terreiro, pescadores, catadores de papel e tantos outros que vivem sob o descarte da humanidade, que entenda a crise ambiental como também uma crise civilizacional e que pense a própria educação não para antecipar o fim do mundo, mas para adiá-lo enquanto potencializa a invenção de outros.

O fim do mundo para Luiz Rufino (2021) não é uma profecia, mas sim uma prática sistêmica que sustenta a modernidade e se perpetua ao longo de um tempo encapsulado pelas promessas de progresso e desenvolvimento civilizatório (p. 9). O fim do mundo é pregado, é repetido como tragédia inevitável, é a antecipação de um fim de caminho esperado, fatalismo puro, é a indústria colonial operando sobre nossos imaginários e identidades.

Para adiá-lo, é preciso outros valores civilizatórios como os propostos por Azoilda Loretto da Trindade (2018) em “Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil”⁶¹, construindo uma pedagogia que entenda que a infância de jovens

⁶¹Disponível em: <https://reaju.files.wordpress.com/2018/07/valores-civilizatc3b3rios-afrobrasileiros-na-educac3a7c3a3o-infantil-azoilda-trindade.pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 05 mar. 2023.

e adultos negros e negras foi atravessada também pela violência colonial modernizadora ocidental.

O sistema que sustenta a modernidade a partir da lógica de separação entre ser humano e Natureza também expõe a fraqueza da máquina colonial-capitalista quando ao tentar desenfreadamente explorar os recursos naturais esbarra na sua maior limitação: a dependência que a humanidade tem com a própria Natureza. E essa dependência é porque nós também fazemos parte dela, mas os meios ideológicos de propagação, inclusive a escola, acabam por reforçar uma suposta superioridade dos seres humanos que justifica essa exploração e destituem valores civilizatórios nossos como a circularidade, a corporeidade e a cooperatividade.

A religião, a televisão, o marketing de empresas privadas e redes de agronegócio, tudo atua para que nós sejamos colocados em hierarquias em relação a outros seres humanos, nos dando alguma espécie de poder sob biomas. Poder que vai sendo reduzido de acordo com outras relações estruturais que nossos corpos possuem com outros corpos.

Ao fim, muitas vezes o que sobra a um homem negro do campo é caçar um mocó, um passarinho para alimentar sua família, ou pescar um peixe em uma fonte suja e poluída, já que em outros momentos ele foi a caça de predadores com mais poder que ele. Ou para a mulher negra é a condição de subserviência a outras mulheres brancas e por isso torcer o pescoço da galinha para cozinhar para seus filhos é um ato de única relação de poder que lhe resta. É por isso que modelos de educação e de escola que buscam pensar e construir pedagogias contra-hegemônicas sempre são alvo dos planfetários de ideologias liberais e de extrema-direita.

Daniel Ganzarolli Martins e Shaula Maíra Vicentini de Sampaio (2021) falam sobre como educações ambientais outras tensionam a hegemonia institucional quando buscam adentrar o ambiente-escola. Escolas estas marcadas pela necessidade de compreensão de ambientes de afetos e possibilidades de encontro, de socialização e sociabilidade. Escolas que precisam ser compreendidas como direitos de cidadania, mas também construtoras dessa cidadania e das condições emancipatórias necessárias para que as pessoas consigam engenhar essas construções.

Escolas que, para este autor e autora, também são espaços de encontro entre tantos outros, que trazem memórias, histórias, saberes. Mas esse espaço de encontro

pode ser potencializado ou pode ser obliterado (p.7). Potencializado se o fizermos para emancipar, para assentar e criar pertenças. Obliterar se for utilizado para vigiar e punir as identidades que fogem das normas estabelecidas no chão de colonialidades.

Uma ambição do ser humano que muito aparece na indústria de massas do cinema é a criação de robôs e máquinas que realizem o trabalho que é socialmente condicionado aos seres humanos. O avanço tecnológico propiciou às forças produtivas avanços nessa função, mas não se mostrou capaz de substituir totalmente a força humana e, nesse caso, talvez nem seja a intenção, visto que nem todo ser humano deve ser substituído, apenas quem, na subcategorização da humanidade, é condicionada a ocupar lugares de inferiorização impostas pelas lógicas de divisão racial, de classe e gênero. O uso de tecnologias nesse aspecto pode ser debatido numa aula de robótica ou física em uma aula de ensino médio, contemplando uma EAA, não deixando de lado uma abordagem étnico-racial que conspire contra modelos sistêmicos de violência contra nós e de instituição de territórios.

Quando se propõe uma educação ambiental que nasce de um parto duro e, como provoca Luiz Rufino (2021): “a encantaria da educação é parir seres que não cessam de renascer ao longo das suas jornadas” (p. 17), ela é geradora de conflitos que caracterizam à lógica produtivista de renovação das forças capitalistas em plena ascensão da ideologia neoliberal e os críticos ao capitalismo e precisamos pensá-la em seu nascimento salvaguardada pelo movimento de Exu, que traz a raça como elemento explicativo das condições de crise de um mundo adoecido pelo colonialismo, pelo patriarcado.

Precisamos entender como negros, negras e indígenas têm sua capacidade formuladora de outros mundos subtraída pelas forças epistemicidas e seus corpos massacrados pela necropolítica dos aparatos do Estado, do agronegócio, do garimpo ilegal, dos donatários das terras tomadas, para assim, “parida e parteira de si e de muitos outros, a educação remeta a processos sempre coletivos, afetivos, conflituosos, despedaçamentos e remontagens do ser.” (Rufino, 2021, p. 17)

O Holocausto Yanomami⁶² amplamente denunciado em janeiro de 2023 é um desenrolar de uma política ambiental colonial e histórica, que atravessa mais de

⁶² Aqui faço uso da expressão Holocausto para caracterizar a crise que afetou o povo Yanomami estourou na mídia em janeiro de 2022, portanto já no Governo Lula, e escancarou a política genocida do governo anterior.

quinhentos anos de invasão, exploração e genocídio, agregada a uma conjuntura em que o governo de Bolsonaro ignorou pedidos de ajuda⁶³, teve uma ministra recomendando não os apoiar⁶⁴ e decidiu por favorecer a falta de alimento, a ausência de saúde, as condições de deslocamento, sobrevivência.

Ao negar uma pedagogia ambiental da solidariedade, da memória histórica e da identidade racial, a escola contribui para que as pessoas não se indignem com as condições que as populações indígenas vivem, com a distribuição colonial da terra, com suas próprias condições. Uma pedagogia ambiental que coloque como central o racismo na análise das causas e consequências das crises fornece instrumentos e meios para curas da Mãe-Terra, que é uma mulher negra e também uma mulher indígena!

A escola ambiental antirracista é um mecanismo potente de mudanças, sendo a forma que encontramos para dar conta do que efetivamente é o racismo ambiental em sua versão sobretudo ideológica de construção de naturalização das relações estabelecidas pelo colonialismo na vida das pessoas em suas múltiplas faces.

Se entendermos “ambiental” como as amplas formas de relações de sociabilidade estabelecidas de seres humanos para outros seres humanos e com estes com a Natureza em suas outras formas, precisamos pensar que toda a educação que se volta a uma perspectiva ético-racial precisa ser ambiental e toda educação ambiental precisa ser voltada às relações étnico-raciais. Não é uma disputa igual, nem por meios iguais, nem com possibilidades iguais, mas possível e necessária de se fazer.

A educação ambiental antirracista precisa romper com os campos das micropolíticas de educação e irromper como uma forma de comunidade de aprendizagem constante e auto-organização política tão radical quanto às comunidades indígenas, quilombolas e periféricas urbanas que buscam estratégias de sobrevivência cotidianamente às condições em que vivem.

⁶³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-bolsonaro-ignorou-ao-menos-21-pedidos-de-ajuda-a-povos-yanomami/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/23/damares-pediu-que-bolsonaro-vetasse-leitos-de-uti-e-agua-potavel-para-indigenas-na-pandemia>. Acesso em: 26 jan. 2023.

2.3 A Pedagogia de Exu encaminha pedidos na encruzilhada

Exu não é medido pelo mensurável, o esperado, o que enquadra, o classificado, mas pela desestabilidade e pela inventabilidade, princípios necessários para uma pedagogia que precisa lidar com ordenamentos e tentativas constantes de esmagar o que tenta fugir deles.

O movimento exuístico conclama um “eu” que desafia uma estrutura de enquadramento, quando nessas tentativas constrói rotas de fugas que desfaz os próprios quadros e vai abrindo novos caminhos. “Na cosmogonia iorubá, de Aluviaí entre os congos e de Legba entre os fons: ele brinca com o que é previsível, desnorteia, faz o inusitado” (Simas, 2021, p. 27). Faz também o inesperado, pois é no inesperado que se quebra o que já é feito e não tem dado certo ou se convencionou ao cômodo.

Jorge Amado, no conto *O compadre de Ogum*⁶⁵, ainda que a trama central e o próprio título sejam uma homenagem a Ogum, faz de Exu o ponto desestabilizador da história narrada, trazendo a novidade, o elemento imprevisível, que tira o leitor da linha comum dos fatos. Exu se faz a rebeldia ao processo subordinado a determinações impostas sob autoritarismo e abre, assim, o descaminho, a reflexão crítica sobre si mesmo, sobre os ritos e à própria tradição.

O professor Eduardo Oliveira Miranda (2021) ao propor uma epistemologia dos ODUS diz que o nosso compromisso com a Decolonialidade Afro-Brasileira afirma a não-linearidade no ato de existir e que, portanto,

[...] as existências não se encaixem em sentidos universais, modelos cartesianos e articulados por homens que vislumbram a cultura de outros povos como incivilizados e legitimados ao apagamento. O nosso compromisso, o que aprendemos com Exu, não se fecha em caminhos coloniais. Exu nos ensina que todo corpo-território é forjado pelas energias exuísticas, as quais repercutem a boca que tem fome e que por conta disso quer devorar o mundo (p. 30).

⁶⁵ Classifico a obra em questão como um conto extenso, com um desenvolvimento maior da trama, porém com elementos tradicionais de um conto, como poucos personagens e pouca trama, foi um dos textos pertencentes ao livro *Os pastores da noite* e lançado pela primeira vez em 1964.

Uma pedagogia exuística contribui assim à educação ambiental para não a tornar fechada em tempos e lugares fixos, para não a deixar ser manual exportado dos países centrais da globalização colonial para o Sul, para não ser fundamentos, mas para se fazer movimento dentro e fora das salas de aula. Movimento de encantaria e estranhezas sobre os outros e sobre si, que abra caminhos para se fazer ambiente onde é parida, no solo onde pisamos os pés.

Não dá para fazer uma educação ambiental antirracista excluindo o nosso território dela e com ele as intelectualidades que pensam sob ele, os corpos que transitam e vivem sob ele, os que os construíram e constroem. E tudo que acontece sob esse chão está em movimento constante, e acompanhar esse movimento exige a fome de mundo que Exu ajuda a alimentar.

Exu é o “Eu”, é o reconhecimento da unicidade de cada ser, que também possui o direito natural à mudança. Muitas correntes filosóficas reforçam a separação categorizante e hierárquica entre os seres quando também tratam nós seres humanos como naturalmente superior, construindo ao mesmo uma noção conceitual de naturalidade e critérios que qualificam essa superioridade. Essa unicidade, que faz cada ser único, é instituída como uma característica essencialmente humana, reduzida em outros seres e tornando-os como grupos impermeáveis de mudanças.

As religiões de Matriz Africana não abrem mão da relação com a Natureza e essa dependência também transforma a “natureza” extra-humana em potência de unicidade. A água que corre nos oceanos é lemanjá. A água da mãe d’água nos açudes e fontes das histórias que meu pai contava quando eu criança era única. Exu é o movimento que faz com que a cultura ancestral se transforme, mude, mas permaneça na sua unicidade e nos seus princípios originários de resistência.

O Xirê de Exu toca primeiro, abre os caminhos, intermedia os humanos e o espírito. É na pedagogia exuística da abertura dos caminhos que a gente se direciona às encruzilhadas.

2.4 Pedagogia das encruzilhadas: sete encruzilhadas, sete ebós

Quando se caminha propondo lugares de partida aparentemente distintos é preciso traçar um ponto de chegada, de intersecção que se torne também uma orientação para as diferentes bússolas que cada um carregará. Exu orienta a saída, direciona até as Sete Encruzilhadas onde o *ebó* vai ser ofertado. Antirracismo, Educação (Pós)Crítica, Pedagogia Engajada, Ecologia Decolonial, Narrativas, Cartografia e o próprio Exu se cruzam na arte de um encontro que inventa, reinventa, amplia, teoriza, disseca, incomoda, desobedece a categoria racismo ambiental para voltar a ela novamente, se distanciar e voltar num movimento que não é retilíneo, nem como a história dos que chegaram até ela e nem como os que ainda irão chegar. Aqui as encruzilhadas são pensadas em circularidade.

O primeiro *ebó* político, epistemológico e ético colhido e ofertado é o antirracismo da Lei 10.639/03 e 11.645/06, colocado ali pelos que vieram antes para nós continuarmos alimentando; o segundo é a Educação (Pós)Crítica que permite transformar a sala de aula na escola-mundo das fabricações de novos *ebós* trazendo nossas experiências somadas ao enfrentamento às hegemonias; o terceiro é a Pedagogia Engajada que veste a Educação de branco às sextas-feiras, que faz respeitar nossa cor, nosso gênero, nossa sexualidade, nos conhecer e entendermos como potência capaz de produzir novos *ebós* e cuidar dos que já estão lá, nos faz existência onde éramos números em diários de classe; o quarto, Ecologia Decolonial, é o *ebó* que orienta nosso *orí* a entender a importância de lidar com as tempestades, terremotos, vulcões, dejetos do mundo. As Narrativas são o quinto, são elas que inserem no curso da história os nossos gritos em forma de versos, poemas, estrofes, imagens, arte; o sexto é o Alguidar, é onde a gente carrega o ofertado, de barro firme lavado à mão, a Cartografia. E vamos acompanhados de Exu que oferta a si como guia pelos espaços-caminhos pedagógicos, é o sétimo.

Paulo Freire (2019) diz que “o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, “interpretado”, “escrito” e “reescrito” (p.95) e essa reinvenção constante carece de nós sempre se desfazendo para se fazer novamente e assim seguir o movimento. É como percorrer caminhos inteiros com a lata d’água na cabeça, sempre voltando no caminho que já não é mais o mesmo, porque o corpo de quem carrega já não é igual também. É perceber o terreiro da casa de minha vó onde

aconteciam batatas de feijão, rodas de samba aos *cabôcos*, conversas e vassouradas nos netos que teimavam em fazer erezisses e já não mais responde a essas formas de expressão cultural, mas elas ainda estão lá em tradição.

Esses são espaços pedagógicos que fazem nascer pedagogias ambientais que se cruzam com as pensadas nas escolas: uma pedagogia das encruzilhadas.

Quando Luiz Rufino (2019) diz que

[...] a orientação pela encruzilhada expõe as contradições desse mundo cindido, dos seres partidos, da escassez e do desencantamento. As possibilidades nascem dos cruzos e da diversidade como poética/política de emergência de novos seres e na luta pelo reencantamento do mundo (p. 10).

É porque reencantar é trazer os encantados para os lugares de onde foram expulsos, juntar as partes de quem foi despedaçado, abrir outras possibilidades de aprender e brincar que não tenham que escolher as vias por onde vai caminhar, nem ensino, nem aprendizagem, mas ensino COM aprendizagem.

Quando as cortinas do teatro se abrem, ali aparece um cenário de devastação onde quem propõe soluções são os mesmos que construíram esse cenário. O espetáculo carece de novos seres sacudidos e carregados de palavras-mundos, teias-aprendizados e mãos-construtoras que reencantam, unificam, fazem cruzar saberes, sons e sentidos sem medo de pegarem caminhos errados, porque sabem que os cruzamentos são inevitáveis, porque sabem que “descolonizar não pode se limitar a se banhar na beirada” (Rufino, 2019, p. 19).

A Pedagogia das Encruzilhadas não permite caminharmos sozinhos em busca de fixidez conceituais que não explicam o que a gente vê nas trajetórias que seguimos, pois assim não encontraremos os pontos de chegadas que serão novos pontos de partidas, as bússolas estariam confusas, faltaria orientação. Ao contrário, a pedagogia que encruza leva nossos olhos a ver árvores-mundo, animais-mundo, a se encantar-desencantar, desencantar-encantar, sentindo os fluxos de um mundo em devastação, mas as micro-resistências que brotam em busca de adiar o fim desses mundos e por isso que sigo fazendo caminhos por encruzilhadas, praticando estripulias, criando nos vazios deixados, corrompendo as lógicas dicotômicas a partir da sapiência do cruzo. Aqui invoco e encarno Exu, seus princípios e potências para inventariar um balaio tático, ao que dou o nome de Pedagogia das Encruzilhadas (Rufino, 2019, p. 28).

Para assim apresentar a intenção direta, segundo o autor, que é sucatear a lógica colonial. Essas estripulias é brincar com a falta, mas também com o que a colonização fez nascer da sua ausência e de sua presença. Um ambiente que é territorializado nas cercas do mundo e desterritorializado dos corpos condenados pelo racismo não pode ser visto de uma única direção, nem estudado por uma única perspectiva, a qual excluem parte considerável dele.

Mas por que deixei a pedagogia das encruzilhadas e Exu que vem à frente dos caminhos para o fim do segundo capítulo? Na perspectiva da educação ambiental que apresento não há início, meio e fim, não há um enquadramento canônico, mas a desestabilização de uma ordem que se faz e desfaz o tempo inteiro.

Exu abre caminhos dentro de caminhos, conforme as encruzilhadas irão fazendo surgir novas pedagogias a partir da aposta pela vida, fazendo com que o campo teórico, prático e estratégico da ecologia política siga sendo debatido, definido e construído: suas fronteiras e alianças com outras disciplinas, suas genealogias teóricas, seus enquadramentos epistemológicos e suas estratégias políticas (Leff, 2016, p. 226), transgredindo, encruzando, desmarafundando.

A educação enquanto campo teórico-prático é resultante de uma confluência imaginativa que encruza vários outros campos científicos, e possa ser esta uma de suas características marcantes que atrai sociólogos, psicólogos, biólogos, ecologistas, cientistas de diversas áreas de conhecimento. Essa perspectiva é totalmente compatível com o que Enrique Leff (2016) entende como necessária para imaginação sociológica para construção dos sentidos que mobilizam atores sociais na construção de uma nova racionalidade social (p. 226).

Sendo assim, não diria que é necessário fundar apenas uma nova disciplina para dar conta de uma análise profunda da crise climática, mas a ecologização política do ensino-aprendizagem a partir da transdisciplinaridade pode ser uma perspectiva tanto teórica quanto prática de construção de novas percepções sobre o meio ambiente e seus desdobramentos. Ou seja, é necessária uma Ecologia Decolonial que se pense para além de uma área de classificação e para além de uma única perspectiva científica e, a partir desta, a ampliação do olhar sobre ensinamentos, aprendizagens e ciências para que se voltem à importância de toda vida humana.

No artigo *A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica*, os autores César Augusto Costa e Carlos Frederico Loureiro (2017) aproximam o pensamento do patrono da educação

de uma abordagem que toma os temas geradores como caminhos de partida, tratando a interdisciplinaridade como um processo metodológico de construção de conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade e com a sua cultura (p. 116).

A estratégia pedagógica adotada por essa perspectiva está presente em diversos documentos orientadores da educação brasileira, em metodologias de ensino e na própria pesquisa teórica, levando em consideração o que eles chamam de sistematização dos conhecimentos de forma integrada.

Ainda assim, a interdisciplinaridade trabalha no campo possível das fronteiras rígidas das disciplinas, mesmo as tensionando. O sufixo “*inter*” carrega a semântica de ser uma relação entre dois, mesmo quando aparentemente sejam objetos distintos. Aqui, neste trabalho, proponho o uso da transdisciplinaridade, fazendo força ao sufixo “*trans*” que denota “*para além de*”, o mesmo presente em “transgredir”.

Defendo este conceito por reforçar o que já desenvolvi – ao longo principalmente deste capítulo – que é uma educação ambiental antirracista que não apenas esteja atrelada à coadunação de campos disciplinares reforçados em suas distinções, mas que, ao não ignorar as diferenças, se pense quanto tema gerador amplo que atravesse o próprio processo de ensino-aprendizagem e não como um desencadeador de alguma abordagem conceitual específica e pontual.

Por meio da transdisciplinaridade é que reconhecemos os corpos dos sujeitos como parte da educação ambiental assim como os lugares de onde eles vêm, os saberes e conhecimentos de mundo que carregam, as forças que atuam em seus sentidos nos e fora dos espaços pedagógicos como as escolas. Todos esses elementos e tantos outros percebidos e possíveis de cartografar nem sempre integram as disciplinas que fazem parte das matrizes curriculares para serem interdisciplinarizadas, mas ocupam a transgressão de seus limites burocráticos, inclusive das competências e habilidades que integram a Base Nacional Comum Curricular.

A abordagem transdisciplinar reconhece a complexidade e dinâmica de mudança das produções culturais no espaço e no tempo, estas que fogem as orientações gerais que servem aos documentos orientadores e políticas de institucionalização da educação escolar. A partir dos princípios que norteiam essa perspectiva presentes na Carta da Transdisciplinaridade elaborada durante o primeiro

Congresso Mundial de Transdisciplinaridade em novembro de 1994, em Portugal⁶⁶, é que penso a EAA em um lugar que desafia o enrijecido.

No Artigo 5 da Carta diz que a visão transdisciplinar

[...] está resolutamente aberta na medida em que ela ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual.

Se temos como caminho conciliar as abordagens sob questões ambientais entre as diferentes ciências, não as restringindo propriamente da Natureza, *encruzando* assim os sete ebs é também é na arte, literatura, poesia, música, espiritualidade que conseguiremos atingir a compreensão de conceitos tão importantes quanto o de racismo ambiental.

É perceber *Quarto de Despejo* como um canto ao multidimensional, ao transcultural, à imaginação, à sensibilidade e ao reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade regidos por lógicas diferentes numa clara inerência a uma atitude transdisciplinar como reforça o Artigo 2 da Carta quando destaca que reduzir a realidade a um único nível regido por uma única lógica não é uma atitude transdisciplinar.

Da mesma forma precisamos entender a prática antirracista dentro dos espaços escolares não falsamente interpretando leis como as que versam sobre o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígenas como temáticas restritas à responsabilidade das Ciências Humanas e das Linguagens, mas como caracterizadoras de um ensino-aprendizagem que tem como objetivo a construção de cidadania, de emancipação crítica e reflexiva, de autonomia dos sujeitos envolvidos.

É o que reforçam as professoras e pesquisadoras Bárbara Carine Soares Pinheiro e Katemari Diogo da Rosa (2018) na apresentação na obra organizada por elas “Descolonizando Saberes, quando tratam sobre a Lei 10.639/2003 no ensino de Ciências e dizem que

[...] a letra da lei é enfática ao afirmar que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, portanto, o Ensino de Ciências não pode se privar do cumprimento dessa lei, reforçando assim as estratégias de

⁶⁶ Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 08 mar. 2023.

manutenção de subalternidades raciais oriundas do racismo estrutural no Brasil (p. 16).

Claro que a Lei em questão é de fundamental importância para inserir a temática racial como central dos currículos, mas não podemos restringir o debate racial a ela, nem tampouco a uma questão meramente curricular ou restrita à esfera da letra. A concepção de ciências alargada à incorporação das diferentes matrizes de produção de conhecimento nos leva a refletir que uma postura antirracista deve ser tomada em todas elas, tais quais as preocupações ambientais que, quando interseccionadas entre si, forjam categorias conceituais fundamentais como a de racismo ambiental. Essa abordagem só é possível se assumirmos uma postura transdisciplinar por meio da materialização teórica e prática de uma pedagogia das encruzilhadas.

3 CAPÍTULO TERCEIRO – A PRODUÇÃO DE UMA COLCHAGRAFIA ENQUANTO UM NOVO MUNDO É INVENTADO

Nos espaços deixados operam muitos contragolpes, numa infinidade de flechas atiradas que não sabemos onde cairão e quem irão acertar: são elas as responsáveis por outras possibilidades de invenção do mundo (Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino).

Afastados desse modelo de conhecimento, os objetos do mundo, diferente de possuírem natureza fixa, de ostentarem invariância, abrem-se à variação, ou melhor, estão em constante processo de transformação (Liliana da Escócia e Silvia Tedesco).

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Carolina Maria de Jesus).

Peço licença a Oxalufã que “carrega o peso da criação do mundo” (Simas; Rufino, 2018, p. 60)⁶⁷ para, aqui, também falar de mundos inventados enquanto cartografamos outros e costuramos os remendos encontrados.

Enquanto inventa um novo mundo, Carolina desvia do Novo Mundo marcado em sua pele e no lugar onde mora, e este último que é uma invenção colonial (Simas; Rufino, 2018, p. 97) é destituído com a sua força narrativa para se tornar antíteses, nos espaços deixados, operando contragolpes como afirma uma das citações que inicia este capítulo, se constituindo assim através da linguagem e por meio dela firmando e encantando nossos terreiros/mundo (Simas; Rufino, 2018, p. 73), de outros, de nós.

Das muitas perguntas que surgem deste trabalho, certamente uma das que mais carece de explicações é: porque recorrer ao método cartográfico, enquanto pesquisa de campo, que busca, assim, produzir qualitativamente possibilidades de

⁶⁷ Oxalufã é a manifestação de Oxalá como um ancião, dotado de sabedoria dos mais velhos, que baila de forma lenta e curvada, apoiado em um bastão sagrado, o opaxorô. Para que tal bailado seja possível, o toque do tambor se caracteriza pela fala da lentidão e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento contínuo do ritmo (Simas; Rufino, 2018, p. 59).

pensar outras formas de pedagogias que rompam as convergências impostas pelo racismo ambiental nas fraturas de um mundo colonial e, nas encruzilhadas, possibilitem a criação de outros e novos mundos?

E por que a Cartografia, que aqui chamo de Colchografia⁶⁸, possibilita caminhar por essa outra linguagem que Carolina firmou e encantou terreiros/mundo? Diria assim que essa resposta precisa se encontrar na luta por descolonização, de onde nascem como flores em asfaltos as memórias, sabedorias, os cheiros, os ouvidos, os cantos, os soares de tambores, batuques, o desconhecido, o invariável, o constante processo de se fazer movimento enquanto tudo parece continuar pura fixidez.

A cartografia/colchografia possibilita ampliarmos nossos sentidos para ampliarmos nossa linguagem e rompermos a colonialidade da imposição que limita até mesmo nossas formas de narrar. Ao nos afastarmos da convenção do caminho único da colonialidade, podemos perceber os “des” que vão abrindo descaminhos, destituindo dos tronos quase sacros as fixidezes acadêmicas e permitindo que os movimentos transformadores não só existam em potência, mas em ato, como uma prática cartográfica que carece de potencialização dos sentidos, de invencionices e da capacidade literária como recurso de preenchimento dos vácuos onde as ciências não conseguem alcançar e é aqui que evoco *Quarto de Despejo*, onde em meio a uma “cartografia carolinesca” se inventam castelos, janelas, jardins, um ambiente de fantasia que a afugenta da realidade sem deixá-la de lado.

É cartografando a favela que Carolina cria outros mundos e o quarto segue sendo de despejo, mas torna sua escrita inquilina de todos os encontros e desencontros que vai tendo com memórias, saberes e acontecimentos. Desafia com isto a fratura colonial que impõe sob sua realidade o lixo do mundo e a transforma numa potência literária.

Aqui farei uso dessa carolinesca potência para também inventar encantando-a a ciência que busca acompanhar narrativas (de circularidades) de jovens que todos os dias desafiam uma estrutura fixadora de formas únicas de ensinar e aprender e

⁶⁸ Aqui pratico uma “fusão conceitual” em que junto as palavras colcha (por conta da colcha de retalhos que foi construída por meio da oficina de campo deste trabalho) com cartografia. A colcha de retalhos possui importância cultural e, logo, afetiva, tanto em minhas memórias de infância, visto que minha vó as costurava e presenteava os netos, quanto para muitos sujeitos envolvidos nesta pesquisa que também possuem essa relação com mães, avós. Também a vejo em sua dimensão sustentável, afinal é de restos de outros tecidos, que seriam descartados, que nascem estas colchas.

construir através das frestas o que leva o racismo ambiental a ser desafiado enquanto norma estruturadora de mundo.

Primeiro irei explicar de forma breve o porquê de uma necessária descolonização como veste da cartografia para este trabalho, sendo que a busca se encontra entre o que está na presença marcada das colonizações dos sentidos e o que foge dela para fazer morada nos pequenos átomos palmarinos e zumbilescos⁶⁹ de resistências criativas e fugidias. A composição de diálogos será fundamental para tensionar a hierarquia pesquisador-objeto e avançarmos para outras formas de produção científica que também sejam pedagogias de encruzilhadas de saberes e forma e não reprodução de um modelo escolar produtor de formas únicas de ensinar e aprender. Há tantas formas de ensinar e aprender, quanto há mundos criados e a serem inventados.

Segundo, irei justificar o uso da obra *Quarto de Despejo* como parte do encontro de criação no campo, em que Carolina Maria de Jesus se torna um Exu-Guia⁷⁰ no caminho, na trajetória inventiva. Como Exu-Guia ela nos dá exemplos, abre frestas, consolida o que em nós é temor, medo do desconhecido, inseguranças. No caminho, mesmo com os dois pés sob o chão, ainda guardamos receios de percorrer as encruzilhadas, daí a necessidade de *ebós* epistemológicos e metodológicos que deem sustentação aos pés e coragem para fazer emergir a invencionice de novos mundos.

Por fim justificarei a escolha da cartografia enquanto forma de construção, que a fixidez acadêmica nomeia de metodologia, mas por muitas razões está para além disso, pois se trata de um acompanhamento de processos e não a busca por representar um objeto (Kastrup, 2020, p. 32). Neste momento justifico e contextualizo a colchagrafia a partir das narrativas inventadas pelos sujeitos da pesquisa no processo inventivo da Pesquisa Intervenção.

⁶⁹ Aqui faço uma relação com o Quilombo dos Palmares e Zumbi dos Palmares como um dos átomos de resistências de nossa história, porém pensando-os como presença em imaginários e outros processos cotidianos de enfrentamento às estruturas racistas, visto que o seu acontecimento histórico foi grandioso.

⁷⁰ Ser guia, ainda que seja característica princípio de Exu, aqui aparece como adjetivação redundante de importância para este trabalho.

3.1. A decolonialidade enquanto pés descalços

O primeiro encontro dos três que estruturam a oficina de campo deste trabalho teve como proposta uma roda de conversa realizada da seguinte forma:

Primeiro pé que pisa descalço: distribuído a cada um dos sujeitos de pesquisa, dois papéis em branco. No meio da roda dois papéis maiores onde em um estava escrito “Racismo” e em outro “Meio Ambiente”. Foi conversado que em um se escreveria alguma palavra-chave que se relacionasse ao racismo. Em outro, uma palavra-chave que se relacionasse ao meio ambiente. Após, foram compartilhadas as palavras-chaves e nós nos direcionamos até o meio, onde colamos em cada um destes as palavras-chaves escolhidas, justificando-as nas conversações.

Segundo pé que pisa descalço: Por meio da conversação, juntos e juntas, estabelecemos a relação ou a não-relação entre os dois papéis maiores, já com as palavras-chaves coladas. Aqui o diálogo foi ser a “cola” entre os dois papéis maiores.

Já com os dois pés descalços sob a terra: Após esses momentos iniciais, expus, por meio de recursos materiais, o conceito de Racismo Ambiental, sua historicidade, exemplos e dados que o comprovam enquanto marcador estrutural no Brasil e no mundo, sendo não uma aula expositiva, mas dialógica. Também trouxe significâncias teóricas da pesquisa para possibilitar que os sujeitos consigam aprofundar mais as relações entre raça e meio ambiente.

Este primeiro momento do primeiro encontro aconteceu com duração de 1 hora e 30 minutos, aproximadamente, e foi a roupa que vestimos para seguir nos caminhos da construção inventiva deste trabalho.

Se Marx e Engels alcançaram a conclusão de que a história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de Classes; a história da Modernidade Ocidental vista sob as epistemologias negras, indígenas, decoloniais, anti-coloniais a

veem marcadas sob o imperativo da raça⁷¹ enquanto elemento indispensável para explicar as amplas relações políticas, econômicas e culturais e o que também se faz necessário e indispensável para explicar as relações ambientais. Epistemologias, portanto, são fundantes para fazer emergir, circular, dançar, batucar novas – nem sempre inéditas – metodologias.

Também é no chão dessas epistemologias que cunhamos novas conceituações do que é ambiente, no encontro indissociável entre quem somos do que aparenta não ser e resgatar memórias que integram uma herança cultural do tempo que nossos ancestrais estavam harmonizados com o ritmo da natureza (Krenak, 2020, p. 46).

É nessa harmonização que buscamos relações entre raça/racismo e ambiente, não ditas e/ou impostas, mas construídas no processo coletivo. É no chão epistêmico e metodológico, mas *sem sandálias e sapatos*, é sentindo o solado do pé encostar na matéria pura e tocar aquilo que é nós sem a interferência de um recurso interditor dessa relação.

Neste momento apresento uma pausa enquanto caminho para afirmar que o objetivo deste ponto capitular não é fazer levantamento teórico sobre o conceito de decolonialidade ou traçar sua temporalidade e desenvolvimento, mas afirmar desde o princípio o que compreendo quanto e como ela guia a metodologia deste trabalho, inclusive o pisar inicial.

A decolonialidade além de um conjunto teórico de explicações das realidades e territórios marcados pela colonialidade se faz método de ampliação do alcance dos sentidos científicos que buscam construir novas teorias que em vez de consumir, imagina mundos⁷². Ainda que seu nascimento e origem enquanto conceito tenha tido outros pressupostos a ponto de descolonizar a si mesma, enquanto lapidador e fazedor de métodos ela assume seu lugar de contradição e disputa.

⁷¹ Aqui vale também citar o marcador Etnia, relevante sobretudo nas discussões e lutas travadas em torno das questões indígenas no Brasil. Porém, neste trabalho o objetivo é compreender raça como elemento central de uma descolonização epistêmica e metodológica.

⁷² Parafraseando Ailton Krenak em “Em vez de imaginar mundos, a gente os consome” em *A vida não é útil* (Krenak, 2020, p. 69).

Referencio aqui que

[...] enquanto a modernidade ocidental atingiu uma identidade ao inventar uma narrativa temporal e uma concepção de espacialidades que a fez parecer como o espaço privilegiado da civilização em oposição a outros tempos e espaços, a busca por uma outra ordem mundial é a luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente (Torres, 2020, p. 36).

Não se trata de impor mundos, de manter estruturas homogêneas que buscam eliminar as que não se misturam, mas de pensar a partir desse lugar de encontros e desencontros da multiplicidade de conhecimentos e práticas e da não exclusividade do domínio produtivo científico.

Certamente esta afirmação não seria útil para um processo de testagem de vacina ou de análise de um fóssil, porém, em se tratando de Ciências da Educação, tratamos de formas amplas de captura de elementos que acompanhem a diversidade ampla e incalculável de também formas de aprendizagem, de ensinares, de compreensão e apreensão do mundo em que se apresenta, de saberes.

Assim, seja a decolonialidade ou a descolonização, é necessária uma postura contracolonial que possibilite entendermos o processo em sua continuidade e não em sua finitude, visto que o confronto com o colonialismo persiste.

Não consigo enxergar vestes ou calçados para se fazer contracolonizar – guiado por Exu – o caminho senão pela força do diálogo em que os pretos-velhos estabelecem a conexão dos mundos e o toque da sola do pé no que pode ser uma pedra que incomoda, um chão frio ou quente demais, um espinho de mandacaru que rasga a pele.

A potência da fala ritmada entre pausas, escutas, sons e falas novamente leva à construção de novos saberes que não se deixam prender em salas de aulas cheias de concretos que cercam e grades em janelas onde todos devem por obrigação usar sapatos. A pedagogia que funciona por meio da dialogicidade freireana, belhooskeana é a que funciona por meio da roda de conversa ativa e constante que pode até se iniciar com uma hierarquia professor-aluno, mas que se permite nos caminhos que vão se construindo e na força do inesperado.

Foi por essa análise, de compreender a decolonialidade como a tentativa de se desfazer dos sapatos, que a ofereço ao trabalho cartográfico na busca por localizar

sujeitos ativos na coleta e produção por meio da dialogicidade, o que é um primeiro passo exuístico de retomada da fala diante do silêncio imposto pela colonização. Estabeleci a roda de conversa como construção inicial deste trabalho por ser a fala o *ebó* de abertura dos caminhos.

Lembro que quando criança meu pai estourava a semente de uma planta em minha boca para eu falar, deu água de sino de igreja e fazia todos os esforços para que eu falasse. Não parei mais! Entendo que a fala é a minha invenção para existir. Se os outros sujeitos desta pesquisa não falassem, eles se manteriam na fixidez do objeto de pesquisa que só é visto, descrito, enumerado, citado.

Esta configuração não interessava a este trabalho, pois o desejo é que se tornassem agentes do processo criativo e interventores da produção dos doces e amargos do tema racismo ambiental. É preciso uma comunidade inteira para criar mundos e coletivos para criar pedagogias que criam mundos.

Os papéis de sujeitos e objetos são tensionados para que fiquemos unicamente em sujeitos, abrindo mão de como a metrópole espelhou a colônia subjetivamente nas múltiplas formas de se relacionar, inclusive na pesquisa científica. Este sujeito que nasce não é livre do “pecado colonial”, afinal ele também é um campo de luta e um espaço que deve ser controlado e dominado para que a coerência de uma dada ordem e visão de mundo continue estável (Torres, 2020, p. 43), não um elemento neutro.

E deve ser essa a principal contribuição da decolonialidade para o método cartográfico que é o desvio de uma “colônia”, que permita assumir seu compromisso em não fraudar a captura de subjetividades afirmando uma neutralidade racial num mundo moderno ocidental onde este se tornou central.

A cartografia segue, mas é a contracolonialidade da fala dos que pisam sem sandália no chão de massapê aqui que abrirá e guiará o caminho.

3.2. Cartografar e decolonizar como Carolina

O segundo encontro, dos três que estruturam o campo deste trabalho, teve como proposta a leitura coletiva e discutida de trechos de *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus, que foi realizada da seguinte forma:

Um convite a um passeio: Fomos convidados e convidadas a ouvir a música “Rosa do Morro”, da banda de *rap* Inquérito⁷³, uma homenagem a Carolina Maria de Jesus e, logo após, conversamos sobre isso.

O exu que nos acompanhará: Com recursos materiais, expus informações biográficas sobre Carolina Maria de Jesus, mostrei fotos dela para que todos pudessem conhecê-la. Logo após, fizemos a leitura dos dois primeiros dias presentes no diário, como forma de familiarizar os sujeitos na forma carolinesca de narrar. Achei importante selecionar os dois primeiros dias, visto que muitos poderiam não ter feito a leitura da obra e assim “começar pelo começo”, inclusive com a demonstração da estrutura diário confessional.

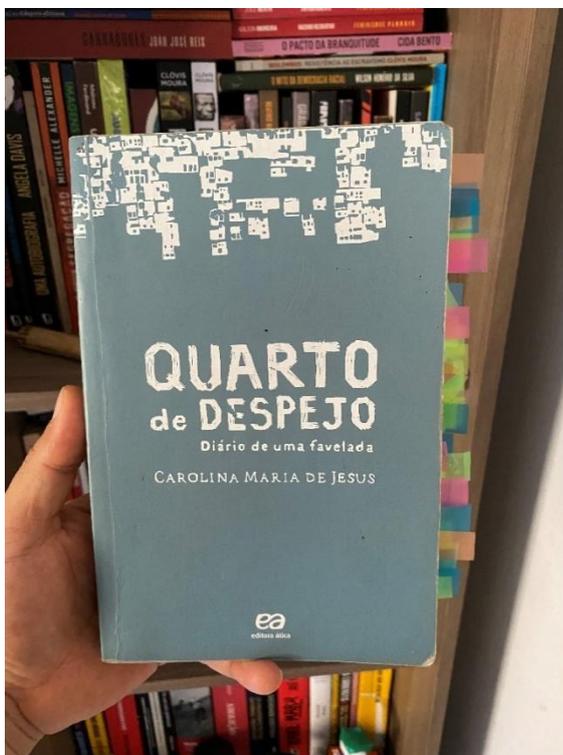
O defumador: Um caixa contendo trechos pré-selecionados por mim foi de mãos em mãos, cada jovem retirando um deles, lendo em voz alta e trazendo suas inquietações. Por fim, falei sobre a última etapa e deixamos livres para cada um e cada uma trazerem algo que estivesse presente nos ambientes que fazem parte da nossa trajetória diária.

A duração desse segundo momento foi de 1 hora e 30 minutos aproximadamente e descalços, com as mãos ocupadas pelo livro *Quarto de despejo*, que iremos nos direcionar ao fim-início do caminho.

Certamente é um momento de questionar o porquê da escolha de *Quarto de Despejo*. A obra escrita por Carolina Maria de Jesus em forma de diário confessional é considerado por mim como um marco literário nacional por vários fatores, alguns

⁷³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BhrBqgvIKs>. Acesso em: 24 fev. 2024.

deles, fundamentais para este trabalho, são: 1. Aborda de forma transversal e em toda a obra a relação de uma narradora negra e favelada com o espaço-tempo que caracteriza o ambiente onde mora e transita, utilizando a primeira pessoa; 2. O marcador racial aparece de forma constituinte das condições, causas e consequências enfrentadas pela voz narrativa, ora de forma direta, ora de forma indireta, visto que a própria autora não deixa de ser negra e favelada; 3. A linguagem utilizada ao mesmo apresenta características literárias, como uso de poética, mas também sendo analítica da própria realidade cartografada respondendo a palavras, conceitos e definições compreendidas dentro da própria realidade, sem recorrer a academicismos por exemplo; e por fim 4. O próprio gênero textual diário confessional permite uma aproximação e inspiração da voz narrativa com a proposta da produção da colchagrafia a partir de narrativas confessionais que se utilizem da própria realidade dos sujeitos construtores desta pesquisa que não interpretem racismo ambiental como meramente um processo associado aos fatores climáticos, mas que se encontre também nas inúmeras processualidades de desumanização, exclusão e interdição dos seres no espaço-tempo onde estão e transitam (que não deixam, por sua vez, de interferir na constituição da crise climática).

Figura 4 - Versão da obra utilizada

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Com isso, *Quarto de Despejo* apresenta um conjunto de características em sua gênese que possibilita outras narrativas surgirem como estético-artísticas na denúncia e na composição de uma literatura e de uma ciência que não excluam a própria experiência dos sujeitos e, dessa forma, o que os atravessa como marcador cultural e histórico. Não se trata apenas do fato de ser composto por meio de um gênero intimista, ou por uma linguagem própria, ou pela temática abordada, mas pelo conjunto desses elementos que se tornam inspiradores no “*fazer carolinesco*”, na construção de uma narrativa que é “*educadora de sentidos*”.

A pré-seleção dos trechos que foram utilizados buscaram não apenas o conteúdo abordado como relacionado ao tema, mas que possam demonstrar também a forma carolinesca de narrar, de perceber elementos que poderiam passar despercebidos, usando metáforas e outros recursos estético-artísticos na análise da realidade cartografada.

3.3. Cobrir os pés com a colcha de retalhos

O segundo encontro dos que estruturam o campo deste trabalho teve como proposta a produção final de nosso trabalho: uma colcha de retalhos cartográfica.

Cada um e cada uma compartilhou o que trouxe enquanto colou em um dos quadrados da colcha de retalhos, podendo ser fotografia, desenho, poema, trechos de músicas ou outras pistas pré-escolhidas por elas e eles.

Ao fim, fizemos coletivamente as observações sobre o que foi produzido, ficando livres para compartilharem aprendizados e saberes.

A proposta de duração desse encontro é de 1 hora e 30 minutos aproximadamente e estivemos descalços, com as mãos ocupadas pelo livro *Quarto de Despejo*.

Chamo atenção novamente ao fato de que o campo deste trabalho já foi construído desde o Capítulo 1, o que iremos especificamente analisar no próximo e último capítulo será a oficina de campo, em que as narrativas serão apresentadas como uma única voz narrativa (conversação), em sua produção coletiva.

Para melhor contextualização desta pesquisa é importante trazer mais algumas informações acerca do local de produção das oficinas e dos sujeitos participantes.

A escola, Colégio Estadual José Rufino, onde esta pesquisa aconteceu é a única de Ensino Médio e da Rede Estadual da cidade Candéal e está localizada na área de expansão metropolitana de Feira de Santana, Bahia, com população estimada em aproximadamente 8 mil habitantes, segundo a última atualização do IBGE, em 2021, que também consta o atual Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,587.

Entre os muitos dados disponíveis, chama atenção que em 2020 foi registrado uma taxa de 32,26 óbitos por mil nascidos vivos, bastante acima da média nacional,

que é de 12,4 a cada mil nascidos vivos, segundo Cenário da Infância e Adolescência 2021, da Fundação Abrinq⁷⁴.

Estas informações são importantes para situar o lugar da pesquisa, onde ao possível transitar pode se perceber, por exemplo, esgotos a céu aberto, ausência de ruas pavimentadas, poucos espaços físicos de lazer e maioria degradados e vias de acesso, que a depender do nível de chuva, podem ficar intransitáveis.

É desse lugar que emergem perguntas cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa, afinal, nestes “quartos e despejos” o que brotam de resistências vindas dos jovens que neles transitam? Como estas narrativas são marcadas pelo racismo ambiental que estrutura a cidade? Como Carolina Maria de Jesus, que cartografou o território onde transitava enquanto ao mesmo se percebia enquanto voz narrativa, pode ajudar a construir esses (des)caminhos?

Com isso, esta pesquisa busca construir formas de ao mesmo tempo que investiga um tema de pesquisa, também constrói novas possibilidades de se alcançar este tema, de refletir sobre ele e de abrir possibilidades para intervir sobre, sem que o sujeito-pesquisador se torne aquém do processo investigativo e nem que os resultados desta busca se tornem regras sólidas advindas de lugares fixos e únicos, sendo que aquilo que devemos compreender como educação, mesmo a formal, não é fruto de unicidades, mas de multiplicidades, de ensinar, de aprender, de ensinar aprendendo, de aprender ensinando, de construir futuros e presentes ancestrais. É preciso assim “um método” que permita com que os sentidos se conectem ao que pode estar passando despercebido em meio a ruídos e silêncios.

Partindo desse contexto/campo/lugar de investigação a pesquisa se utilizará da Cartografia, método desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guatari (1995). Para Oliveira e Paraíso (2012, p. 163), a contribuição dos dois filósofos “faz eco ao que há de ser pensado sob a pesquisa em educação” por um motivo que parece ser uma característica crucial a ser capturada na pesquisa em educação, o de que “a vida que pulsa e não para de movimentar-se nos territórios educacionais”.

Territórios estes que não são unicamente concentrados nas escolas, mas nas comunidades onde vivem, nas relações sociais que constroem, nas culturas que fazem parte e constroem, no movimento que se fazem quanto corpos-territórios. Para

⁷⁴ Mais informações estão disponíveis em: <https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-a-importancia-do-comite-de-mortalidade-infantil>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ambos também “a cartografia é uma figura sinuosa, que se adapta aos acidentes do terreno, uma figura do desvio, do rodeio, da divagação, da extravagância, da exploração.” (Oliveira; Paraíso, 2012, p. 163) o que na pesquisa (não só em educação, mas sobretudo nela) se faz necessário quando nos esbarramos em pistas cruciais muitas vezes desconsideradas, que são resultantes das transgressões dos sujeitos à territorialização de seus meios, assim (des)territorializando-os, reinventando formas de se apropriar do que lhes é negado, tal qual Carolina Maria de Jesus ao fazer da escrita a sua arma decolonial. Quando isso se soma à pesquisa em educação ambiental, olhar em volta, não permitir que os desvios também se façam presentes, pode significar lacunas necessárias de preenchimento.

Quando me apresentaram a Cartografia e iniciei o processo de pesquisa acerca do “método”, descobri que já estava em um processo cartográfico de pesquisa. Não foi meramente a escolha pela Cartografia, mas a partir dela que se construiu o desenrolar desta pesquisa.

Os relatos são exemplos de como a escrita, ancorada na experiência, performatizando os acontecimentos, pode contribuir para a produção de dados numa pesquisa. Ao escrever detalhes do campo com expressões, paisagens e sensações, o coletivo se faz presente no processo de produção de um texto. Nesse ponto, não é mais um sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo. O tema da pesquisa aparece com o pesquisar. Ele não fica escondido, disfarçado ou apenas evocado (Barros; Kastrup, 2015, p. 73).

Essas sensações despertadas, captadas pelo potencial ampliado dos sentidos, não é possível se fazerem presentes na escrita se o próprio processo de produção dela não se dá de forma ampla e regular, não sendo compreendida como uma etapa posterior ao encerramento final da produção de dados. Exige assim uma reflexão constante sob a própria apreensão e extração do tema de pesquisa para se alcançar deslocamentos da imposição de métodos científicos modernos tradicionalistas que devem ter limitações superadas.

Quando Carolina Maria de Jesus resolveu, por meio de seus diários, traçar acontecimentos e percepções que percorrem cada dobra de rua formada por barracos de onde morava, de onde transitava, de onde extraía seu ganha-pão, temos nas mãos preciosos escritos que mesclam olhares apurados por outros sentidos aliados a um traço estético-artístico marcante em suas obras. Cartografar problemas: alcoolismo,

corrupção e enganação política, ausência de saneamento básico, violência doméstica, negligência pública. Cartografar sentimentos: cansaço, raiva, desesperança, esperança, carinho. Cartografar aquilo que parece imperceptível, mas a arte possibilita perceber.

Segundo Barbosa (2016, p. 3):

Sob a perspectiva artística os aspectos espaciais físicos são mapeados através de abstrações criativas que permitem uma apreensão subjetiva da realidade, se distanciando dos objetivos tradicionais da ciência cartográfica e, sobretudo, da preconcepção do que é um mapa para os seus usuários-espectadores.

A cartografia, em seu sentido contemporâneo, aparece não como uma descrição objetiva do espaço geográfico, mas como um mapeamento a partir de lapsos criados pela apuração dos próprios sentidos. Isso significa também uma mudança na própria forma de mapear, que carece da subjetividade para isso, que, portanto, vê na Arte uma forma de encontro existencial, onde se torna perspectiva inserida e não apenas uma abstração.

Para alcançar a forma a pesquisa deve fazer uso da Observação como recurso, mas não é se colocar numa posição de observação consciente à espreita ansiosa do que surge, ou como um corpo estranho em meio ao campo de observação. Observar de forma a cartografar é sentir a si mesmo como parte do que é observado, como também parte dos processos em curso. Sendo assim, a Cartografia também se faz Pesquisa-Intervenção.

Sobre a seleção dos sujeitos participantes:

1. Ao todo participaram dez jovens estudantes entre 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos⁷⁵ tanto do espaço urbano quanto do espaço rural. Sendo a idade um critério de exclusão/inclusão;

⁷⁵ Segundo a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, serão consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. No entanto, os adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa faixa de idade, portanto, é considerada para a pesquisa pensando os critérios tanto destas leis citadas quanto

2. Os critérios de seleção partiram por uma mobilização prévia, onde conversei acerca da pesquisa em todas as turmas da escola, deixando aberto tanto o interesse, quanto a disponibilidade em participar das oficinas, sendo este um segundo critério de exclusão/inclusão. Mais de doze estudantes me procuraram, no entanto, nem todos possuíam disponibilidade para o horário em questão;
3. Todos e todas que participaram se autodeclararam negros e negras;
4. Dos dez participantes, três residem na sede (perímetro urbano) e sete no espaço rural, sendo de diferentes localidades da cidade;
5. Dos dez participantes, três se definem do gênero masculino e sete do gênero feminino;
6. A participação dos sujeitos seguiu critérios éticos de pesquisa, ou seja, mediante autorização documentada prévia da escola e dos responsáveis, onde autorizaram uso das produções e foram expostos os riscos e critérios de participação;
7. Os momentos e etapas da oficina de campo aconteceram dentro do espaço escolar em dois dias (três momentos);
8. O material utilizado na oficina foi disponibilizado por mim, com exceção de algumas fotografias já trazidas por alguns dos sujeitos.

Visualizadas as etapas do processo de pesquisa e outras informações relevantes, é preciso salientar a importância da Pesquisa Qualitativa em Educação, sobretudo aqui, onde me amparo teoricamente na decolonialidade. Farei uso desta tipologia de pesquisa, pois ela permite transitar em fendas subjetivas, transgredir limites numéricos que podem ignorar os (des)caminhos necessários para possibilitar que as narrativas desses jovens se façam também ciência, considerando que Charlot

também do público médio que frequenta o Ensino Médio regular no Brasil (cerca de 89,2% da população que frequenta é entre 15 e 17 anos, segundo Censo Escolar realizado em 2020).

define o campo da educação como “mestiço”, o que torna a “circulação” como principal elemento (p. 3).

O que é específico da educação como área de saber é o fato de ela ser uma área na qual circulam, ao mesmo tempo, conhecimentos (por vezes de origens diversas), práticas e políticas. Delimita-se assim uma primeira definição da disciplina educação ou ciências da educação: é um campo de saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos, e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos (Charlot, 2006, p. 3).

O campo da Educação está sempre em reflexão sobre si mesmo, visto que as próprias formas que o configuram são históricas, portanto, estão em mudanças constantes. A pesquisa em educação, portanto, precisa também criar formas de capturar essa circulação e para isso não pode abrir mão de compreender os inúmeros conhecimentos, práticas e políticas, inclusive as que fazem parte das fissuras que não podem ser quantificadas.

Além dos fatores já mencionados, a escolha pela Pesquisa Qualitativa visa compreender tanto o autor assinante da pesquisa quanto os colaboradores e colaboradas como partes integrantes do processo de pesquisar um problema cotidiano identificado (o racismo ambiental) a partir de um aporte literário que cartografou outros cotidianos (o livro *Quarto de Despejo*). Segundo Flik (2009) os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa são:

[...] escolha adequada dos métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisados a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção do conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos (p. 6).

No que concerne aos métodos e teorias coniventes, a cartografia e a decolonialidade se cruzam perfeitamente na construção da pesquisa em educação quanto nesta que considera o racismo ambiental como objeto, sem deixar de lado o reconhecimento e análises múltiplas que aparecem na trajetória e nem excluindo o próprio pesquisador da pesquisa. Aqui também vale destacar o hibridismo entre aparentes abordagens distintas que esta pesquisa buscar incorporar ao fazer uso da observação participante, da pesquisa-intervenção e da própria cartografia.

Apresentados estes caminhos metodológicos, espero com isto ter alicerçado as bases justificáveis para uma pesquisa que busca se construir pesquisa em seu próprio caminhar, demonstrando sua relevância científica e social ao se debruçar por outros quartos e outros despejos cartografados nas narrativas de jovens estudantes num contexto latino-americano, especificamente em uma cidade baiana interiorana, de onde brotam possibilidades de decolonizar as práticas e teorias voltadas às muitas possibilidades de compreensão do ensinar e do aprender em meio as resistências da própria crise climática que enfrentamos.

4 CAPÍTULO QUARTO – UMA COLCHAGRAFIA DE NARRATIVAS CIRCULARES MARCADAS POR RESISTÊNCIAS AO RACISMO AMBIENTAL

Dizem os velhos que no fim do mundo a vida ia ficar insípida. Creio que é história, porque a Natureza ainda continua nos dando de tudo.

Temos as estrelas que brilham. Temos o sol que nos aquece. As chuvas que cai do alto para nos dar o pão de cada dia (Carolina Maria de Jesus).

Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As novas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo (Antonio Bispo dos Santos).

E os retalhos, de onde vêm? Vêm de lugares e de pessoas diferentes. Cada uma com seu jeito de vestir; cada costura, com seu jeito de unir; cada cor, com sua maneira de colorir. Desfilam harmonia numa colcha de retalhos, cobrindo com um manto de alegria, os diferentes que fazem do seu dia a dia o bem viver de uma cidade (Enéas Guerra e Antonio Miranda, descrição presente na contracapa do livro infantil *A união faz a colcha*, 2021).

Querido, Diário⁷⁶,

Hoje, dezoito de outubro de dois mil e vinte três, acordei mais cedo do que costumo fazer às quartas-feiras. Não é meu dia de trabalho na escola, portanto, foi o dia escolhido para experimentação das duas primeiras oficinas de campo de minha pesquisa, pois assim estarei dedicado exclusivamente a elas.

A luz do sol já atravessava meus olhos e minha pele e, como em todo decorrer da pesquisa, me peguei pensando em minhas avós, sem letras escritas, mas nas memórias que nem eram minhas e outras que também se tornaram. Apesar do calor, um frio invadia minha barriga pela expectativa do que aconteceria naquele dia. Muitas angústias, medos e na bolsa o

⁷⁶ A partir daqui inicio a narrativa das oficinas de campo fazendo uso de modelos de letras distintos. A proposta é “brincar” com as possibilidades de narrar.

material que seria utilizado: canetas, lápis de cor, giz de cera, folhas de papel em branco, fita adesiva e outros de papelaria.

Aquele material que horas após seria espalhado no chão da sala para que os *outros da pesquisa* também depositassem suas angústias, medos, criações, construindo, erguendo castelos, “costurando” os remendos, fazendo tessituras entre as palavras faladas e as palavras escritas.

Ali, parado, em pé, já na sala onde aconteceria o primeiro contato da oficina, antes que pudesse anunciar o início, escolhi por ficar descalço, retirar o tênis. Iria sugerir que tirassem também, mas percebi que já haviam feito o mesmo antes de mim:

- Você vai tirar o sapato? – perguntou uma das vozes curiosas e surpresas.

- É porque fica mais fácil andar – respondi.

- Se ele quer se entender com a gente, tem que tirar o sapato. Pelo pé!

Pronto, eu não precisei explicar o simbolismo que era estar descalço! A oficina havia se iniciado, Exu não requer normas para abrir os caminhos a percorrê-los, nem de pontos de partida. “Se ele quer se entender com a gente, tem que tirar o sapato. Pelo pé”. O conceito de pedagogia exuística havia aparecido. Uma síncope, “a arte de dizer quando não se diz e não dizer quando se está dizendo” (Simas; Rufino, 2018, p. 19), assim a síncope quebrou a sequência previsível (*idem*) e estabeleceu um preenchimento do vazio, a oficina havia se iniciado.

A voz que ecoou essa frase tem vivência em terreiro, pertencente à Umbanda, apresentou a significação política, pedagógica, exuística que esse ato apresenta. Os trabalhos haviam sido iniciados e já nos entendíamos pelo pé, pelo ambiente, pelo chão. Este chão que possui importância às culturas de síncope⁷⁷, aos pés de minha vó que pisavam o terreiro, que sambavam nas rodas de *cabôco*, que pisavam no feijão seco nas batatas ou que descalços olhava para nós como a nos ver como novos começos de tudo.

⁷⁷ Para Simas e Rufino (2018, p. 19), culturas de síncope são as que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras imaginativas de se preencher o vazio, com corpos, vozes, cantos.

Ao fim deste capítulo será apresentada como invenção da oficina de campo uma colchagrafia, uma colcha de retalhos preenchida por pistas coletadas pelos próprios sujeitos desta pesquisa. A colcha de retalhos surge de tecidos de origens, cores, texturas, finalidades múltiplas. Diferente das demais, ela não possui uma única dimensão, mas o conjunto de muitas e a consciência inventiva dela parte de frestas percebidas na necessidade de cuidado consigo e com o outro e, na ausência de recursos, reaproveita-os e os transformam em útil.

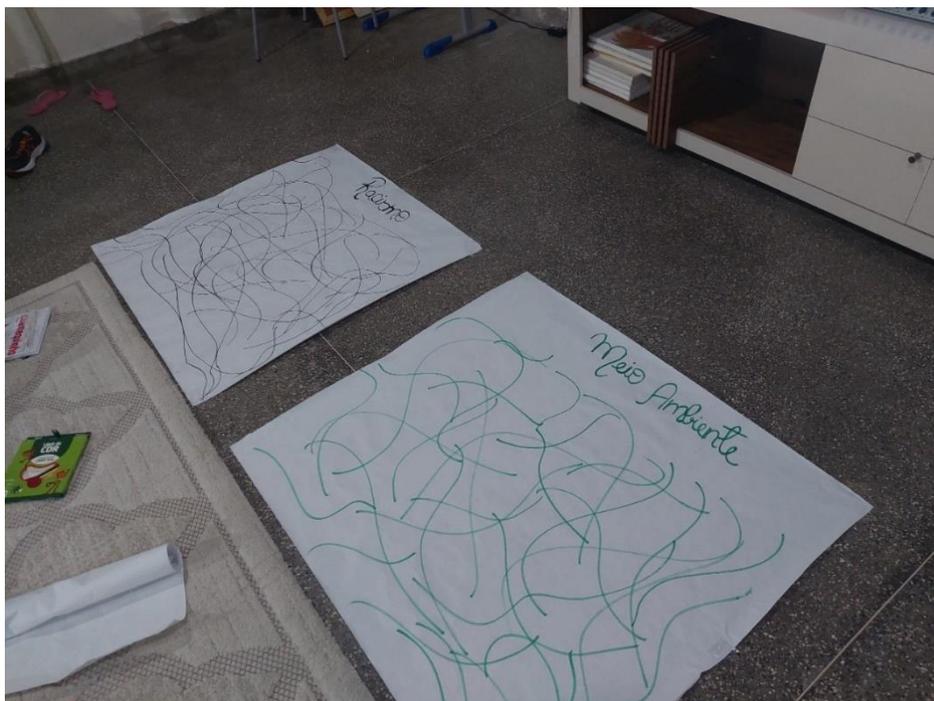
A costura desta oficina é assim uma colcha de retalhos cartográfica, uma colchagrafia, onde narrativas-retalhos se costuram por meio da ancestralidade presente no objeto costurado. Estas narrativas-retalhos surgem de movimentos, ambientes, memórias, experiências múltiplas, mobilização de conceitos muitos, mas estabelecem conexões na construção de uma voz narrativa considerada e analisada nesta pesquisa.

Serão três momentos de oficina para se alcançar a colchagrafia, três costuras feitas a várias mãos.

Primeira costura: Oficina de aproximação do conceito de Racismo e Meio Ambiente

Espalhei o material sobre o chão da sala, abri dois papéis grandes, onde em cada um poderia se ler em títulos “Racismo” e em outro “Meio Ambiente”, abaixo, riscos que se encontravam, desencontravam, sem um percurso final ou ordenamento, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 5 - Dinâmica de construção do primeiro momento



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Expliquei a primeira etapa:

- Bem, o que é que é para ser feito? Está vendo aqui? Racismo, meio ambiente. Uns riscos aqui. Isso, na pesquisa que eu faço, a gente chama rizoma. Rizoma é um caule de uma árvore, que não tem fim e nem início, ele pode crescer infinitamente. Mas o que é para vocês fazerem? Em cada um desses papéis, vocês vão escolher individualmente, mentalmente, e colocar uma palavra-chave. A palavra-chave pode ser uma palavra composta ou simples, que vocês achem que tem relação com racismo e uma que tem relação com meio ambiente. E aí, no fim, colar aqui, onde vocês acharem melhor. Uma que tem a ver com racismo e uma que tem a ver com meio ambiente. Qualquer coisa que vocês acharem interessante, que achem que devem trazer e tal. Em cada papel uma palavra. Uma que tem a ver com racismo, outra que tem a ver com meio ambiente.

O objetivo desta dinâmica parte da busca por aproximar os conceitos de racismo e meio ambiente no nó conceitual que é racismo ambiental, entendendo-o como não apenas a intenção racista, mas as ações que impactam racialmente para além das intenções originárias (Herculano, 2008, p. 2), ou seja, na distribuição desigual dos danos ecológicos causados. Assim entendendo a comum matriz de relação que há entre o que é o operador raça e o que são os danos ambientais.

Nesse momento me coloquei como observador-participante, na posição de atenção pousada⁷⁸, observando as interações.

O “comando” “você vão escolher individualmente” foi desobedecido várias vezes, muitos já conversavam com os outros, interagiam, buscavam assim construir/escolher/criar suas palavras conforme as trocas iam acontecendo. O “comando” quebrado instaurou uma relação enquanto grupo narrativo que não exclui os sujeitos em individualidades narrativas, mas possibilita que nos tornemos um coletivo de produção, em que os discursos teriam efeitos coletivos e que o espaço iria sendo construído de forma a nos aproximarmos e não nos distanciarmos.

Peço licença para dizer que, se para Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 38), “chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes”, aqui chegamos como estudantes jovens de turmas, idades, experiências e trajetórias diferentes nos transformando em uma voz narrativa compartilhante.

Após alguns minutos, solicitei que colassem as palavras livremente em cada um dos cartazes e após faríamos uma conversa a partir das justificativas de cada uma delas.

Observe as imagens abaixo após as palavras-chaves colocadas:

⁷⁸ Chamo de atenção pousada o que (Kastrup, 2020, p. 36) recomenda ao “método” cartográfico, que é a utilização de uma atenção onde a seleção se encontra inicialmente suspensa, cuja definição é “prestar atenção a tudo”. Essa atenção aberta, sem focalização específica, permite a captação não apenas dos elementos que forma um texto coerente e à disposição da consciência do analista, mas também do material “desconexo e em desordem caótica”.

Figura 6 - Resultado da dinâmica de construção do primeiro momento

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

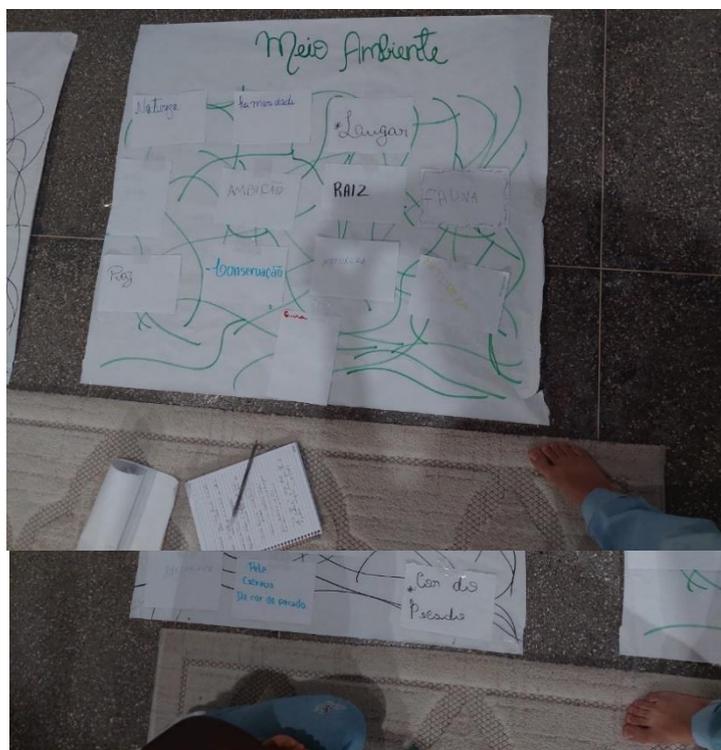


Figura 7 - Resultado da dinâmica de construção do primeiro momento

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

No cartaz onde estava como título “Racismo” as palavras colocadas foram “desrespeito”, “opressão”, “ilusão”, “preconceito” (2 vezes), “pele”, “ódio”, “cabelo”, “superior”, violência”, “cor do pecado”, “pele/escravo/da cor do pecado”. A quantidade de palavras foi maior que a participação de sujeitos de pesquisa, pois algumas vozes narrativas optaram por também quebrar o “comando” de “*uma palavra-chave*”.

Observemos que estas palavras são resultantes de efeitos distintos provocados pelo próprio racismo enquanto um fenômeno moderno-ocidental que opera de forma plástica, múltipla e atualizável (Simas: Rufino, 2018, p. 110), o que justifica os vários conceitos mobilizados ao longo de reflexões teóricas feitas até então nesta pesquisa, como “Necropolítica”, “Mito da democracia racial”, “racismo estrutural”, “discriminação direta”, entre outros.

No cartaz em que estava o título “Meio Ambiente”, as palavras colocadas foram “Natureza” (3 vezes), “humanidade”, “Lugar”, “outra metade”, “ambição”, “raiz”, “fauna”, “paz”, “conservação”, “cura”. Da mesma forma, alguns sujeitos também optaram por mais de uma palavra. Observemos que, ao mesmo tempo que algumas palavras denotem a noção comum de meio ambiente, algumas já apresentam dimensões que mobilizam sensações (paz), modos de ser (ambição) relações sociais (humanidade e lugar) e até processos (cura). Com isto, o meio ambiente, a partir da ideia de “habitar colonial”, de Malcom Ferdinand (2022, p. 49), deve ser compreendido a partir da existência, relações uns com os outros e formas de reportar à Natureza que os próprios humanos estabelecem, acrescento assim as sensações, modos de ser, relações sociais e processos.

Reafirmo a importância de pensarmos uma ecologia decolonial e conceitos mobilizados por ela pois possibilita não apenas justificar a relação intrínseca entre raça e meio ambiente, mas percebê-la como um lugar de movimento possuidor de invenções que nos aproximam da Natureza (portanto, de nós mesmos) e não nos distanciam como faz a máquina colonial.

A partir desse primeiro ato, seguem algumas análises que nasceram da voz narrativa a partir da justificativa das palavras. Importante dizer que aqui já é fruto de uma atenção flutuante (Kastrup, 2020, p. 36) a partir do olhar do instrumento de análise que é fruto da relação entre os dois títulos – racismo e ambiente. Portanto, muitas outras considerações não serão trazidas, o que não significa que serão descartadas para outras possíveis análises em um outro momento, como publicação de artigos.

- Eu botei ódio porque eu penso que para existir racismo deve ter ódio. Porque a pessoa que pratica racismo não deve ter amor próprio. Porque, por exemplo, se você não tem amor próprio, você, como dizia aquela frase aí, você tem que tratar o próximo como?

A voz que se ergue para fazer essa relação, permite em conversação identificar que se o racismo faz com que se odeie o outro, o ódio também é a si mesmo e é a tudo em volta, inclusive à própria Natureza, ao meio ambiente.

Segundo Nêgo Bispo: “As pessoas falam de racismo, mas discutem o racismo apenas dentro da espécie humana” (Bispo dos Santos, 2023, p. 81) e também “O racismo acontece contra todas as vidas. Contra as raças de fruta, de peixes e também contra os animais silvestres, que foram diminuindo” (Bispo dos Santos, 2023, p. 82) possibilitando que pensemos que o racismo, em essência, já é a produção de uma consciência de violência que repele, hierarquiza, diferencia para dominar, criando formas distributivas de poder que por mais que não se reduza a atos incididos nos “limites melanodérmicos”, o alvo é sempre uma produção negra (Simas; Rufino, 2018, p. 110) ou, nesse caso, a consequência sempre incide maior a grupos racializados, só que afeta toda forma de vida por efeito colateral.

Por isso “Eu trouxe superior porque eu acho que uma pessoa racista acha que é melhor do que o outro”. Se ela se ver como superior ao outro humano, ela também irá se ver como superior ao outro Natureza, a quem ele não se vê como parte. “Que é ilusão!”, outra voz narrativa complementa apontando para a palavra “ilusão”.

Perguntei de volta aos outros sujeitos: “Vocês percebem que as três se complementam?”. A partir daí nasceu o diálogo:

- Parece que vai se construindo a ideia, não é uma coisa que vai se opondo a outra. Você tem alguém que odeia muito o outro, porque ele se acha superior, mas ele talvez nem ame a si mesmo.

- E por que ele não ama a si mesmo e discrimina o outro? – perguntei.

- Porque ele vive num mundo de ilusão, construído a partir dessa ilusão.

Comparo “ilusão” aqui a dissimulação, pois “a dissimulação do racismo dificulta a percepção cotidiana desse gigantesco mal social (Pinheiro, 2023, p. 50) e esta característica que o sustenta enquanto mecanismo distributivo de poder no mundo colonial, este erguido e duplamente fragmentado para que nem os próprios sujeitos se percebam, nem percebam o outro.

Humanidade se divide em raças, humanidade se distancia de Natureza, mesmo que toda essa divisão, essa distinção sejam ilusões/dissimulações que não projetam o que deveríamos realmente ser para encontrar saídas à crise climática permanente na Modernidade Ocidental.

Segui e indaguei: Tem mais alguma palavra aí que chama a atenção de vocês?
 Responderam: Escravo. Perguntei de volta: Por que escravo?

- Porque geralmente o racismo está ligado ao nosso passado, da escravidão dos nossos antepassados. [...] Mas a escravidão só acabou num tempo antigo, que era arrematada por correntes, essas coisas, mas hoje em dia, se você parar para perceber, ainda existe. Por conta de não ser remunerado. Porque na maioria o povo no meio social sofre. Por ser um preto, ele tem que trabalhar como varredor de rua, o preto não pode entrar na universidade, o preto não pode ser um médico, o preto não pode ser um dentista. E mesmo que eles não conseguissem essa posição, aí eles são olhados com um olhar diferente.

Se na forma original o racismo estabeleceu classificações para diferenciar quem serviria de mão de obra escrava, nos racismos contemporâneos⁷⁹ podemos constatar que “o racismo é então explicado em termos de “territorialidade, supondo uma característica quase natural” (Kilomba, 2019, p. 113), isso é resultado não apenas de uma herança colonial, mas a uma incorporação da raça a novas formas distributivas de poder, sejam em empregos, lugares de consumo, lugares de moradia, o racismo sempre aparece por meio dos sentidos (o olhar, a forma como se fala) em suas formas de acorrentar, de controlar, de ambientalizar corpos negros de forma a mantê-los na posição estabelecida pela Modernidade Ocidental.

A espacialidade do racismo pode ser visualizada nesta narrativa a partir da distribuição dos corpos negros no trabalho, estudo, na forma como são sentidos a partir do olhar, mas deve ser percebido também a condição histórica como uma raiz ainda presente, a herança escravocrata, o que permite um caminhar para perceber a racialização do ambiente.

Afirmo que “Natureza” é uma palavra que se repete algumas vezes, questionei o porquê e o que seria, portanto, Natureza.

- A natureza é o ambiente que está ao nosso redor. – Responderam.

Não há uma distinção nesta voz narrativa do que seria o espaço propriamente humano de um espaço propriamente natural, mas a significação de tudo ao nosso redor, de todo o espaço. Mas nós estamos fora

⁷⁹ Termo utilizado por Grada Kilomba para diferenciar o racismo em sua origem e o que se tornou contemporaneamente a partir de novas e aprofundadas relações de sociabilidade.

desse redor? Não somos parte deste todo-espaco? Neste momento, outra voz narrativa se ergue:

- Para fugir desses meios sociais, eu trouxe no meio ambiente a “cura”. A cura que está se voltando mais para a natureza.

A voz narrativa afirma, então, que essa cura da destruição só é possível se a humanidade se voltar à própria Natureza. O que só é possível alcançar pelo que Nêgo Bispo (2023) chama de confluência, que é a “energia que está nos movimentos para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito” (Bispo dos Santos, 2023, p. 15), sendo ela “uma força que rende, que aumenta, que amplia” (p. 15), que cura e faz com que sejamos rios e os rios sejam nós.

Aqui não tenho como não me recordar de bell hooks (2017) – ilustrado em citação que abre o capítulo 2 deste trabalho – em seu processo de busca da cura para suas dores, estas atravessadas pelo racismo, pelo machismo e por outros marcadores que a atravessam. A Natureza, compreendida aqui como uma das fraturas do mundo duplamente fraturado, é a parte incompleta da humanidade adoecida.

Outra voz questionou: Como encontrar a paz, a humanidade?

Entre os sujeitos se criou um momento de diálogo, onde permaneci observando:

- A humanidade vive no meio ambiente.
- E vive destruindo.
- A maioria destrói, a maioria constrói.
- A minoria constrói.
- Uma parte da humanidade constrói.
- E o que é a humanidade?
- O que é ser humano?

Interpelei: Todo mundo é considerado humano?

- Sim.
- Todo mundo? Não, todo mundo não.

[...]

Questionei novamente: Quem é que determina que ela é mais humana ou menos humana?

- A própria sociedade. Os próprios, outros próprios seres humanos.
- Os próprios seres humanos decidem, então, quando a pessoa perde ou não a humanidade.

Se

[...] o racismo [...] inclui a dimensão do poder e é revelado através das diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como a representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc.” (Kilomba, 2019, p. 76).

É essa partilha que possibilita mais humanidade a uns e menos humanidade a outros, conferindo privilégios a quem inclusive vive o meio ambiente e quem tem ele negado para si.

Alcançamos outra importante característica do racismo que é a destituição da humanidade do outro. Neste sentido uma destituição produzida a partir da própria razão que também infere um princípio de autodiferenciação do ser humano do restante da Natureza. Essa racionalidade é construída por meio do racismo cotidiano como não apenas uma reencenação de um passado colonial, mas também uma realidade traumática (Kilomba, 2019, p. 29), inferindo princípios de funcionamento das relações dos seres com outros a partir das relações históricas condicionantes da raça e dos seres com o próprio ambiente.

Na antítese, os oprimidos desafiam esse princípio razão numa espécie de contra-razão, é o que a voz narrativa inferiu como questão ao questionar que

- Pra gente chegar ao resultado, à conclusão do que o professor falou, eu acho que tem uma ideia maior do que o que é certo e o que é errado, entendeu? Porque se a humanidade que decide o que é bom, o que é certo e o que é errado, então como é que a gente vai saber se o que a gente tem como certo é realmente certo? Se é nós mesmos que decidimos isso?

Apontei para a palavra “raiz” e perguntei o que aquela palavra trazia. Respondeu:

- Raiz de passado, ancestralidade. Meu ambiente seria isso.

Completei então dizendo que “Vocês já trouxeram essa ideia de Natureza. O que é Natureza? É tudo que está em nossa volta. E nossa volta é o que? O nosso lugar. É o nosso lugar que a gente cria raízes. Assim, alcançamos uma relação do racismo ambiental

enquanto análise da forma a qual o mundo é constituído colonialmente – a partir da violência –, mas também como forma anti-colonial a partir da construção de raízes, de vínculos com a ancestralidade.

Questionei então sobre a escolha da palavra-chave “*Outra metade*” e a voz narrativa “castelou”⁸⁰: “[...] Isso é engraçado, porque eu falo meio ambiente. Quando a gente vai falar meio, sempre tem a outra parte.”.

A Outra metade é o mistério da construção e da destruição, é a falta e a presença, é o que tiramos da Natureza e negamos, é a parte que falta para entendermos e nos entendermos enquanto Todo Ambiental. O racismo ambiental é a permanência dessa fratura, porque ele nos impede de uma aproximação com qualquer cosmovisão ou percepção que nos faça confluir ao Planeta, mantendo o ambiente sempre fora de nós.

Caminhando para o fim da primeira etapa da primeira oficina, perguntei então porque associaram “violência” e “opressão” a “Racismo” e “paz” e “cura” a “Meio ambiente”:

- Ele não se ama tanto que está matando o lugar que lhe dá o próprio oxigênio.

Aqui a voz narrativa trouxe um discurso que alinha a primeira discussão acerca do conceito de racismo, entendendo-o como lugar de negação do amor ao outro e a si, isto reflete sobre o próprio lugar de cura, o ambiente ao qual nós fazemos parte. Alcançamos ao fim a relação chave entre racismo e ambiental.

A partir daí caminhei para a exposição oral do contexto histórico do conceito, da sua utilização em contexto de Brasil e trouxe chamadas de matérias jornalísticas que o expõem enquanto marcador político das relações raciais em nosso contexto.

Neste momento assumi mais a postura de sujeito participante enquanto os outros de observadores-participantes.

⁸⁰ O verbo “castelar” na Bahia é utilizado como pensar, refletir sobre algo. Aqui utilizo também como associação a trechos do diário de Carolina Maria de Jesus, quando ela fala de escrever e construir castelos. Assim faço uma ponte entre o castelar na Bahia como ter várias ideias sobre algo com o imaginário narrativo de Carolina que possibilita até mesmo erguer castelos.

Segunda costura: Oficina de aproximação com o livro *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus

Iniciei a oficina com a música “Rosa do Morro”, do grupo musical de rap nordestino Inquerito. Pedi que ouvissem atentamente, sentindo a música e prestando atenção à letra. Após a finalização, vozes rasgaram o silêncio:

- Tem uma frase que é muito pesada que é aquela: será que a sorte do poeta negro, é negra igual sua pele?

- Só pessoas negras são bastante oprimidas pelos policiais. O negro, ele é marcado. A pessoa preta é marcada pelos policiais. Porque normalmente o produto tem na cabeça, traficante, maconheiro, preto...

- Quando a música canta esse trecho que ela tá com o filho nos braços, lata na cabeça, lembra minha mãe indo buscar água.

Questionei:

- Essa música é uma homenagem a Carolina Maria de Jesus. Vocês já ouviram falar dessa mulher?

Algumas vozes disseram que já, outras que não.

Ainda preso à música, uma voz interrompe e diz que o final da música lembra um trecho da música *Ismália*⁸¹, de Emicida, quando Ícaro deseja voar próximo do sol. Trago essa voz como importante, pois demonstra o cruzamento proposto nesse trabalho a partir de encontros e desencontros, caminhos e descaminhos, em que também cruzaram as vozes Emicida e Carolina Maria de Jesus, pistas trazidas pelos sujeitos participantes e pistas apresentadas pelo sujeito autor construindo uma única voz narrativa.

A produção de conhecimentos também deve se encontrar na transgressão dos fechamentos que métodos de ensino podem causar, pois esta propicia (des)encontros entre possibilidades que sequer cogitamos quando estes métodos são pensados e estruturados. Costurar retalhos-fotos, retalhos-músicas, retalhos-narrativas é fazer com que uma

⁸¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EtN1jBk0ZQg>. Acesso em: 25 fev. 2024.

pedagogia se torne engajada, valorizando a expressão do aluno (hooks, 2018, p. 34) e faz com que a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades (p. 273).

Ao seguir, expus pontos da biografia de Carolina Maria de Jesus, de como se deu o processo de escrita de seus diários e como parte deles viraram *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*.

A etapa seguinte consistiu em trechos pré-selecionados em pedaços de papel em uma caixa, onde cada um dos sujeitos de forma livre e aleatória se direcionou, pegou um e leu em voz alta, estando livremente para tecer comentários. Nem todas as vozes trarei aqui, apenas as que considero necessárias para esta colchagrafia tecida.

“Saí pensando na minha vida infausta. Já faz duas semanas que eu não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo.

... Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira.

Creio que devo andar com um cartas nas costas:

Se estou suja é porque não tenho sabão (p. 98).”

Após a leitura do trecho, a seguinte voz se ergue:

- Eu achei interessante [...] ela tem um cuidado com a limpeza, né? Tanto dela quanto dos filhos, quanto da casa, que ela se preocupa mesmo. [...] Que que a mãe dela era...

- Lavadeira!

O cruzamento entre a história biográfica de Carolina se deu a partir de uma surpresa com a preocupação em estar limpa que ela apresentava no trecho. A negação do direito à água, consequentemente higiene pessoal começa a partir do ambiente e se estende aos corpos que o compõem, o que reforça a compreensão desses corpos ainda como parte do território integrados ao *continuum colonial* racismo ambiental, mesmo que já não sejam diretamente – como apontado por Victor de Jesus (2020) no período colonial – tomados como os próprios sistemas de saneamento da cidade. Se este ambiente fétido, sem qualidade de vida se apresenta assim, os olhares sob os corpos que o compõem também partem da mesma perspectiva. Não se espera com isso que desejem o que o ambiente não lhes proporciona, ou que

sejam vozes contestadoras das condições impostas sob este mesmo ambiente.

Esta é uma face do racismo ambiental que se dá a partir de um falseamento da realidade acerca do racismo histórico que é o de aceitação da escravidão pelo negro escravizado e do próprio racismo pelo “bom cidadão” ex-escravizado, não de sujeito contestador da realidade. Essa é uma noção distorcida da história preta brasileira que recai sob todas as manifestações de racismo, inclusive ambiental.

Carolina Maria de Jesus impacta, pois desafia o esperado, desafia o racismo histórico expondo o racismo ambiental!

“... Ensaboei as roupas. Depois fui acabar de lavar na lagoa. O Serviço de Saude do Estado disse que a água da lagoa transmite as doenças caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da água (p. 80).”

- Tudo bem ignorar que existem esses problemas, por que esses problemas afetam quem? Os pobres, os negros.

Aqui já há a identificação das próprias consequências dos danos ambientais e da própria negação de políticas públicas e quem são os grupos mais afetados, se constrói na análise o próprio conceito de racismo ambiental.

“28 de maio: A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro (p. 167).”

Indaguei:

- O que é que vocês entendem desse trecho aí? “Preta é minha pele, preta é o lugar onde eu moro”. Como assim, preta é o lugar onde eu moro?

Respostas:

- O lugar onde é menos cuidado. Menos visto. Menos visitado.

- É o lixo do mundo, né?

- Até hoje, tem pessoas, mesmo pretas, que não veem o valor em sua beleza, em seu corpo, em sua vida. E, mesmo hoje, com tanta discussão de racismo e da valorização do preto. Naquela época, um século atrás, ela já tinha essa consciência e já estava escrevendo sobre isso. Ela não se envergonhava do que ela era.

Essa última voz chama a atenção pela percepção de que a narradora Carolina Maria de Jesus não apenas identifica o “preta” por um lugar de crítica e denúncia das condições do lugar onde mora, mas também de autoafirmação racial como uma literatura que demarca que também é potência transgressora.

“Ela não se envergonhava do que era” é mais do que inconsciente, pois, ao contrário, ela conscientemente identifica que as condições sociais em que vivia tinham relação com a cor de sua pele e fazia disso a própria arma de consciência crítica, de “valorização do preto”. Não é apenas a identificação analítica do racismo ambiental que aparece, mas a própria análise enquanto recurso de superação das condições socioambientais que vivencia, transgredindo gêneros textuais, normas gramaticais e substituindo zonas de incertezas e precariedades por mundos outros erguidos em escritos.

“Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] é preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (p. 58).”

- É tipo como se ela tivesse dessa vida, a vida que ela imagina, mas ela não tem. Pra fugir da realidade dela.

- Eu vejo isso como... Como a escrita dela, um escape da realidade. Porque, quando eu, imaginando, ela abre a janela, ou abre a porta, e ela vê aquela realidade, né, de vizinho chato, de discriminação, pobreza, desemprego. Ela deve se sentir triste por isso, porque não tem oportunidades. Mas, ali na escrita, ela encontra um lugar melhor. Uma saída. O que ela pode construir. É, meio que uma solução. Um castelo. Uma saída temporária. Pra relaxar, por exemplo [...]

- Tá aí, professor. Ela criou um Meio ambiente, que se tornou a cura dela!

Para lidar com as condições ambientais impostas, ela criou um meio ambiente, que se tornou a sua cura. Ela construiu o “Todo Ambiental”, preenchendo o que faltava com a sua escrita, levantando castelos onde reluz a luz do sol, janelas de prata, luzes de brilhantes, onde há espaços para jardins, flores, onde não há espaço para a fome, para a discriminação, para pobreza, para o desemprego. É uma saída, mas não uma fuga, mas a invenção de um outro lugar, transformativo, que parece uma saída temporária, mas apresenta aos interlocutores a possibilidade de outros mundos que não o violento, colonial que é imposto a quem mora na favela.

Ela fez também um *des*Novo Mundo, desfazendo a ordem fatalista da colonização e a imposição de uma linha temporal moderno-ocidental, que fez imperar o mundo que está aí como produto final de nossa existência ao invés de uma circularidade que conclame novos mundos sendo criados em todo tempo, sempre começos paridos do meio. Aqui, o prefixo *des* surge como uma ação constante, não finalizada, logo o desfazer do Novo Mundo não faz surgir um outro, mas diversos e contínuos mundos.

Este *des*Novo Mundo apareceu, pois se criou um diálogo de preocupação acerca do futuro de seus filhos. Disseram:

- Porque mesmo que fosse o mundo perfeito pra ela, ainda assim era um mundo de ilusão. Ainda assim ela tinha que voltar pra realidade e ver que nada daquilo era real do que ela criou.

- E aí, como será que ela viveu a partir disso? De viver o dia pra ter que voltar pro mundo perfeito, aí depois ter que voltar pro mundo real, aí volta pro mundo perfeito, aí fica nesse vai e vem. Eu fiquei em dúvida de como ela levava isso.

A precisão com que se percebeu Carolina Maria de Jesus em sua poeticidade exuística que pedagogiza mundos, de onde não deixa de apontar o mundo do colonizado que precisa ser conduzido a destruição, mas que caminha, pisa num chão de possibilidades transformativas, inventivas de novas realidades, novos saberes, novos mundos, uma nova linguagem que rasga as cercas dos ambientes fechados, aparentemente impenetráveis, até mesmo da Literatura.

Mas isso não deixa com que se prenda ao mundo imaginário que sustenta, sua barriga ainda ronca de fome, a de seus filhos ainda roncam, o seu e o corpo de seus filhos ainda podem alimentar o lixo do mundo que seu

ambiente se tornou. A realidade ainda precisa ser transformada, então sua trajetória é marcada pelo racismo ambiental, mas também por um antirracismo ambientalista.

É a este caminho, do antirracismo ambientalista que se materializa nesta cartografia, que Carolina, guiadora dos caminhos exuísticos, que se encontram e desencontram na sua criação, apontam. Como os raios do sol que de seus castelos, janelas de pratas, seres invisíveis às percepções orientadas pelo racismo, aqui há uma invenção da possibilidade de novas pedagogias que criam mundos.

Carolina incorpora, absorve o ambiente onde se confluí, permitindo a manifestação de uma voz não conformada, mas perceptiva (pois identifica os elementos presentes cartografando-os) e subversiva (pois deseja transformar a sua realidade, o que faz com que toda a realidade onde está também seja questionada, cindida para o fim). Carolina Maria de Jesus nos oferece um antirracismo ambientalista a partir da Arte!

Terceira costura: Oficina de produção de uma colchagrafia com pistas criadas pelos sujeitos da pesquisa

Hoje, vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, nos reuniremos para compartilhar “retalhos” de nossos trajetos, (des)caminhos, andanças. Até aqui temos apontado dores, violências, memórias que nos rasgam. Se o racismo ambiental é também a nossa desumanização, o nosso apagamento, aqui a proposta é construir, produzir, criar, por pistas que coletamos, narrativas diárias que permitam costurar o coletivo como uma manta que as avós cobrem seus pés para protegê-los das picadas de mosquitos e do frio.

Cobertas costuradas à mão ou a máquinas de pé de remendos de roupas, sobras de tecidos de cores, texturas, materiais diversos de mães que encontravam em cada agulha atravessada uma nova serventia para essas cruzas. As pistas-retalhos podem ser fotografias, poemas, trechos de músicas, desenhos, assim é possível alcançar tantas linguagens quanto tantos retalhos, quantos tantos sujeitos de pesquisa aqui são, que “vêm de lugares e de pessoas diferentes. Cada uma com seu jeito de vestir/ cada costura, com seu jeito de unir; cada cor com sua maneira de colorir” como na história infantil narrada em “A união faz as cores” de Enéas Guerra Antonio Miranda, citada em uma das frases que abre este capítulo.

Nem todas as pistas serão trazidas aqui, mas as que permitem costuras com as reflexões já paridas. Também não seguirão a ordem temporal a qual foram apresentadas pelas vozes, pois a temporalidade da análise é outra!

Aqui abro com um poema da voz narrativa, criado, inventado na costura que dá nome, sentido e temporalidade a esta pesquisa:

Sigo pelas ruas da minha cidade.

A mesma trajetória todos os dias. Sorria

Minha alegria, me guia,

Mas a tristeza já habita em mim.

Quão destruído é o lugar onde moro,

Choro, por não sentir o cheiro das flores,
Tão sem vida e sem cores.
Onde deveria ter grama, só tem lama.
Acredito que se tornará um lugar melhor,
Sem pensar o pior.
Da escola pra casa, de casa pra escola.
Enfim a mesma trajetória.

O trajeto do eu-lírico é o caminho-tempo em que ele não apenas percorre, mas percorre “todos os dias”. Seus sentimentos, afetos vão sendo construídos pela forma a qual os sentidos se relacionam ao ambiente, a alegria dá lugar a tristeza por ver o lugar onde habita destruído. A ausência de vidas e cores, o não conseguir sentir o cheiro das flores, não ver presença de grama, mas de lama, toda a captação do ambiente subjetiva sua forma de estar no mundo. Essa subjetivação do caminho que realiza diariamente para ir à escola, para voltar da escola o torna sujeito.

Enquanto a ambientação colonial constrói um cenário destrutivo, também faz dos sujeitos atravessados por “uma violência colonial que também se inscreve em uma dinâmica encruzada” (Rufino, 2019, p. 152) e no lugar do cheiro das flores, o cheiro de lama, no lugar da alegria a tristeza imposta pela forma como o ambiente é construído.

Mas há esperança em uma mudança da trajetória: “Acredito que se tornará um lugar melhor!” Afinal “como uma ação de esquivar e revide a essas formas de violência, emergem as invenções nas frestas, experiências de transgressão e resiliência ao colonialismo” (Rufino, 2019, p. 152), este poema é um exemplo, pois se trata de um desses movimentos que “são saberes praticados que reverberam as poéticas, políticas e gramáticas fronteiriças imantadas no assentamento da afrodiaspórica” (Rufino, 2019, p. 152).

Em outra pista, a fotografia da frente do único hospital da cidade:

Figura 8 - Foto-Narrativa do hospital local

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Ali, o sujeito descreve a labuta para conseguir atendimento, medicamentos e a discriminação entre aqueles que possuem “parentes importantes” e os que só possuem a si mesmo. O atendimento precário à saúde é visto por esta voz narrativa como um problema associado ao racismo ambiental, pois diferencia dentro do território os que possuem melhor qualidade de vida daqueles que são colocados à margem.

Aqui é preciso que pense essa margem não apenas como “um espaço periférico, de perda e privação” (Kilomba, p. 68), mas também como “um espaço de resistência e possibilidade” (p. 68), sendo assim ela se configura como “um espaço de abertura radical” (hooks, 1989, p. 149) e criatividade, onde novos discursos críticos se dão” (p. 149), o que possibilita um desafiar

da estrutura opressiva, neste caso ao racismo por exclusão ambiental. Esta fotografia é uma unidade narrativa que surge dessa fresta, da reversão da margem para uma imagem, uma imaginação transformativa.

Caminhando ao espaço rural, outra voz narrativa traz uma foto de uma cancela:

Figura 9 - Foto-Narrativa cancela



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

E justifica com:

- Eu aqui, tiro a foto de uma cancela, que é o meu percurso. É como se fosse o meu ponto de partida para qualquer lugar que eu vá. Que é esse caminho que todo dia, todo momento que eu for sair do meu local, que eu pego esse caminho. Que é a cancela da minha casa lá. Como eu posso dizer, a cancela do parque onde eu moro. Que qualquer lugar que eu vá eu tenho que passar pela cancela. É como se fosse o meu ponto de partida sempre. Que numa história tem sempre o começo, o meio e o fim. O começo, o ponto de partida aqui é o meu começo. O meio é para onde eu vou, mas no meu final é a hora de eu retornar, porque sempre eu vou passar pelo mesmo local.

Mais uma vez lugar e temporalidade se encontram na narrativa, emergem como categorias importantes para pensar as dificuldades encontradas em sua trajetória de casa para a escola, de escola para casa. Percorrendo alguns quilômetros de distância, a cancela foi um ponto importante para narrar sua própria trajetória, como a de muitos colegas que precisam acordar antes do sol para tirar leite das vacas ou limpar a casa – tarefa geralmente direcionada a meninas negras – e seguir para o espaço escolar em encruzilhadas.

Se essa voz afirma que “numa história tem sempre o começo, o meio e o fim” eu anti-colonizo com palavras de Nêgo Bispo (2023) “começo-meio-começo”, afinal a chegada em sua casa significa que a escola permanece nele, em seus caminhos, a cancela não é suficiente para separar o ambiente-casa do ambiente-escola, da mesma forma que a colonização, em suas tentativas de fraturar, encontra nas resistências descolonizadoras os atómos palmarinos e zumbilescos – quilombos! – erguidos em seu enfrentamento.

Em outra fotografia, uma paisagem com poucas árvores e parte do retrovisor de um carro:

Figura 10 - Foto-Narrativa retrovisor



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

- A minha imagem que eu trouxe, essa aqui, eu lembrei muito do desmatamento, como a gente estava falando na outra oficina que teve, como afeta o ambiente. Então aqui eu trouxe mais a seca, porque aí mostra a falta de chuva. Trouxe ela aqui porque é o primeiro passo que a gente dá em tudo, então eu trouxe o quê? Um caminho? Uma estrada? [...]

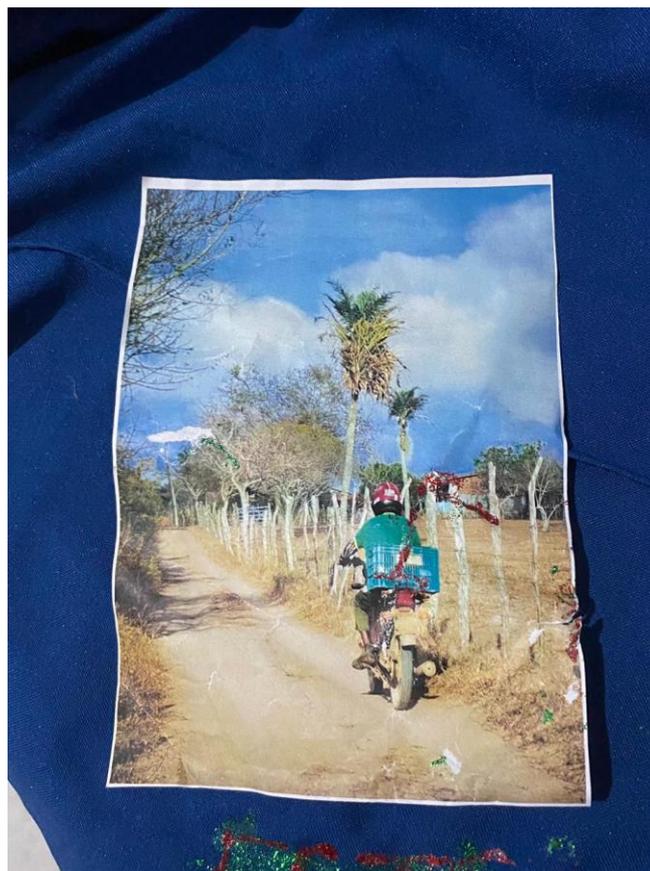
A voz narrativa do sujeito conta que a fotografia foi tirada no trajeto de casa para a escola, ali foi possível direcionar os sentidos para pensar a destruição ambiental como parte da paisagem, onde a estrada que corta não é à parte, mas a constitui. Estradas são caminhos construídos a

partir da ocupação colonial, atravessando o sertão, instituindo ferrovias, pistas de onde escoam os produtos que sustentam a economia das elites, por onde chegam os “navios negreiros” que ora eram pelo mar e hoje também são por avenidas⁸².

Na anti-colonialidade a população escravizada construiu suas rotas de fugas, quilombaram os caminhos, descaminharam estradas, se utilizam das estradas coloniais para ir até a escola construir o conhecimento que permite forjar ferramentas de resistências ou caminhos que levam as roças resistentes ao agronegócio.

Do retrovisor se olha para trás, mas é para a frente que se guia. Observe a fotografia a seguir:

Figura 11 - Foto-Narrativa trabalhador na estrada



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

⁸² Aqui faço referência à música “Mandume”, de Emicida, lançada em 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc. Acesso em: 30 jan. 2024.

- Eu trouxe essa foto porque todo dia que eu vou para a escola ou indo para o caminho para ir para o ponto ou no ônibus, ou até mesmo aqui na escola, eu vejo um monte de trabalhador indo para o seu local de trabalho. Aí, lá onde eu moro, é espaço rural, geralmente as pessoas vão com a botinha deles para o trabalho. Aí por isso que eu tirei essa foto, mostrando a pessoa indo para o trabalho. Aí tem alguns que vão para essa dura realidade, né?

A fotografia representa um trabalhador numa moto, numa estreita estrada de chão, entre cercas, casas. Chama atenção o olhar sobre o outro, trabalhador, que acorda cedo para labuta diária, percebido sob os olhares atentos de quem entende a dificuldade de acesso a empregos, as condições ambientais que exigem “a botinha”.

Apesar do uso de animais como cavalos, burros e jegues ainda ser bastante presente, a substituição por motos é uma constante mesmo por quem trabalha cuidando do gado em fazendas da região. O acesso a recursos econômicos é o que permite que também muitos estudantes não necessitem do precário transporte escolar. Dura realidade do trabalho, dura realidade do jovem estudante!

Em outras pistas a “estradinha” de chão permanece, de onde “vai à igreja aos domingos, de onde enxergam o açude sem água”. A presença do caminho como trajetória se repete nas dificuldades de acesso à escola, a posto de saúde, à lazer, na dureza de ter que acordar mais cedo, pois a distância do trabalho é maior do que quem mora no perímetro urbano. Demonstra assim que as dificuldades em períodos de estiagem mais extensos e na ausência de presença do poder público em possibilitar recursos aos pequenos agricultores para plantar e colher ali mesmo, faz com que muitos não mais vivam do feijão, da abóbora, da batata, do milho que plantam, mas de empregos em fazendas mais distantes, nas lojas da cidade ou até mesmo em cidades circunvizinhas.

Enquanto o racismo hierarquiza políticas públicas que assistam os que estão à margem nas condições climáticas, como vivem estudantes em ciclos finais escolares nas pequenas cidades interioranas que possuem uma economia dependente da pequena grandiosa agricultura? Dos que plantam e colhem nas roças? Dos que acordam antes das galinhas para tentar acessar o ensino escolar?

Finalizo com um poema de outra voz narrativa sujeito pesquisador desta colchagrafia:

Sonho

Ontem eu sonhei
No meu sonho eu
Encontrei Emicida
Conceição Evaristo
Nesse sonho eu pude
Ver seus sonhos e encontrar
Meus sonhos, o sonho de
Liberdade de ser o Astro Rei
De ter asas de subir aos céus
E descer ao mar, mas eu acordei
E cai na realidade minhas asas estavam
Queimadas a opressão por chegar muito
Perto do sol
Nisso eu fiquei triste e pensei
E agora quis desistir
Mas percebi que eles não desistiram
Mesmo com suas asas queimadas
Eles não pararam
Voaram procurando liberdade
Agora eu vejo diferente
Ainda creio na gente
Vocês podem tentar
mas não vão me derrubar.

Sonhar! Sonhar é o princípio organizador do antirracismo ambiental, a única forma de fazer do fim do mundo um “começo de outro mundo”, suspender os céus com as mãos, mesmo que seja necessário voar alguma distância do chão para apagar os céus com as mãos. Aliás, como disse um

preto veio, “prefiro não falar em sonhos, mas em imaginários, pois os sonhos acabam quando acordamos” (Bispo dos Santos, 2023, p. 53).

Aqui falamos por também imagens imaginadas a partir das margens, por mundos narrados e erguidos enquanto se narra por outras formas de contá-las, nunca em linhas retas, mas em circularidades. “Somos circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (Bispo dos Santos, 2023, p. 102).

Comecei saudando minha vó, começo aqui também sendo geração neta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA CARTA PARA CAROLINA

Querida Carolina,

Escrevo para levantar os céus que teimam em cair sob nossas cabeças. Escrevo porque sei que em nosso próximo encontro já não será o mesmo de antes, mas este permanece, cumpriu seu rito, fez com que pudéssemos ter muitos e muitos reencontros.

Certamente, desde quando iniciei esta pesquisa, muitas coisas mudaram. Mudei o tema pesquisado, mudei título, mudei de caminhos, mudei de trajetória, mudei a mim mesmo. Outras, no entanto, permanecem. Permanece você, Carolina, após aqueles tantos encontros enquanto folheava página a página da cartografia que você mesma escreveu com as mãos calejadas, com o estômago gritando de fome, enquanto lá fora a chuva, os mosquitos e todos os riscos ameaçavam invadir sua moradia. Permanece a certeza na educação que Exu movimentou incorporando a agenda transformativa que bagunça a ordem colonial, assim nos ofertando freires, rufinos, barbaras, nilmas, hooks, bispos, ailtons krenaks e tantas outras oferendas. É tempo também de oferecer! É tempo de permanências, mas também de mudanças de caminhos.

Você não imagina o quanto sua obra muito significou para este trabalho, para esta pesquisa. Nele pude encontrar pistas que me levaram a transitar enquanto meus sentidos se misturavam ao que observava. Por pouco não saberia distinguir o cheiro que sentia do mato, enquanto corria nas pistas circunvizinhas a Candeal, do cheiro de minha infância. Nela, em minha infância, pude sentir como minha pele sentia os lugares e as formas que me tratavam neles, rapidamente entendi que esse meio não está fora de mim, nem eu consigo estar fora dele. Ali fui escola-Mundo, aprendi como deveria sentir os outros corpos sujeitos que em minha pesquisa se apresentaram! Descobri que não sentimos só a pureza doce de uma Natureza que faz questão de lembrar quem somos, mas também a podridão da sujeira de um mundo que naturaliza a violência contra nós. Assim, essa escola-Mundo fez Educação Ambiental Antirracista.

Quarto de Despejo: diário de uma favelada me ensinou a andar enquanto o ambiente caminha comigo, sendo, neste movimento, possível identificar o racismo enquanto o próprio tempo histórico que fundamenta o espaço, o ambiente. Passado e presente se unificam como o determinante das marcas ambientais que nos trouxeram a esta crise, tornando-o um marcador permanente em nossas existências. O racismo ambiental, conceito nomeado anos após a escrita de sua obra, foi cartografado por você. Cartografar o racismo ambiental foi pensá-lo não apenas a partir de uma lente objetiva dos tratados, estatísticas e legislações, mas como espaço-tempo vivido por quem tem a existência marcada, atravessada subjetivamente por ele a ponto de, na impossibilidade da fuga, não possuir outra saída a não ser desafiá-lo. Pelas artimanhas da potência desviante, das formas de aliança que retomam o nosso maior aliado na luta contra o sistema erguido pelos brancos: a Natureza. Construir com isso um “método” que nos permite construí-lo enquanto o utilizamos. Como você construiu diários que a cada dia se faziam novamente, nós construímos circularidades narrativas para narrar o fim do mundo, seu prenúncio, mas também narrar as formas as quais o seguramos com as mãos enquanto sentimos as piores consequências dele. O fim de nossos mundos se dá todos os dias, quando destroem nossos sonhos, nossas forças, arrancam de nós o direito à vida e ao bem viver, a plantar e a colher. Ainda estamos semeando por aqui.

Volto a falar de encontros, um em específico: numa manhã de aula, já no mestrado, soube do nome “cartografia”. Seria uma ciência escondida por outras formas de se fazer ciência? Seria uma espécie de construção de mapas geográficos? Seria alguma espécie de método muito difícil de

aprender? Era o que você, *educadora de sentidos*, também fez. Era o que eu, já há muito, tinha iniciado quando em aquelas pistas que ligam Candeal a Feira de Santana pousava a atenção em animais, plantas, pessoas, carros que por ali existiam, enquanto minhas memórias enchiam de imagens que iam desde os candeeiros em latas de óleo que minha vó e meu pai acendiam em minha infância até a sala de aula onde eu ocupava o lugar de professor.

Cartografar é como devolver o sujeito que somos ao pesquisador que estamos nos tornando. É não deixar que a consciência pesquisadora que construímos ocupe totalmente o lugar da nossa experiência, não uma atravessada por tudo que atrapalha a forma com a qual sentimos as coisas, mas a que mostre que é possível sermos exatamente o que somos e sentir a luz do sol sem preocupar a possibilidade dela desaparecer. Sentir a chuva cair sem que seja anunciado um dilúvio para todos que moram na mesma cidade, no mesmo mundo. E com isso, a gente constrói cartografias onde falamos de morte, de violência, de dores, mas também falamos de vida, de afeto, das alegrias que construímos para seguir suspendendo os céus com as mãos.

Nada disto seria possível sem a Literatura, afinal ela possibilita imaginar, ir além do que as teorias científicas tradicionalistas impõem, limitam. Permite imaginar mundos, criar possibilidades que refazem os mesmos percursos que as ciências percorrem e inclusive ampliar possibilidades para fazerem novos caminhos em buscas de brechas, frestas e flechas.

Assim o encontro entre você, a Literatura e a Cartografia aconteceu. Transformamos numa colchagrafia, uma colcha de retalhos feita à mão, costurada duas vezes, uma segunda por narrativas de quem também tem Carolinas como avós, como mães, como tias. Ali depositaram angústias, medos, imaginaram castelos, poemas, fotos, compartilharam desejos, narraram. Foi como numa noite no varandado da casa da roça, ainda em tempos sem energia elétrica, onde a voz de meu pai, a voz de meu tio, a voz de minha minha vó, todas contavam histórias. Muitas vezes eram todas as vozes ao mesmo tempo que por segundos parecia ter ouvido apenas uma, como se os diferentes tons se encontrassem numa única voz narrativa. Meus ouvidos captavam nele as diferentes gerações em uma só: a que conseguiria levantar os céus com as mãos.

Enquanto escrevo esta carta, tenho pensado em como é difícil ser professor ou professora da educação básica e ao mesmo pesquisador/a. Não deveria, afinal educação e pesquisa é uma correlação essencial. Ainda sou a criança curiosa que quer saber de tudo enquanto brinca de ser professor também ensinando muito. Também sou o professor que brinca, a criança que ensina. Assim ocupamos muitos lugares e desejando que nem um deles tome o suficiente de nossa vida para que não deixemos de sonhar e criar sonhos. Esta pesquisa é séria, compromissada em articular uma discussão emergente em tempos de emergências climáticas, mas ela também é um sonho, uma brincadeira com a artimanha colonial de dizer para quem sou professor e para quem sou criança que não é possível.

A voz narrativa que se encerra, que traz para você essa colchagrafia oferendada são muitas, sem deixar que essa coletividade anule quem somos em nossas diferenças. A defesa da vida também passa por entendermos uma política das diferenças que não seja para dominar o outro, mas supurvivermos, cooperarmos. Há décadas talvez tenhamos falado de como salvar o planeta, muitos hoje de como adiar o fim do mundo, mas quando falaremos do paradigma que é a própria Vida? É a manutenção de várias formas de Vida, em toda sua diversidade que está em cena. A vida de uma abelha, a vida de um umbuzeiro, uma vida indígena, não podem ser tão descartáveis da mesma maneira que a soja se torna a principal forma de vida em extensões e extensões de terras. Quanto mais algumas formas de vida se tornam únicas, mais outras desaparecem. Assim foi e é *plantation* enquanto modelo de

existência nas nossas mentes, nos nossos corpos. Desafiamos isto mostrando o quanto todas as formas de vida e de narrar fazem do Mundo a sua única forma possível: uma colcha de retalhos.

Quero que esta carta, na contramão da que Pero Vaz de Caminha escreveu, seja lida para quem construiu o castelo e não para quem se diz dono. Em seu imaginário, quero que tenha esta carta como um presente ao futuro, quando descansarmos nossos braços para que outros sigam suspendendo este céu.

Um da geração neta,

Iago Gomes

P.S.: Eu amei todos os nossos encontros, que eles continuem a acontecer.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opini3n Jur3dica**, Vol. 12, N3 24, pp. 97-100 - Julio-Diciembre de 2013 / 200 p. Medell3n, Colombia. Dispon3vel em: <http://www.scielo.org.co>. Acesso em: 1 jul. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. S3o Paulo: Editora Janda3ira, 2019.

AMORIM, Elisangela Maria de. **Educa33o e Racismo Ambiental**: as percep33es dos sujeitos da EJA da escola estadual do campo S3o Jos3. Programa de P3s-Gradua33o, Cuiab3, p. 01-138, nov. 2021.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra d3, a terra quer**. S3o Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

CES3IRE, Aim3. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradua33o No3mia de Souza. 13 ed. Lisboa: Livraria S3 da Costa Editora, 1978.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, pol3ticas e pr3ticas: especificidades e desafios de uma 3rea de saber. **Revista Brasileira de Educa33o** v. 11 n. 31 jan./abr. 2006. Dispon3vel em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

COSTA, C3sar Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproxima33es pol3tico-pedag3gicas para a educa33o ambiental cr3tica. **R. Kat3l.**, Florian3polis, v. 20, n. 1, p. 111-121 jan./abr. 2017. Dispon3vel em www.scielo.br. Acesso em: 08 mar. 2023.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Plat3s**. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ESC3CIA, Liliana da; TEDESCO. O coletivo de for3as como plano de experi3ncia cartogr3fica. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virg3nia e ESC3SSIA, Liliana (org.). **Pistas do m3todo da cartografia**: pesquisa-interven33o e produ33o de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civiliza33o Brasileira S/A, 1968.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradua33o Let3cia Mei. S3o Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDEZ, Raffaella. **A po3tica de res3duos de Carolina Maria de Jesus**. S3o Paulo: Aetia Editorial, 2019.

FERREIRA, Natalia. Os desafios do tempo presente e a colonialidade da natureza: intersec33es para pensar novas sociabilidades. **Revista Catarinense de Hist3ria**. Dossi3 Direitos humanos, sensibilidades e resist3ncias. n 36, 2020/02 – ISSN 2238-9717. Dispon3vel em: <http://periodicos.uffs.edu.br>. Acesso em: 27 jul. 2022.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186 – 201. Disponível em: <http://revistas.ufg.br> Acesso em: 7 jun. 2022.

FLIK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 60ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 72ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GANZAROLLI MARTINS, Daniel; SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. Um ambiente-escola entre poéticas, narrativas e experimentações. **Educar em Revista**, [S.l.], out. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/78242/44978>. Acesso em: 04 fev. 2024.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Rev. Filos.**, Aurora, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021. Disponível em: <http://periodicos.pucpr.br/> Acesso em: 15 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZÁLES-GAUDIANO, Edgar; LORENZETTI, Leonir. Investigação em educação ambiental na América-Latina: mapeando tendências. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.25. n.03. p.191-211. dez. 2009. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 08 mar. 2023.

GROSGOUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em: 1 ago. 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.

JESUS, Victor de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um *continuum* colonial chamado racismo ambiental. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.2, e180519, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/5LRzfP3sP8kCDbhnJy6FkDH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 2 ago. 2022

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/ orgs. – Porto Alegre: Sulina, 2020.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <https://miolodolivro.com.br/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo-pdf-por-ailton-krenak/>. Acesso em: 2 de ago. 2022.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Tradução João Batista Kreuch; revisão técnica Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da Educação Ambiental em contextos escolarizados. **Educ. Rev.** vol. 37, Curitiba, 2021 Epub 22-Set-2021 Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602021000100802. Acesso em: 31 jan. 2024.

MARTINS, Victor de Oliveira; ARAUJO, Alana Ramos. Crise Educacional e Ambiental em Paulo Freire e Enrique Leff: por uma pedagogia ambiental crítica. **Educação & Realidade**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 1-21, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105854>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/cLVgYM3y7g8BSmb5MgBvxfj/?lang=pt>. Acesso em: 19 de junho de 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios – Revista do ppgav. eba/ufrj**. n. 32. dezembro, 2016. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MEIRELLES, Kelen Gurgel. **Para além do quarto de despejo**: injustiça ambiental, literatura e resistência na obra de Carolina Maria de Jesus. Volta Redonda: UniFOA, 2020.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território & educação decolonial**: proposições afro-brasileiras na invenção da docência. Salvador: EDUFBA, 2020.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. Epistemologias dos odus e decolonialidade afro-brasileira. **Revista estudos libertários – ufrj** | volume 04 número 11 | julho de 2022 | issn 2675 -0619. Disponível em

<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/53236>. Acesso em: 31 jan. 2024

MOREIRA, Ingridy Nathaly Santos. **Racismo ambiental como questão bioética para o ensino de ciências**: construção de uma proposta colaborativa de formação inicial de professores. SISBIN – Sistema de Bibliotecas e Informação, 2020.

Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12662>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Dandara, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTIS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. 1ª. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; Paraíso, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições** | v. 23, n.3 (69) | P.159-178 | set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em: 01 ago. 2022.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PELEGRINI, Djalma Ferreira; VLACH, Vânia Rúbia Farias. As múltiplas dimensões da Educação Ambiental: por uma ampliação da abordagem. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 23 n. 2, 187-196, maio/ago. 2011. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 08 mar. 2023.

PEREIRA, Alessandra. **A dimensão pedagógica dos terreiros e o racismo ambiental**: aportes das lutas antirracistas à educação ambiental crítica. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br>. Acesso em: 28 jun. 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; ROSA, Katemari. **Descolonizando saberes: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2018.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação Ambiental**: origem e perspectivas. Educar, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 08 mar. 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. **Espectáculo da miscigenação**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-Cadernos Ces**, Coimbra, p. 84-111, 01 set. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SILVA, Lorena Santos da; HENNING, Paula Corrêa. Problematizando o campo do saber da educação ambiental. **Pro-Posições**. Campinas, SP. V. 30. e20170124 | 2019 Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 08 mar. 2023.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SOUZA, Daniele Cristina de; SALVI, Rosana Figueiredo. A pesquisa em Educação Ambiental: um panorama sobre sua construção. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte. v.14. n. 03. p. 111-129. set-dez. 2012 Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 08 mar. 2023.